

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO ANO DE 2025  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

**NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA**

**EM**

**BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>AMB</b>	Assembleia Municipal de Bragança
<b>ANAM</b>	Associação Nacional de Assembleias Municipais
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CIM - TTM</b>	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Bragança
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>EVM</b>	Estado e Vida do Município
<b>GM</b>	Grupo Municipal
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPB</b>	Instituto Politécnico de Bragança
<b>JF</b>	Junta de Freguesia
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PJF</b>	Presidente de Junta de Freguesia
<b>POD</b>	Período da Ordem do Dia
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>UF</b>	União das Freguesias

**Segunda Sessão Ordinária/2025 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 29 de abril, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança.**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
Quórum	8
Expediente	8
Instalação de membros suplentes	10
Membros que solicitaram substituição	10
Membros suplentes convocados	10
Moção “ <i>Bragança no Eixo da Ferrovia Transmontana</i> ”	14
Presenças e faltas	132

<b>ORDEM DE TRABALHOS:</b>	
<b>1 – ATA:</b> Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 18 de fevereiro de 2025.	10
<b>2 – PÚBLICO –</b> Período de Intervenção	11
<b>3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA</b>	13
<b>4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:</b>	19
<b>4.1 –</b> Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município	19
<b>4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:</b>	
<b>4.2.1 –</b> Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2024 e Proposta de Aplicação de Resultados;	70
<b>4.2.2 –</b> Autorização Prévia à Assunção de Compromissos Plurianuais (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) – Alteração;	86
<b>4.2.3 –</b> Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025;	89
<b>4.2.4 –</b> Proposta de Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o Ano de 2025;	92
<b>4.2.5 –</b> Processo n.º 38/24 - Paulo Daniel Bárcia Lobato – Desafetação de Parcela de Terreno;	95
<b>4.2.6 –</b> Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark para o Ano 2025 – Minuta;	98

4.2.7 – Plano Municipal de Ação Climática (PMAC);	103
4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;	106
4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio;	115
4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames;	118
4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios;	119
4.2.12 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos;	121
4.2.13 – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2025 (2.ª Fase).	123
<b>4.3 – Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança:</b> Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2024.	125
<b>4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança</b>	
4.4.1 – Contratos de Delegação de Competências no Domínio da Educação Estabelecidos com os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga - Atualização do Quadro Previsional do Anexo I;	126
4.4.2 – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2024;	129
4.4.2 – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 24 de fevereiro, 10 e 24 de março e 14 de abril de 2025).	130

**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página(s)</b>
Fátima Bento	63; 94
Idalina Brito	63
João Ortega	96
Júlio de Carvalho	63
Luís Fernandes	62

**INTERVENÇÕES:**

<b>Nome</b>	<b>Página(s)</b>
Adriano Rodrigues	16
Amparo Alves	65
António Malhão	17; 68; 82; 111
Cristina Falcão (Público)	12
Fátima Bento	15; 16; 104; 110
Francisca Diz (Público)	11
Idalina Brito	13
Inês Coelho (Público)	11
João Ortega	112
Leonor Machado (Público)	11
Luís Pires	15; 19; 67; 82; 110
Manuel Machado	13
Mariana Batouxas (Público)	12
Pedro Fernandes	104
Presidente da Assembleia	10; 11; 12; 70; 84; 86; 102; 115
Presidente da Câmara Municipal	12; 42; 64; 69; 77; 85; 91; 94; 96; 102; 104; 113; 129
Telmo Afonso	111; 113

**DECLARAÇÃO DE VOTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Fátima Bento	85; 98; 114
João Ortega	98
Luís Pires	85; 86; 106; 114

Página deixada intencionalmente em branco

Aos vinte e nove dias do mês de abril, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, a Segunda Sessão Ordinária do ano de 2025, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos, e fim às treze horas e cinquenta minutos, na qual participaram setenta e quatro membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

“1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 18 de fevereiro de 2025.

2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

**4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2024 e Proposta de Aplicação de Resultados;

4.2.2 – Autorização Prévia à Assunção de Compromissos Plurianuais (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) – Alteração;

4.2.3 – Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025;

4.2.4 – Proposta de Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o Ano de 2025;

4.2.5 – Processo n.º 38/24 - Paulo Daniel Bárcia Lobato – Desafetação de Parcela de Terreno;

4.2.6 – Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark para o Ano 2025 – Minuta;

4.2.7 – Plano Municipal de Ação Climática (PMAC);

4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;

4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio;

4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames;

4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios;

4.2.12 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos;

**4.2.13** – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2025 (2.ª Fase).

**4.3 – Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança:** Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2024.

**4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

**4.4.1** – Contratos de Delegação de Competências no Domínio da Educação Estabelecidos com os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga - Atualização do Quadro Previsional do Anexo I;

**4.4.2** – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2024;

**4.4.3** – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 24 de fevereiro, 10 e 24 de março e 14 de abril de 2025).”

**QUÓRUM:** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos e foram presentes:

**EXPEDIENTE:** Alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DESDE A REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA 11/02/2025**

**ENTRADA**

<b>Data</b>	<b>Remetente</b>	<b>Assunto</b>
12/02	CPCJ de Bragança	Envio do Relatório Anual de Atividade relativo ao ano de 2024
14/02	ANAM	Convite: Encontro mensal “Vez e Voz aos PAMS” - Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto
19/02	ANAM	Ação de valorização com o tema “Protocolo Autárquico”
25/02	ANAM	Divulgação do Seminário sobre a Prestação de Contas das Autarquias Locais
26/02	ANAM	Regulamento de atribuição de Prémios ANAM 2025
03/03	ANAM	Revista <i>Ideia e Territórios</i> , n.º 6
03/03	ANAM	Publicação “O Ator e o Sistema na Sociedade Digital. O risco de colisão iminente”

11/03	AEDREL	Estudo nacional sobre a organização e funcionamento das Assembleia Municipais
17/03	CMB	Envia o “Relatório de Observância do Direito de Oposição – 2024”
17/03	ANAM	Convite: Encontro mensal “Vez e Voz aos PAMS” - “O papel da Assembleia Municipal na Cidadania Ativa”
18/03	ANAM	Curso “Fundos Comunitários: PT2030 e os Programas Municipais”
31/03	ANAM	Curso “Introdução à Inteligência Artificial Generativa”
31/03	CNIJ - Bragança	Encontro do Supremo Tribunal Administrativo “Inteligência artificial, digitalização na Administração Pública e nos tribunais Administrativos e Fiscais”
10/04	AEDREL	Apresentação do Anuário das Assembleias Municipais 2022
10/04	ANAM	Convite: Encontro mensal “Vez e Voz aos PAMS” – Alargamento das competências das Assembleias Municipais”
11/04	ANAM	Divulgação do Programa “Cuida-te”

### EMITIDA

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
18/02	Membros da AMB	Divulgação da ação de valorização com o tema “Protocolo Autárquico”
20/02	CMB	Envio das senhas de presença e dos boletins itinerários relativos à Sessão da AM de 18/02/2025
25/02	Membros da AMB	Divulgação do Seminário sobre a Prestação de Contas das Autarquias Locais
28/02	Agrupamentos de Escolas do Concelho de Bragança	Envio do Regulamento de atribuição de Prémios ANAM 2025
18/03	Membros da AMB	Divulgação do curso “Fundos Comunitários: PT2030 e os Programas Municipais”
01/04	Membros da AMB	Divulgação do Curso “Introdução à Inteligência Artificial Generativa”
01/04	Membros da AMB	Encontro do Supremo Tribunal Administrativo “Inteligência artificial, digitalização na Administração Pública e nos tribunais Administrativos e Fiscais”
11/04	Membros da AMB	Apresentação do Anuário das Assembleias Municipais 2022
14/04	Membros da AMB	Divulgação do Programa “Cuida-te”

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**MANDATOS – MEMBROS**  
**INSTALAÇÃO:**

**PSD:** Elisabete Mariana Pires Raimundo;

- Vítor Manuel Ramos Moreira – substituto do Presidente da JF de Baçal;
- Duarte João Barrigão Fernandes – substituto do Presidente da UF de São Julião de Palácios e Deilão.

**SUBSTITUIÇÕES:**

**- de membros efetivos**

**PSD:** João da Rocha e Silva; Manuel Norberto Trindade; Maria Isabel Barreiro Ribeiro; António Henrique Venâncio Dias; Natividade de Lurdes Gonçalves; Isabel Maria Lopes.

**PS:** Caroline Isabel Borges Pereira.

**CDU:** José Manuel Correia Santos Ferreira de Castro.

**- de Presidentes de Junta de Freguesia**

- Luís Filipe Pires de Carvalho (JF Baçal) – Fez-se substituir por Vítor Manuel Ramos Moreira;
- Carlos Joaquim Pires Fernandes (JF Parâmio) – Fez-se substituir por Cristiana Madalena Vaz Afonso;
- Altino Francisco Pereira Pires (UF de São Julião de Palácios e Deilão) – Fez-se substituir por Duarte João Barrigão Fernandes.

**MEMBROS SUPLENTES CONVOCADOS:**

**PSD:** António Manuel Afonso Pires; Maria Eduarda Pires Rodrigues; Pedro Luís Esteves Fernandes; Filipe Nuno Asseiro de Sá; Elisabete Mariana Pires Raimundo; Ana Rita Paula Ferro de Azevedo.

**PS:** Ana Catarina Trindade Certo.

**CDU:** Fátima da Conceição Borges Bento.

**Ponto 1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 18 de fevereiro de 2025.**

A Sra. **Presidente da Assembleia** solicitou a dispensa da leitura da ata, uma vez que fora previamente remetida, e lembrou que os membros que não tivessem estado presentes na sessão à qual a ata dizia respeito, de acordo com o n.º 2 do artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, teriam de votar em abstenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, oito votos de abstenção e cinquenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e quatro membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

## Ponto 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção

A Sra. **Presidente da Assembleia** referiu que estavam presentes alunos e Professores(as) dos três agrupamentos de escolas de Bragança, Miguel Torga, Abade de Baçal e Emídio Garcia, que iriam intervir e que dispunham, no total, de 30 minutos.

De seguida, proferiram intervenção, relativa ao projeto “KmZero”, as cidadãs Inês Maria Vaqueiro Coelho; Ana Francisca Ferro de Carvalho Diz; Leonor Mendes Machado; Ana Cristina Falcão Escorrega e Mariana Fátima Moreira Batouxas.

**Inês Coelho:** “Bom dia, digníssima Assembleia. Este ano foi-nos proposto um desafio no âmbito do projeto Active Lab, desenvolvido pela Organização Zero. Desta forma, nós aceitámos este desafio e decidimos participar em conjunto com as 3 escolas da cidade.

O objetivo principal do nosso projeto é propor a construção de uma ciclovia que conecte as três escolas e, simultaneamente, a liga às ciclovias já existentes. Com esta proposta, nós pretendemos chamar a atenção para a sociedade do impacto ambiental dos transportes privados e também pretendemos diminuir a emissão de CO<sup>2</sup> e promover uma mobilidade sustentável na nossa cidade. Ao apostar na mobilidade sustentável, ganharemos reconhecimento, não apenas pelo impacto ambiental, mas também pela forma como unimos as nossas escolas, que é algo nunca feito anteriormente na nossa cidade.

Tornando esta iniciativa como um exemplo para outras cidades, porque o assunto da sustentabilidade é algo que nos engloba a todos, principalmente, nós, jovens, e, o facto de nós, jovens, tomarmos esta iniciativa, acredito que temos maior impacto, pelo facto de sermos todos da mesma idade, da maneira como pensamos, da maneira como expomos as nossas ideias, teremos um impacto mais direto para as gerações jovens, que são os principais responsáveis pela sustentabilidade do futuro. Por isso, peço-vos que acreditem e nos apoiem, porque não é apenas sobre bicicletas, é também para a cidade futura que nós queremos construir.”

**Francisca Diz:** “Amanhã vamos realizar um *bike tour* com o objetivo de comprometer a população. No *bike tour* vão estar presentes todas as turmas do secundário, onde isto vai fazer com que seja possível cumprir também o nosso plano, aquilo que nós colocamos em papel, e irá tornar a cidade mais sustentável.”

**Leonor Machado:** “Bom dia a todos. Este trabalho do conjunto da cooperação dos três agrupamentos resultou também que nós desenvolvêssemos capacidades a nível coletivo, pessoal e de certa forma empático. Aproveito, também, para pedir ao Sr. Presidente, Dr. Paulo Xavier, para que possa agarrar no nosso projeto e implementá-lo. Ficáramos bastante orgulhosos do nosso trabalho e acho que todos nós estamos muito orgulhosos daquilo que nós fizemos.”

**Cristina Falcão:** “Sou do Agrupamento de Escolas Miguel Torga. Os nossos alunos já falaram muito bem e disseram quase tudo. Eu só queria realçar a importância deste trabalho colaborativo.

Nós, como professores, foi muito importante, semana após semana, reunirmos, quer no Agrupamento de Escolas Emílio Garcia, quer na Abade Baçal, quer na Miguel Torga. Levamos os alunos das três escolas, com todos os constrangimentos que possa haver e as nossas agendas, mas lutamos, em conjunto, por causas que dizem respeito a todos e deixamos de parte as nossas escolas individualmente e foi muito importante darmos esse exemplo e seguirmos o exemplo que eles nos deram. Portanto, vamos lá ver se isto daqui a uns 20 anos, ou 30, ou o que for, as ciclovias, de facto, possam fazer com que Bragança chegue a uma das cidades mais sustentáveis do país e que todos possamos andar de bicicleta pela nossa cidade.”

**Mariana Batouxas:** “Sou professora também da Miguel Torga. Queria agradecer, antes de mais, terem-nos recebido e queria só partilhar convosco o quanto foi grato para mim, que já estou em final de carreira. Penso que até trabalhei em muitos projetos, mas foi talvez o primeiro em que conseguimos reunir alunos de diferentes escolas. Para mim, foi o principal atributo deste projeto.

Foi muitas vezes preciso ouvir, que é muito importante ouvir, foi preciso sair do nosso interesse individual e partilhar com outros o interesse coletivo. E daqui saímos, também, para a nossa cidade. E, de facto, a nossa presença hoje, aqui, também foi um pouco para partilhar convosco esta nossa preocupação em construir uma cidade mais amiga das pessoas, em que a mobilidade seja mais lenta e em que possamos, de facto, acreditar numa cidade melhor.”

A Sra. **Presidente da Assembleia** disse que, sendo a Assembleia Municipal a casa do povo, da democracia, da liberdade de expressão e do crescimento, transformação e enriquecimento do Concelho de Bragança, tinha sido com imenso gosto que recebera os jovens, especialmente com projetos válidos e de construção de um futuro melhor para a cidade, para as pessoas e para todo o Concelho.

O Sr. **Presidente da Câmara** disse que todos estavam comprometidos com a organização “KmZero” e que era sempre bom três agrupamentos de escolas estarem unidos na apresentação de um projeto para a cidade.

Referiu, ainda, que, não só os alunos, como também aos professores, pelo excelente trabalho na condução do projeto, estavam de parabéns.

Acrescentou que Bragança era uma cidade ciclável, com 23 quilómetros de ciclovias, e que existia a vontade de chegar ao quilómetro zero. Mais disse que o projeto apresentado, de unir as três escolas com a ciclovia, carecia da apresentação de um projeto, com uma linha de orientação, tendo em vista uma eventual candidatura, caso

fosse viável, ou lançado pelo Município, mas que, de qualquer forma, o desafio, quer à Câmara quer à Assembleia, fora lançado.

### **Ponto 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**Fizeram intervenção** os membros Idalina Brito (PS), Manuel Machado (PSD), Fátima Bento (CDU), António Malhão (PSD) e Luís Pires (PS).

**Idalina Brito** – Iniciou a sua intervenção com a leitura de um poema do Livro “Palavras do Tempo e da Terra”, escrito pela própria, com o pseudónimo Lara de León, no seguimento do repto que lhe fora lançado pelo Líder do Grupo Municipal do PSD, António Malhão, na Sessão Evocativa das Comemorações do 25 de Abril.

Acrescentou que os seus pais, pessoas simples e humildes, lhe haviam incutido valores como o trabalho, a honestidade, a solidariedade, entre outros, e também a gratidão, enquanto reconhecimento, agradecimento, atitude, comportamento, dívida de si aos outros. Assim, disse querer agradecer, publicamente, ao membro António Malhão as palavras dignificantes, proferidas, mais do que uma vez, na Assembleia Municipal, sobre a escrita da membro Idalina Brito, palavras que lhe haviam aquecido o coração.

Agradeceu-lhe, igualmente, a humanidade e o espírito aberto, tolerante, solidário, livre e democrático, e porque, disse, o agradecimento se podia também manifestar simbolicamente em forma de dívida do que tornava cada um mais feliz, iria oferecer ao membro António Malhão o seu novo livro “Estilhaços”, saído do prelo em fevereiro de 2025.

Terminou, agradecendo a todos os membros e afirmando ter sido um prazer imenso ter estado na Assembleia Municipal, bem como que sentira alegria por poder colaborar, com todos, para o bem do Concelho de Bragança.

**Manuel Machado** – Iniciou a sua intervenção, felicitando os professores e os alunos dos três agrupamentos, pelo projeto colaborativo que apresentaram, tanto pela sua pertinência, como pela intervenção cívica nos órgãos próprios.

De seguida, proferiu as seguintes palavras introdutórias à Moção que iria apresentar, suportadas no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Em nome do grupo parlamentar do PSD, venho apresentar uma moção de Congratulação que designamos por: Bragança no eixo da Ferrovia Trasmontana.

*Antes de apresentar o texto, vou fazer uma curta introdução ao que está subjacente.*

O distrito de Bragança e, em particular, o Concelho de Bragança estão reféns do transporte rodoviário, quando o futuro assenta em novas formas de mobilidade, mais limpas e cómodas.

A autoestrada A4 constituiu, hoje, um eixo rodoviário estruturante para Trás-os-Montes e para o País, contribuindo para o combate ao isolamento e ao despovoamento, mas também como eixo interurbano tanto local como à escala ibérica.

O Plano Nacional Ferroviário aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2025 de 16 de abril, do presente ano, vem definir as grandes prioridades estratégicas para a ferrovia, num horizonte de médio e longo prazo, como um modo de transporte de elevada capacidade e sustentabilidade ambiental, bem como as possíveis ligações transfronteiriças ibéricas e a respetiva integração na rede transeuropeia.

Neste sentido, o Governo mandatou a Infraestruturas de Portugal, para promover a realização dos estudos necessários à tomada de decisão, relativamente aos seguintes investimentos:

- a ligação de Alta Velocidade entre Porto/Vila Real/Bragança/Espanha
- a ligação entre Aveiro/Viseu/Salamanca
- e a ligação de Alta Velocidade entre Faro/Huelva.

A perspetiva de investimento em infraestruturas ferroviárias, numa região que foi a primeira a perder a ferrovia e a última a receber uma autoestrada, é, sem dúvidas, investir na coesão territorial, no bem-estar das populações e no futuro da região, trazendo equidade de oportunidades para todos os territórios.”

De seguida, apresentou a seguinte **Moção**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

### **“Moção**

#### **Bragança no eixo da Ferrovia Transmontana**

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 29/04/2025, congratula-se com a inclusão da Linha Ferroviária de Trás-os-Montes (Porto-Bragança) e da Ligação Transfronteiriça Bragança-Zamora, no Plano Nacional Ferroviário, aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2025 publicada, dia 16 de abril, do presente ano, em Diário da República.

O documento aprova o Plano Nacional Ferroviário e determina à Infraestruturas de Portugal a promoção dos estudos técnicos necessários à tomada de decisão sobre vários investimentos ferroviários prioritários, onde se inclui o eventual regresso da ferrovia a Bragança, com a implementação do eixo ferroviário Transmontano.

O documento reconhece, ainda, que a nova linha Porto-Bragança poderá articular-se com outros projetos ferroviários estruturantes, como a eventual ligação Bragança-Zamora e a sua integração na rede ferroviária europeia de alta velocidade.

Esta decisão é extremamente acertada, evidenciando um comprometimento genuíno com o desenvolvimento do nosso país, e, em particular, com as regiões do interior.

A implementação da linha ferroviária Transmontana será uma oportunidade de esbater os desequilíbrios territoriais e implementar medidas de coesão e crescimento sustentável que invertam as já conhecidas tendências de despovoamento e envelhecimento da região.

É com grande satisfação que vemos Bragança inscrita, oficialmente, nos planos da ferrovia nacional para o futuro, sendo um momento particularmente relevante, para o concelho brigantino e para toda a região Transmontana.

Que a presente moção seja enviada para as seguintes entidades:

- Sua Excelência o Sr. Presidente da República;
- Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia da República;
- Sua Excelência o Sr. Primeiro-ministro;
- Sr. Ministro-adjunto e da Coesão Territorial;
- Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação;
- Sr. Ministro da Economia;
- Sra. Ministra do Ambiente e Energia;
- Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal;
- Aos Senhores(as) Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Bragança;
- Aos Senhores(as) Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais de Murça, Vila Real, Amarante, Penafiel e do Porto;
- Comunicação Social.

**O Proponente:** Manuel Machado (Grupo Municipal do PSD).”

Não houve pedidos de esclarecimento.

**Fizeram intervenção** os membros Luís Pires (PSD), Fátima Bento (CDU) e Adriano Rodrigues (JF Rebordãos).

**Luís Pires** – Referiu que o tema tratado era transversal a toda a sociedade brigantina, a toda a região do Nordeste, ao Norte e a todo o país e, atendendo, designadamente, a que a rede de alta velocidade espanhola tinha, atualmente, perto dos 4.000 km, era necessário apoiar todas as iniciativas que fizessem concretizar essa medida na região.

Acrescentou, ainda, serem medidas que levavam muito tempo para serem concretizadas e salientou, exemplificando com a autoestrada A4, em Bragança, que terminava em Portugal e não tinha ligação a Espanha, ser necessária muita diplomacia, não só nacional, como também internacional.

Assim, salientou que a linha de alta velocidade tinha de ter ligação a Espanha e que a isso se chamava diplomacia de influência, feita nos bastidores, sem os holofotes da imprensa e pensando nas populações.

Concluiu, referindo que o Grupo Municipal do PS iria apoiar a Moção apresentada.

**Fátima Bento** – Disse que a CDU também se congratulava com a inclusão da Linha Ferroviária de Trás-os-Montes e da Ligação Transfronteiriça Bragança-Zamora,

no Plano Nacional Ferroviário, por se tratar de uma reivindicação da qual nunca abdicara. Acrescentou que, se existisse um verdadeiro comprometimento político, de levar a cabo o estudo e a construção, poderia vir a ser possível todos apanharem novamente o comboio em Bragança.

Conclui que a CDU continuaria a acompanhar, para que o plano ferroviário se concretizasse e dele nunca abdicando.

**Adriano Rodrigues** – Disse que o Grupo Municipal dos Presidentes de Junta não havia recebido previamente o documento com a Moção.

**Após análise e discussão, foi a Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

Retomando **Período de Antes da Ordem do Dia**, a membro **Fátima Bento** proferiu a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Considerações relativas à Participação na Consulta Pública “ÁGUA QUE UNE”

Terminou no passado dia 25 de Abril o procedimento de consulta pública sobre o Projeto “Água que Une - Estratégia Nacional para a Gestão da Água”.

A CDU entende que, em período eleitoral, esta iniciativa de um governo que foi exonerado é claramente desadequada. A que acresce a escassez de informação disponibilizada face a um problema de relevante importância para o País. Tinha sido aconselhável a promoção de uma discussão o mais ampla possível, em vez de apresentações governamentais como se têm realizado, sem espaço para debate.

Relativamente à informação disponibilizada, refira-se que não há qualquer enquadramento da problemática da gestão da água, no quadro das políticas gerais de desenvolvimento para o País, nem se aborda qual o modelo de atuação preconizada.

Os recursos hídricos são escassos, devem ser utilizados de forma eficiente e também de forma eficaz, dando resposta aquilo que deve ser essencial para o País. A relação entre a água e a agricultura e entre a água e a energia são aspetos fundamentais, sem descurar a questão do abastecimento de água às populações.

A questão central seja para esta estratégia que apresenta 294 medidas, seja para a política de investimento é a identificação de qual a forma como se obtêm os recursos que são necessários para garantir a melhoria da eficiência hídrica.

Destacamos ainda alguns aspetos de forma sintética:

- Transparece a intenção da criação do “monopólio da água” ao afirmar-se que a sua gestão não pode estar fragmentada;

- A uniformização da tarifa em alta, o que implica tarifas em baixa mais elevadas para os consumidores finais/domésticos e/ou pressão financeira sobre os municípios, com o objetivo de capturarem os sistemas sob gestão dos Municípios;

- E uma fortíssima carga sobre os sistemas de abastecimento público.

A “água que une” não é uma estratégia nacional é uma amálgama de projetos, a maior parte sem financiamento garantido, de duvidoso suporte científico e arbitrário. Garantida que está a arquitetura do sector de distribuição de água, e tendo em conta que em 2026, a ERSAR vai passar a poder determinar os preços da água dos sistemas, querem evoluir na mercantilização da água.

O que era necessário e devia estar como preocupações centrais numa verdadeira estratégia para água, inserido num projeto de desenvolvimento nacional:

- Reconstrução da Administração Pública de Água, para cumprir as suas funções.

- Uma política de financiamento que promova a realização dos direitos à água, combinando apoios/financiamento público com um sistema de preços orientado para o serviço público e sem fins lucrativos.”

**António Malhão** – Após os cumprimentos iniciais, disse, reportando-se à intervenção, no âmbito do PAOD, da membro Idalina Brito, que sempre fora um grande admirador do seu humanismo e preocupação pelos mais desfavorecidos e agradeceu as palavras elogiosas que lhe fizera, embora considerasse não ser delas merecedor.

Depois, esclareceu que a alusão, na sessão do 25 de Abril, ao poema escrito pela membro Idalina Brito, tinha um simbolismo e um significado muito especial, pois quis valorizar uma poetisa e autora transmontana e, sobretudo, uma colega da Assembleia Municipal, independentemente da sua bancada. Para além de que, disse, também se celebravam os 50 anos das primeiras eleições democráticas, onde as mulheres, pela primeira vez, puderam participar, sem qualquer constrangimento, mesmo reconhecendo que, ainda hoje, o importante papel da mulher na sociedade não era devidamente reconhecido e valorizado.

De seguida, continuou a proferir a sua intervenção, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Vivemos hoje, como é do conhecimento de todos, os efeitos de uma nova crise política após mais uma dissolução da Assembleia da República, o que começa a ser quase uma normalidade, pois em 4 anos esta é terceira vez que isso acontece.

Parece assim não importar muito o que os portugueses pensam, que, de acordo com os últimos estudos de opinião, *preferem* e optam pela estabilidade e *pela segurança naturalmente política*. Estão cansados e descontentes com tantas polémicas e suspeições. Por isso, só querem *de facto* soluções e estabilidade.

Enquanto a realidade internacional avança ao ritmo de disrupções e incertezas, Portugal continua distraído com o acessório e com a pequena política, da intriga e da maledicência.

A discussão centra-se mais sobre a vida pessoal dos nossos principais atores políticos do que propriamente sobre os desafios e as dificuldades que o país e os portugueses enfrentam, em particular nos domínios da imigração, da habitação, da saúde, da pobreza e das políticas para a juventude.

Não se questiona o escrutínio e a liberdade de expressão, pois são a argamassa de uma sociedade moderna e democrática. Questiona-se sim a ausência de entendimentos e de um diálogo construtivo do país político e do país da sociedade civil em torno de uma estratégia e de uma ideia de futuro para o país.

Os jovens portugueses, especialmente os mais qualificados, têm de ter boas razões para não abandonarem o país. Enquanto isso, o investimento público, alicerçado no PRR, continua abaixo das taxas de execução e das metas estabelecidas, por falta de mão-de-obra disponível para executar os investimentos que requerem empresas *qualificadas e com alguma dimensão* de obras públicas, *que, de facto, não existem, e também, em particular, na construção daquele número brutal de habitações que nós todos percebemos que isso é tecnicamente e humanamente impossível de concretizar.*

É gritante a incapacidade que Portugal tem em executar fundos comunitários com a eficácia que o desenvolvimento do país exige. O horizonte 2026 aproxima-se e o país arrisca-se a falhar a execução do maior pacote de financiamento da sua história recente. *A famosa bazuca.* A burocracia e as regras complexas e impraticáveis impedem muitas vezes *as nossas autarquias, e Bragança é também, naturalmente, vítima desse mesmo processo,* de irem a jogo em muitos dos avisos.

Mas os portugueses não estão só preocupados com a habitação. É a produtividade, a demografia, a imigração, a fuga de talento, a transformação digital, a adaptação climática. É o tecido económico cada vez mais frágil e desajustado estruturalmente, num país onde o tempo político se gasta em campanhas eleitorais e discussões estéreis e inúteis.

O Governo da Aliança Democrática estava no rumo certo e iniciou um período de governação *positivo e afirmativo*, pena que tenha sido interrompido abruptamente, *pois estava de facto a centrar as suas respostas aos problemas concretos e mais urgentes do país.* Em pouco tempo, manteve a trajetória de crescimento da economia, diminuiu os impostos, aumentou as reformas, subiu salários, chegou a acordo com os professores, com as forças de segurança, com os enfermeiros, com os médicos e com outras classes profissionais. Acima de tudo, devolveu a estabilidade social e económica e a esperança aos portugueses.

Os portugueses, e os eleitores em particular, saberão certamente no próximo dia 18 de maio reconhecer e recompensar o mérito *desta curta* Governação da AD, dando-lhe uma maioria maior, como *bem* sugere o seu líder Luís Montenegro.

Termino, *e uma vez que hoje estamos de facto inspirados pela poesia,* com esta quadra com uma mensagem lapidar, profunda e de esperança, do Poeta António Aleixo:

“O mundo só pode ser  
melhor do que até aqui;

quando consigas fazer  
mais pelos outros que por ti”.

*De facto, todos temos de fazer mais pelo País, pela nossa cidade, pela nossa comunidade, pelo nosso vizinho, pelo nosso amigo.”*

**Luís Pires** – Referindo-se à intervenção do membro António Malhão, mais concretamente à expressão “interrompido abruptamente”, disse ser necessário refletir sobre a interrupção abrupta daquilo que era o prazo que determinado conjunto de pessoas, ou um governo, se predispunha para executar o seu projeto.

Assim, referiu ser necessário recuar no tempo e relembrar a atitude do Presidente da República, na maioria absoluta do Partido Socialista, de colar a maioria a uma pessoa, e afirmou que se tratara de uma decisão pessoal do mesmo, que considerava muito errada, por não deixar espaço para gerir o futuro.

Acrescentou que surgira, na altura, um lapso de uma entidade respeitável do país, a Procuradoria-Geral da República, com um parágrafo que fizera com que o então Primeiro-Ministro decidisse sair e o Governo caísse. Salientou que, no entanto, a legislação portuguesa referia que, dentro daquela maioria, era possível encontrar uma nova solução, mas que tal não foi possível porque o Presidente da República não o permitiu, porque, se assim acontecesse, iria existir uma maioria, tal como os Portugueses, na altura, haviam querido, e que governaria até ao final do prazo previsto.

Para terminar, e reportando-se ao que o membro António Malhão também referira sobre o Governo, leu uma parte do jornal “Expresso”, onde se referia que só a educação e ambiente se salvavam no ano de Governo AD e que o resto estava tudo mal.

#### **Ponto 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

##### **Ponto 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município**

#### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2025**

##### **– Estado e Vida do Município –**

*Conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 18 de fevereiro de 2025.*

#### **1. Gestão, organização interna e relacionamento com os municípios**

## **Finanças do Município**

No âmbito das competências cometidas a esta Divisão, apresentam-se, a seguir, as atividades que se consideram mais relevantes no período de 2025.01.02 a 2025.03.31, bem como, uma breve análise à componente financeira do ano 2025 efetuando-se, sempre que pertinente, a sua comparação com período homólogo.

Informamos que a taxa de execução da receita refere-se à cobrança líquida, enquanto a taxa de realização da despesa diz respeito à despesa efetivamente realizada.

O orçamento inicial do município para o exercício de 2025, foi aprovado pelo valor de 61.255.000,00€, incluindo na sua componente corrente, receitas no valor de 45.828.300,00€ e despesas no valor de 32.873.315,00€. Para as rubricas de capital, as receitas foram fixadas em 15.338.500,00€ e as despesas em 28.381.685,00€. As outras receitas apresentam um valor de 88.200,00€. Considerando as fontes de financiamento mencionadas, estimou-se que parte das despesas de investimento seria financiada por receitas de carácter corrente.

Com o objetivo de ajustar as dotações às necessidades decorrentes das decisões tomadas, a gestão orçamental foi concretizada por uma variação (face ao orçamento inicial), de 26.185.206,53 euros, tendo sido efetuadas, até 31 de março, seis alterações ao orçamento municipal, incluindo cinco permutativas e uma modificativa.

Como resultado das referidas alterações orçamentais, o orçamento corrigido apresenta dotações no montante de 87.440.206,53€, composto por 45.828.300,00€ de receitas correntes e 49.242.506,53€ de despesas correntes. Na vertente de capital, as receitas ascendem a 15.338.500,00€ e as despesas a 38.197.700,00€. As outras receitas totalizam 26.273.406,53€, incluindo o saldo da gerência anterior no valor de 26.185.406,53€.

Relativamente à execução orçamental do ano de 2025, a receita apresenta, em 31 de março, uma taxa de execução de 44,07%, com valores cobrados na ordem dos 38,5 milhões de euros. Em comparação com o período homólogo do ano de 2024, verificou-se um acréscimo na receita arrecadada de 15,74%, ou seja 5,24 milhões de euros, originada, em grande parte, pela execução (1,57 milhões de euros) na sua componente corrente.

Destacando-se a representatividade das diversas fontes de receita, observa-se:

- Os impostos diretos apresentam um crescimento, face ao ano anterior, de 40,22%. Incluem o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC) e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). No ano em apreço, no conjunto destes impostos a cobrança ascende a 1.078.239,18€, deste valor, 45,69%, ou seja, 492.665,87€, corresponde a receita proveniente do IMT;
- A componente de taxas, multas e outras penalidades, com cobrança na ordem de 504.656,34€, diminui, face ao ano anterior, 8,28%;
- Os rendimentos de propriedade, provenientes de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, incluem como valor mais significativo a cobrança da renda de concessão paga pela EDP. Este crescimento é originado pelo facto de a receita do 4.º trimestre de 2024 só ter sido recebida em 2025 (525.915,49€), sendo para tal considerada como execução da receita no período em análise. Esta variação em relação a 2024 no valor

de 1.154.926,22€, deve-se também ao facto de a cobrança referente ao 1º trimestre do ano de 2024 só ter ocorrido no mês de abril. Sendo assim, não foi considerada na execução do ano de 2024 no 1.º trimestre, mas no 2.º trimestre.

- Relativamente às transferências correntes, o seu valor, de 6.480.011,03€, advém, na sua quase totalidade (99,95%), da Administração Central, que neste período regista um aumento de 183.042,80€ face ao valor recebido no período homólogo. Fazem parte destas receitas as transferências decorrentes da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, designadas de Fundo de Financiamento da Descentralização que, no domínio da Educação e Ação Social, ascendem respetivamente a 1.362.321,00€ e 80.667,00€;

- As transferências (correntes e capital) provenientes do OE (ao abrigo do RFALEI), atingiram o valor de 6.072.978,00€. Estas verbas consubstanciam a participação do Município nos recursos públicos [FEF, FSM e PVIRS, o excedente a distribuir pelos municípios (n.º 3, do artigo 35.º, do RFALEI) e a participação no IVA];

- A venda de bens e serviços traduzem, face a 2024, um decréscimo de 1,31%. Com um volume cobrado de 1.897.063,02€, contribuem para esta variação a cobrança associada aos resíduos sólidos.

Quanto ao orçamento de despesa, no ano de 2025, registaram-se pagamentos de 9,83 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 11,25%. Esse desempenho representa um acréscimo, relativamente ao apurado no período homólogo para o ano 2024, de despesa paga em 0,62%. Para este aumento de 60.754,65€, contribuíram com maior destaque (em 204.866,38€), as despesas correntes, sendo que neste agregado se destacam:

- A aquisição de bens e serviços, em valor absoluto 255.930,55 (com um acréscimo de 5,47%, relativamente ao ano anterior);

- As despesas com o pessoal, com um aumento de 180.816,32€, ou seja 6,32%, explicado, principalmente pelas atualizações salariais, bem como pelo aumento da necessidade de novas contratações de pessoal, para colmatar as necessidades dos serviços;

- As transferências correntes apresentam um acréscimo de 9,18% face ao período homólogo, totalizando um aumento de 75.258,87€.

Conforme explicitado anteriormente, as receitas correntes executadas acrescidas do saldo da gerência anterior corrente totalizam o valor de 27.627.973,59€ (11.133.782,06€ de receitas correntes e o saldo da gerência anterior corrente no valor de 16.494.191,53€). Este montante supera o total da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos (8.420.758,56€ e 338.655,00€ respetivamente), verificando-se assim o cumprimento do equilíbrio orçamental para o período em análise.

Embora não contribuam para a execução orçamental, mas integrando os fluxos de caixa, as dotações não orçamentais apresentam, em 31 de março, o valor de 2.397.494,81€, resultante do ajustamento ao saldo inicial transitado do ano de 2024 no valor de 2.481.244,42, dos pagamentos e recebimentos no valor de 157.036,67€ e 73.287,06€, respetivamente.

Quanto à taxa de execução do orçamento da despesa em 2025, no âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP), que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM), esta atingiu o valor de 4,82%, correspondendo a pagamentos de 2,08 milhões de euros. O PAM atingiu o valor de 1.026.095,88€, enquanto o PPI alcançou 1.054.133,60€. As despesas incluídas nas GOP foram principalmente orientadas para as funções sociais (50,70%) e outras funções (20,67%), totalizando despesas pagas de 1.054.592,17€ e de 429.897,98€, respetivamente. As funções sociais destacaram-se nos projetos associados à habitação e serviços coletivos (403.809,40€) e serviços culturais, recreativos e religiosos (430.652,82€).

Relativamente ao passivo da autarquia, regista (dados provisórios), em 31 de março de 2025, uma dívida a terceiros de 4,43 milhões de euros, distribuída pela componente não corrente no valor de 0,81 milhões de euros (empréstimos bancários) e corrente com 3,62 milhões de euros.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, observou-se uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 344.323,60€ euros, equivalente a menos 7,20%, com maior redução na componente não corrente.

Entre as dívidas de curto prazo a terceiros incluem-se 58.127,48€, relativos à empresa Águas do Norte, S.A, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia que se encontram depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento), no valor de 2.390.582,94€.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2024, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 33.085.758,75€.

O Município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade Águas do Norte, S.A., cujo valor ascende a 29.315.238,12€.

- Entre 1 de janeiro e 31 de março de 2025, pelo **Serviço de Compras e Armazéns**, foram adjudicados um total de 2.386.339,50€, distribuídos da seguinte forma: 713.125,36€ através de concursos públicos internacionais, 303.398,26€ através de concursos públicos, 678.094,41€ através de consultas prévias, 228.768,69€ através de ajustes diretos e 462.952,78€ através de ajustes diretos regime simplificado.

- Pelo **Serviço de Taxas, Contraordenações e Metrologia**, derivada da articulação com os outros serviços, destaca-se:

- Processos de execução fiscal instaurados: 377; Valores instaurados: 7.882,24€; Citações expedidas: 377;

- Recebimento de 550 autos de contraordenação rodoviárias, via plataforma, com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, dos quais 356 foram regularizados pelo seu pagamento.

- Registo de 11 autos por processos de contraordenações gerais;

- Concluídos 10 processos de contraordenações gerais, tendo resultado 3 admoestações, 6 arquivamentos e 1 foi enviado para o Ministério Público para execução da coima;
- Concluídos 3 processos de ressarcimento de danos causados ao município, cujo valor recebido ascende a 6.300,59€;
- Efetuadas 99 verificações de controlo metrológico, com o valor cobrado de 5.930,23€. De referir que, deste montante, 25% é transferido para o Instituto Português da Qualidade;
- Emitidas 6 certidões;
- Emitidos 14 selos de residente.
- Pelo **Serviço de Contabilidade**, nas suas diversas tarefas administrativas e técnicas, no período de 1 de janeiro a 31 de março de 2025, destaca-se a análise e registo de 2.064 faturas (na faturação a fornecedores e outras), a emissão de 1.688 ordens de pagamento e a conferência de processos de despesa, nomeadamente, 1.007 cabimentos e 1.194 compromissos.
- Pelo **Serviço de Tesouraria** destaca-se a realização de 1.629 ordens de pagamento e efetuados 2.473 movimentos bancários (depósitos e levantamentos) nas diversas contas bancárias da autarquia.
- Pelo **Serviço de Expediente Geral**, para além das tarefas normais afetas ao Serviço, destaca-se o tratamento de 3.505 documentos, em suporte de papel e a expedição de correspondência num total de 2.192 unidades.
- Foram emitidos 18 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.
- Foi dado início ao processo da eleição da Assembleia da República.
- Pelo **Serviço de Recursos Humanos**, procedeu-se ao acompanhamento de 67 procedimentos concursais por tempo indeterminado e 9 a termo resolutivo certo.
- O **Arquivo Municipal** registou 352 requisições internas de documentação e investigações e foram enviados, via e-mail, 1.362 documentos em suporte digital e fornecidos 412 em suporte papel.
- Foram atendidos 10 investigadores externos e disponibilizados 52 processos e 26 livros de consulta.
- Pela **Divisão de Informática e Sistemas Inteligentes**, entre inúmeras tarefas afetas à equipa, destaca-se a receção de 305 pedidos de intervenção, resolvidos na totalidade, num tempo médio de 5 horas e 26 minutos. De salientar que os tempos médios de resolução variam significativamente por tipo de intervenção, sendo mais rápidos para questões de software (1h:18min) e mais demorados para equipamentos (10h:8min), o que reflete a complexidade associada a intervenções de hardware.

### **Relacionamento com os municípios**

- O **Balcão Único de Atendimento** do Município de Bragança, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou um total de 8.471 atendimentos presenciais, incluindo com

marcação prévia (com registos reduzidos face à média de atendimento). A média diária foi de 137 atendimentos a munícipes.

- Neste período destaca-se a entrada de 755 pedidos de emissão de Cartões do Município.

- No mesmo período, foram rececionados, via **plataforma “NOPAPER”**, 394 emails, relacionados com licenciamento de construção/reconstrução/ampliação/legalização de edifícios. Salienta-se a importância de outros canais de atendimento, tais como o email e o telefone, que continuam a ser muito procurados pelos munícipes para evitar as deslocações presenciais.

- A **Assessoria Jurídica e Contencioso**, para além das normais tarefas diárias é, igualmente, responsável pela gestão do processo de receção, tratamento, registo, resposta e arquivo dos elogios, sugestões, pedidos de informação, ocorrências e reclamações do município. Assim, no período em referência, deu resposta a: 1 reclamação apresentada em livro físico com envio do respetivo ofício através de carta registada para a AR, bem como a 2 reclamações, 3 ocorrências, 11 pedidos de informação e 1 sugestão, todas elas apresentadas no site do Município.

## **2 - Coesão Social**

### **Educação**

- No período em referência, foi dada continuidade à oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) a todas as crianças dos jardins de infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, na interrupção das atividades educativas do Carnaval, nos dias 3 a 5 de março, tendo sido inscritas nas atividades um total de 90 crianças.

- No Centro de Ciência Viva de Bragança foi dada continuidade ao projeto “Escola Ciência Viva”, com os alunos do 3.º e 4.º anos das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) dos agrupamentos de escolas da rede pública e privada. De 7 de outubro de 2024 a 6 de junho de 2025, cada turma estará no CCVB a viver e a sentir uma experiência diferente de aprendizagem, abrangendo um total de 395 alunos, tendo neste período participado nas atividades 126 alunos.

- Foi concluída a 1.ª fase de auditoria e controlo do fornecimento de refeições escolares, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de todos os níveis de ensino, e de suplementos alimentares aos alunos do 1.º ciclo posicionados no escalão 1 do abono de família, pelo LCQA – Laboratório de Controlo e Qualidade Alimentar, Lda – Bragança. Esta auditoria visa desenvolver ações de verificação, abrangendo todo o desenrolar da operação, incluindo o cumprimento das boas-práticas, a adequação dos controlos existentes, os níveis de formação do pessoal, as garantias de segurança alimentar e o cumprimento da legislação em vigor.

- No âmbito da desinfestação nas instalações dos edifícios municipais, em diferentes momentos do ano, por forma a garantir índices de infestação ótimos (ou seja, níveis de

infestação tendencialmente nulos), nas suas infraestruturas, partes componentes e acessórias, confinantes e ou arquitetonicamente ligados aos mesmos, foi desenvolvido um procedimento, mediante consulta prévia, para aquisição de serviços especializados de controlo de pragas nas instalações dos edifícios municipais, na sequência do qual foi adjudicado o serviço à empresa Nordhigiene – Pest-Control. Nesta 1.ª fase, foram realizadas 38 intervenções em 38 edifícios municipais.

- No âmbito do contrato de delegação de competências no domínio da educação, entre o município e os agrupamentos de escolas, foi feito um aditamento para reforço das verbas anuais a transferir para os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga.

### **Ação Social e Saúde**

- Encontra-se em execução o **projeto SILVER ECONOMY – JOBS**, que prevê a criação de novos postos de trabalho associados às necessidades da população *silver* que constituem o principal grupo demográfico da maioria das localidades da zona de cooperação.

- Relativamente ao **Serviço de Ação Social e Saúde (SASS)**, no período compreendido entre os dias 1 de fevereiro e 7 de abril de 2025, realizaram-se 191 atendimentos sociais. Nestes atendimentos, analisaram-se diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

- Acresce a realização de **visitas domiciliárias**, no âmbito do acompanhamento de uma diversidade de situações/problemáticas e para avaliação social, tendo-se efetuado 10 saídas/visitas domiciliárias da equipa técnica do SASS (zona rural e urbana) / equipa técnica de acompanhamento dos bairros sociais municipais.

- Relativamente ao **Tarifário Família Carenciada (TFC)**, para o período em análise, foram elegíveis 19 famílias. De referir que este programa, direcionado para os munícipes em situação de vulnerabilidade e carência económica, integra um conjunto de medidas compensatórias a aplicar face à crise, cujo apoio reflete uma redução de 70% sobre o valor mensal da fatura a pagar, incluindo o consumo de água, saneamento e resíduos urbanos.

- No âmbito do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Bragança (PMIND), foi realizada, no dia 02/04/2025, uma atividade de **peddy-papper sobre o tema (Des)Igualdade de Género**, em parceria com o Projeto-Piloto Radar Social, direcionado para os alunos dos cursos de formação profissional do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, no Parque da Trajinha. Os 60 participantes foram desafiados a efetuarem uma pesquisa científica sobre as mulheres destacáveis da região e a visitar a exposição, inaugurada no dia 08/03/2025 - Dia Internacional da Mulher, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, sobre mulheres com destaque na área da ciência, considerando que a atividade peddy-papper incluía desafios sobre o tema.

- O Auditório Paulo Quintela acolheu, no dia 03/04/2025, o “**Roadshow Voluntariado**”, uma iniciativa destinada a alunos do ensino secundário e profissional, que pretendeu promover um debate sobre a importância do voluntariado e do seu impacto social. Promovida pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, com o apoio do Município de Bragança, da Confederação Nacional do Voluntariado, da Agência Nacional Erasmus+, da Entreatajuda, da Fundação Eugénio de Almeida e da Fórum Estudante, esta iniciativa procura reforçar a importância do envolvimento juvenil em projetos de solidariedade, incentivando os estudantes a desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.
- No âmbito do Projeto-Piloto Radar Social, financiado através Aviso de concurso - Investimento RE-C03-I01 - Nova Geração de equipamentos e Respostas Sociais, N.º 07/C03-i01/2023, RE-C03-i01.m03 – Radar Social – Criação de equipas para projeto piloto, foi realizada uma reunião, no dia 13 de março, com os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia do concelho de Bragança com a finalidade de apresentar o Projeto, promovendo o seu reconhecimento e incentivando a colaboração das entidades locais, contando com a participação de 27 pessoas.
- No âmbito do Plano de Ação 2024-2026, foram concretizadas duas sessões informativas dinamizadas pelo Centro Qualifica do NERBA, nos dias 5 de fevereiro e 18 de março, destinadas aos técnicos e dirigentes das instituições parceiras da Rede Social (CLAS), com o objetivo de divulgar e esclarecer os procedimentos relativos ao processo RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), estando presentes 12 elementos, na primeira sessão, e 6 elementos, na segunda sessão.
- No dia 29 de janeiro, decorreram duas iniciativas distintas: a primeira, uma sessão no âmbito do Estatuto do Cuidador Informal, integrada no Plano de Ação 2024-2026, marcando presença no evento, 18 pessoas. A segunda, uma sessão de apresentação do Projeto-Piloto Radar Social, promovida em articulação com o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, da GNR Distrital, contou com a participação de 19 pessoas.
- No período de 27 janeiro de 2025 a 4 abril de 2025, a equipa técnica do Radar Social realizou 18 atendimentos sociais. Por outro lado, esta equipa realizou 43 visitas domiciliárias, no contexto das diferentes atividades. Neste período, foram realizadas 74 articulações com outros serviços e entidades parceiras.
- O Grupo de Trabalho para Pessoas em Situação de Sem-abrigo (NPISA) realizaram três reuniões com a participação técnica da DASS/SAAS, e respetivos parceiros, tendo integrado três pessoas em situação de sem-abrigo na resposta social de Apartamento Partilhado, da Associação Reaprender a Viver.
- O Município de Bragança apoiou, para o ano de 2025, 115 agregados familiares com um total de 140.616,87€, no âmbito do **Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação**. Os contratos foram assinados no dia 07/03/2025, no Auditório Paulo Quintela, e preveem a atribuição de um apoio social, calculado mediante o respetivo escalão, com vista a atenuar as dificuldades em assegurar o pagamento dos valores de

arrendamento no mercado privado, permitindo que as famílias se mantenham nos imóveis onde residem e assegurando o respetivo direito a uma habitação condigna.

- Após a realização de um estudo socioeconómico aprofundado e a auscultação das instituições públicas com atuação no domínio social, na Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 10 de março de 2025, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de oito fogos de habitação social municipal a agregados familiares, num total de 33 pessoas, em grave situação de vulnerabilidade e de emergência social, num investimento global de 145.000,00€. Em abril, foram assinados os contratos de arrendamento e entregues as chaves dos respetivos imóveis.

- Relativamente ao **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**, de 1 de fevereiro a 4 de abril de 2025, foram realizados 541 atendimentos sociais, sendo que foram realizados 11 atendimentos de emergência social (LNEs). Por outro lado, esta equipa realizou 46 visitas domiciliárias, no contexto das diferentes atividades/atribuições. Neste período, foram realizadas 97 articulações com outros serviços e entidades parceiras.

- No domínio da **promoção e proteção de menores (CPCJ)**, tendo presente a monitorização e acompanhamento de processos instaurados por parte dos elementos da Comissão Restrita, foram realizadas 14 visitas domiciliárias, quer no perímetro urbano quer no perímetro rural do concelho de Bragança, aos quais acresce a realização de 17 atendimentos presenciais.

### **Animação e Equipamentos culturais**

#### **Centro de Arte Contemporânea Graça Morais:**

- Nas sete salas de exposições dedicadas à obra da pintora Graça Morais foi inaugurada, no dia 15 de fevereiro, a exposição "Graça Morais: A Natureza e a Graça", revelando o que a Pintora Graça Morais e a Natureza têm de solar e de demanda persistente da felicidade.

- No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 8 de março, a exposição "Trípticos – Farsas e Fábulas", de Jorge Galindo.

- Nos meses de fevereiro a março de 2025, foram realizadas 10 visitas guiadas/jogo, solicitadas por escolas e instituições, e visitaram o espaço 1.706 pessoas, sendo 1.409 de nacionalidade portuguesa, 183 espanhola e 114 de outras nacionalidades.

#### **Museu Ibérico da Máscara e do Traje:**

- Durante os meses de fevereiro e março, foram realizadas 13 visitas guiadas e visitaram o museu 1.842 pessoas, sendo 1.194 de nacionalidade portuguesa, 438 espanhola e 210 de outras nacionalidades.

- De 5 de janeiro a 30 de março esteve patente ao público a exposição "As Máscaras e o seu Poder", de Carlos Pires, artesão de Parada de Infanções.

#### **Teatro Municipal de Bragança:**

- Nos meses de fevereiro e março, o Teatro Municipal (TMB) acolheu 20 espetáculos, num total de 22 sessões, nas diversas áreas artísticas: Dança, Multidisciplinar, Música e Teatro (9 espetáculos em fevereiro e 11 espetáculos em março). Neste período,

assistiram aos espetáculos 3.349 espetadores, com uma taxa de ocupação de sala global de 90,7%.

No mesmo período, salienta-se, ainda:

- O Início do “ASPAS” - Ciclo de Teatro de Bragança, com o acolhimento de 7 espetáculos de Teatro, no decurso do mês de março, três dos quais em coprodução. Destaque para o espetáculo de abertura, “Terminal: O Estado do Mundo”, pelo Teatro Nacional D. Maria II.

- O Novo ciclo de programação “Festival Interior com Voz”, com a apresentação, na mesma noite, de um artista emergente e um artista consagrado: Milhanas // Camané (fevereiro) e Soraia Tavares // Tiago Nacarato & Orquestra Bamba Social (março).

- O acolhimento de uma digressão internacional “Tango: Amor Desconsolidado”, por Maria Elena Martinez – Peacock (Espanha).

- A continuidade de espetáculos e atividades paralelas de Serviço Educativo: “Os Sonhos do TOM”, pela Limite Zero; “A.M. Monstro”, pela Malvada e “Lições de Voo”, pelo Teatro de Marionetas do Porto.

- No âmbito do ciclo de programação “Café Duplo”: Encontro e Showcase de artistas no Conservatório de Música e Dança de Bragança, no quadro da rubrica “O Artista Vai à Escola”.

- A continuidade do acolhimento da Comunidade Artística local, nomeadamente: “Trio Majestoso” e “Paulo Vicente & Luís Vicente”.

- No mês de fevereiro, na área de Dança: “Tango: Amor Desconsolidado”, por Maria Elena Martinez – Peacock; na área de Música: “Bach VS Electronics”, por Álvaro Cortez; “MaZela”; “VLUDO c/ Sam The Kid”; “Amália Hoje”; “Milhanas // Camané” e “Beatriz Pinto”; na área de Teatro: “Lições de Voo”, pela Limite Zero e “A.M. Monstro”, pela Malvada.

- No mês de março, na área de Música: “Trio Majestoso”; “Paulo Vicente & Luís Vicente”; “Café Duplo – Susie Filipe + Edgar Valente” e “Soraria Tavares // Tiago Nacarato & Orquestra Bamba Social”; na área de Teatro: “Terminal: O Estado do Mundo”, pelo Teatro Nacional D. Maria II; “Lições de Voo”, pelo Teatro de Marionetas do Porto; “Memo”, pela Mescla D'exemplos; “Como Desenhar Uma Filha Nua”, pela Visões Úteis, “Os Mosqu3teiros”, pela Este – Estação Teatral; “Os Homens Morrem, As Mulheres Sobrevivem”, pelo Ensemble Sociedade de Actores e “Fio Mental”, pela Urze Teatro.

#### **Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira:**

- Nos meses de fevereiro e março de 2025, passaram pela Biblioteca Municipal 3.417 utilizadores, distribuídos pela secção de adultos, secção infantil e Biblioteca Adriano Moreira. Procedeu-se ao empréstimo 2.187 documentos (monografias e audiovisuais), foram consultados, presencialmente, 427 documentos e registaram-se 556 leitores ativos e 63 novos leitores.

- Nos serviços técnicos, foram catalogados, classificados e indexados 41 novos documentos.

- No processo de revisão da base de dados bibliográfica, foram validados 212 registos, que perfaz um total de 48.123, num universo de 57.351 registos.
- No serviço de animação e extensão cultural, nos meses de fevereiro e março, realizaram-se 30 eventos de promoção de leitura, onde participaram 1.453 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.
- Foram realizadas as sessões do Clube de Leitores de Bragança, no dia 19 de fevereiro e 20 de março e as sessões dos Sábados de Encantar nos dias 22 de fevereiro e 22 de março.
- Destaque para as apresentações de livros: no dia 14 de fevereiro, o romance histórico “José Jorge” e a antologia “O Pequeno Mundo da Nossa Taberna”, de Fernando Calado, e no dia 25 de março o lançamento do “Atlas da raia hispano-lusa / Castilla y León – Centro e Norte de Portugal”.
- No dia 26 de março decorreu a 1.ª edição do Concurso Municipal de Leitura, em colaboração com a Rede de Bibliotecas de Bragança, no auditório Paulo Quintela, onde estiveram presentes 150 pessoas, entre alunos, familiares e professores e onde foram apurados os alunos vencedores em cada nível de ensino.
- Destaque para o evento “O Escritor vai à Escola”, com a presença do autor Pedro Freitas, destinado a alunos do ensino secundário dos três Agrupamentos de Escolas, no dia 27 de março.
- No dia 14 de março, Dia Mundial do Sono, decorreu a Inauguração da Exposição ‘Alerta Sono’, seguindo-se, no dia 20, uma conversa com pais: “Sono como estilo de vida”, bem como no dia 22, integrado no Sábado de Encantar. Este Projeto Alerta Sono resulta de uma parceria entre a Unidade Local de Saúde do Nordeste (ULSNE), a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Bragança (ESSa-IPB) e o LiveWell- Centro de Investigação para a Vida Ativa e Bem-Estar do IPB e contou com o apoio do Município de Bragança.

**Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições:**

- De 28 de fevereiro a 04 de maio está presente, na Sala Luís de Camões, a exposição “Máscaras Portuguesas”, de André Gago.
- Desde o dia 8 de março que, na sala Miguel Cervantes, está patente a exposição “Mulheres e Raparigas Brigantinas na Ciência”. Esta exposição é uma homenagem a todas as Mulheres e Raparigas do concelho de Bragança que fazem parte da ciência.
- Nos meses de fevereiro e março de 2025, visitaram as exposições 658 pessoas.

**Centro de Fotografia Georges Dussaud:**

- Desde o dia 15 de novembro de 2024, está patente a exposição permanente “A Terra e os Camponeses, Trás-os-Montes na Década de 80”, com fotografias de Georges Dussaud.
- Na sala de exposições temporárias, foi aberta ao público, no dia 1 de novembro, a exposição “Mascaradas Raianas”, de Carlos González Ximénez.
- Nos meses de fevereiro e março, visitaram o centro 1.289 pessoas, sendo 712 de nacionalidade portuguesa, 339 espanhola e 238 de outras nacionalidades.

### **Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano:**

- Nos meses de fevereiro e março de 2025, visitaram o centro 759 pessoas, sendo 449 de nacionalidade portuguesa e 310 de outras nacionalidades.

### **Museu Nacional Ferroviário Bragança:**

- Nos meses de fevereiro e março, foram realizadas 11 visitas guiadas e visitaram o museu 1.025 pessoas, sendo 705 de nacionalidade portuguesa e 320 de outras nacionalidades.

### **Projeções Cinematográficas:**

- Nos meses de fevereiro e março de 2025, continuaram as projeções cinematográficas, no Auditório Paulo Quintela, com a realização de 10 sessões de projeção no mês de fevereiro, assistidas por 436 espetadores e 10 sessões no mês de março, assistidas por 443 espetadores.

### **Desporto e juventude**

- No período em análise, foi feita a gestão das instalações desportivas e dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, apoiados pelo Município de Bragança.

- Nos meses de fevereiro, março e início de abril, no âmbito do programa de **Passeios Pedestres 2025**, do projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, realizaram-se 4 caminhadas, nas localidades de Sendas, Paço de Mós, Grijó de Parada e Milhão, em que participaram 420 caminheiros.

- A piscina municipal recebeu, nos dias 3, 10, 17 e 24 de fevereiro de 2025, os participantes do programa **Desporto Sénior no Meio Rural** para uma aula de hidroginástica. Estiveram presentes 60 alunos e alunas, provenientes das freguesias de Coelhoso, Gimonde, Grijó de Parada, Milhão, Parada, Pinela, Salsas, São Pedro de Sarracenos e São Julião de Palácios.

- Nos dias 14, 15 e 16 de março, realizou-se o **Bragança Gaming Takeover**, que, durante três dias, foi o epicentro da cultura *gaming* e reuniu ícones do *gaming* e do *streaming*. A iniciativa deu oportunidade de todos os visitantes experimentarem simuladores, robótica, inteligência artificial, realidade virtual e jogos estratégicos, épicos de *gaming*, *esports* e tecnologia. Foram três dias de *gaming*, competição e partilha, onde cerca de 150 alunos puderam participar nas visitas de estudo do evento, oportunidade única para explorar o mundo dos videojogos e da tecnologia, participando nos seis workshops interativos com especialistas da área.

- No dia 17 de fevereiro foram assinados os **Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo** que permitem ao Município de Bragança apoiar, com cerca de 382 mil euros, 26 associações desportivas do concelho. O apoio concedido servirá de base à atividade regular das diferentes coletividades e beneficia, diretamente, cerca de 1.825 atletas federados e de 1.017 não federados, 35 modalidades, 81 equipas e dezenas de eventos desportivos de pequena, média e grande escala.

- Em relação ao número de **utilizadores dos equipamentos desportivos municipais**, durante os meses de janeiro a março de 2025, foram registados 18.924 na piscina municipal, 7.361 no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, 2.320 no Pavilhão da Bancada, 4.880 no Pavilhão da Coxa, 1.095 no Estádio Municipal, 8.478 no Campo do CEE, 43 na Pista de Atletismo e 887 no Pavilhão da EB1 Paulo Quintela.

### **Ambiente e sustentabilidade**

- Encontra-se em execução o **projeto ENERZAB**, que tem como finalidade estabelecer as bases para uma colaboração transfronteiriça no domínio das comunidades de energias renováveis. O projeto centra-se na abordagem das complexas considerações jurídicas, culturais, sociais, económicas e técnicas envolvidas neste tipo de empreendimentos.

- No **setor das águas e saneamento**, nos meses de fevereiro a março de 2025 (até ao dia 18), foram colocados 47 contadores, efetuadas 87 substituições e 159 mudanças de nome, 11 reparações de ruturas, 3 reparações de edifícios, 187 limpezas de fossas/cisternas e 12 desobstruções de coletores.

- No âmbito do **controlo de animais errantes**, foram recolhidos 22 canídeos e 91 felídeos da via pública. Destes animais, 18 canídeos e 2 felídeos foram adotados, 2 canídeos foram restituídos ao tutor e 89 felídeos foram devolvidos à colónia de origem. Importa referir que os animais adotados e os devolvidos à colónia de origem são esterilizados, com objetivo de controlo de reprodução.

- No âmbito do **Plano de Destruição de Cadáveres de Animais de Companhia**, foram recolhidos e encaminhados para destruição 1.790 kg de cadáveres de animais de companhia.

- Em colaboração com as Autoridades Policiais, foram efetuadas **11 ações de fiscalização e controlo** em situações de denúncias de maus-tratos a animais.

- Foram efetuadas 6 vistorias de verificação de queixas de insalubridade.

- No âmbito do **Serviço Municipal de Proteção Civil** destaca-se o registo de 112 queimas.

- Destaca-se, ainda, a elaboração de protocolo de cooperação, no âmbito do Grupo de Emergência e Catástrofe, entre o Município e a Cáritas Diocesana de Bragança.

- No âmbito do **serviço de espaços verdes**, destaca-se a plantação/reposição de 153 árvores e 836 arbustos, nos espaços verdes da Cidade, e a poda de árvores de alinhamento de grande porte, das áreas de administração direta, com aproximadamente 700 exemplares.

- No período de referência, foram limpos, aproximadamente, 10ha de faixas combustíveis, nas vias e áreas de cedência do Município.

- Foi, igualmente, dado apoio técnico e cedência de 16 árvores e 18 arbustos, da produção do viveiro Municipal, às Juntas de Freguesia de Carragosa e Outeiro.

- No âmbito do **Gabinete Técnico Florestal**, regista-se a identificação e a destruição de 6 ninhos de vespa velutina, a monitorização quinzenal de 6 armadilhas e o respetivo registo nas plataformas “STOPvespa”, “GeoVespa” e “Vigilância Ativa”.
- No que respeita à **recolha de resíduos**, durante os meses de janeiro e fevereiro, foram recolhidos 2.485,17 ton de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, 55,66 ton de papel e cartão, 36,38 ton de plásticos, 59,34 ton de vidro, 7,54 ton de monstros, 24,26 ton de madeira, 56,54 ton de entulho e 25,34 ton de biorresíduos.
- No âmbito da **gestão cemiterial**, de janeiro a março de 2025, foram realizadas 36 inumações, 12 concessões, 13 construções, 6 averbamentos e 2 trasladações, nos cemitérios de Santo Condestável e Toural.
- No âmbito do **serviço de máquinas e oficinas**, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais, com apoio de máquina de rastos, em Coelhoso, Quintas de Montesinho, Carocedo, Failde, Parada e na ação de proteção civil do incêndio ocorrido no Parque Natural de Montesinho, assim como à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e enchimento de caminhos rurais, em Baçal, Vale de Lamas, Espinhosela, Donai, Alimonde, esta última, tendo incluído uma demolição de habitação.
- Foi, também, realizada a manutenção de caminhos agrícolas/municipais, com recurso a destroçadoras, em 42 localidades, e com recurso a motoniveladoras, em 9 localidades.
- Foram garantidos apoios diversos às Juntas de Freguesia, com equipamentos municipais em 11 localidades e realizados trabalhos de manutenção de pavimentos na rede viária municipal, com limpeza de desmatação de bermas e valetas das estradas municipais, reposição de pavimentos, colocação de sinalética e mobiliário urbano vandalizado ou danificado.
- Foram, ainda, garantidos serviços diversos e de apoio ao serviço de águas e saneamento, com recurso a retro case e JCB, em 13 localidades.
- Foram, também, efetuados trabalhos de Proteção Civil, como a aplicação de mais de 80 mil kg de sal na rede viária municipal e o reforço da limpeza de condutas e aquedutos de águas pluviais e fluviais.

### 3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

#### Cultura e promoção económica

- Encontra-se em execução o **projeto SILVER ECONOMY – DIH**, que visa a elaboração de um inventário digital das empresas e agentes associados ao setor da economia *silver*, a implementação de soluções voltadas para a digitalização dos processos da empresa, destinada a promover o empreendedorismo tecnológico e a criação de um polo de Inovação Digital, com vista à criação de um centro de investigação e inovação.
- Foram celebrados, em março de 2025, **protocolos entre o Município de Bragança, a Associação de Criadores de Gado de Bragança e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores – ACRIGA**, no valor global de 98.600,00 euros. Trata-se de uma

medida implementada, desde 2019, e que representa um investimento global de cerca de 500 mil euros no setor pecuário, com vista a apoiar os criadores e produtores do concelho de Bragança, no que diz respeito aos custos inerentes às intervenções de sanidade animal obrigatória, prevendo-se abranger, em 2025, um total de cerca de 2.850 bovinos com idade igual ou superior a 42 meses e 27.930 pequenos ruminantes (jovens e adultos) legalmente registados no concelho.

- O Auditório Paulo Quintela foi palco, no dia 3 de março de 2025, da **Conferência “Pão Bragançano - Deixar o Pão Falar”**, uma iniciativa que reuniu especialistas, padeiros e chefs para debater o presente e o futuro da panificação em Portugal. Integrado no Festival do Butelo e das Casulas & Carnaval dos Caretos, o debate destacou o papel essencial do pão na cultura e identidade nacional, com particular destaque para a tradição do pão transmontano.

- De 28 de fevereiro a 4 de março, o Festival do Butelo e das Casulas fez da Praça Camões um destino obrigatório para os apreciadores da gastronomia tradicional e de excelência. A par da venda de produtos locais, realizaram-se demonstrações e degustações gastronómicas, realizou-se a Rota do Butelo e da Casula em BTT, que levou cerca de 180 ciclistas por alguns dos trilhos e aldeias mais emblemáticas do concelho.

- O entrudo bragançano arrancou no dia 28 de fevereiro, com a Exposição “Máscaras Portuguesas – Coleção de André Gago”. No principal dia do **Carnaval dos Caretos**, contou com Diálogos com Arte “Careto: ser ou interpretar” e com o desfile de mais de mil Caretos de Portugal e de Espanha, de Agrupamentos de Escolas e de instituições do concelho, pelas ruas do Centro Histórico de Bragança, culminando com a Queima do Diabo, no largo do Castelo.

- O Carnaval dos Caretos terminou, na Quarta-feira de Cinzas, com a saída do Diabo, a Morte e a Censura pelas ruas do Centro Histórico.

## **Turismo**

- De janeiro a março de 2025, foram atendidas 1.834 pessoas no Posto Municipal de Turismo, em que a maioria continua a ser de nacionalidade espanhola (58%) e portuguesa (23%), mas registaram-se, também, visitas de franceses, brasileiros, ingleses, belgas e alemães.

## **Mobilidade**

- Nos meses de janeiro a março de 2025, verificaram-se 1.382 **movimentos de aeronaves** (355 + 549 + 478, respetivamente), ou seja, mais 36% face ao período homólogo de 2024.

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, e no mesmo período, a aeronave efetuou 36 movimentos (-98 movimentos em relação a período homólogo de 2024), tendo embarcado 71 passageiros e desembarcado 56, num total de 125 passageiros (- 378 passageiros em relação ao período homólogo de 2024,

ou seja – 75%). Este resultado tem origem na suspensão da linha aérea, no dia 30 de setembro de 2024, tendo sido retomada no dia 19 de fevereiro de 2025, coincidente com o início de novo contrato para 4 anos, e a uma nova paragem entre 3 e 20 de março de 2025, devido à aeronave ter ficado retida no aeródromo de Cascais.

- No âmbito do **Serviço de Transporte Urbano de Bragança** (STUB), foi registada, entre 1 de janeiro e 31 de março de 2025, uma receita de bilhética no valor total de 4.966,00€ (1.837,50€ em janeiro; 1.516,00€ em fevereiro e 1.612,50€ em março), transportando um total de 75.254 passageiros.

- O **serviço de transporte** efetuou 70 viagens **para atividades lúdicas e recreativas**, tendo transportado 3.150 passageiros e percorrido 6.617 quilómetros. Regista-se o transporte diário para almoço de crianças do 1.º Ciclo e para as piscinas, uma vez por semana, das Instituições Obra Kolping, Cáritas e Santos Mártires. Foi também efetuado o transporte de alunos para a Escola Ciência Viva nas semanas solicitadas e o transporte de alunos das escolas do concelho para o evento do Dia da Árvore.

- No que respeita aos **parques de estacionamento subterrâneos**, foram registadas no Parque Sá Carneiro 40.863 entradas, 40.612 saídas e uma receita de 16.173,80€ e no Parque Camões, 27.324 entradas, 27.383 saídas e uma receita de 15.773,85€.

- A registar a adjudicação do concurso público de seguros, para o ano letivo 2025/2026, pelo valor global de 574.448,82€.

- Encontra-se em execução o **projeto IBERLOBO**, que visa a promoção da mobilidade sustentável e do turismo ativo no espaço de cooperação transfronteiriça.

#### **4. Reabilitação Urbana**

##### **Obras**

No período de referência, de 1 de janeiro a 31 de março de 2025, foram abertos **5 concursos públicos** no valor de 694.000,00€ (+IVA), designadamente:

- Aquisição de serviços para fornecimento de equipamentos e serviços de manutenção no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios do Município de Bragança (100.000,00€);

- Pavimentação de Rede Viária Municipal (430.000,00€);

- Elaboração do projeto de execução - ampliação do cemitério do Santo Condestável (30.000,00€);

- Requalificação da Iluminação do Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira em Bragança para luminárias LED de elevada eficiência energética (60.000,00€);

- Aquisição de serviços para manutenção dos sistemas mecânicos e de AVAC de edifícios municipais para o biénio 2025/2026 (74.000,00€).

Encontram-se em **fase de contratualização/adjudicação** os seguintes trabalhos, no valor global de 1.265.518,20€ (+IVA):

- Execução da rede de saneamento em Vila Franca (895.000,00€);

- Execução da rede de saneamento na Paradinha Velha (244.278,20€);
- Substituição da rede de abastecimento de água e execução de rede de águas pluviais na rua do Pinhal - Santa Comba de Rossas - Bragança (126.240,00€).

Encontram-se em **fase de elaboração** os seguintes **projetos e serviços**, no valor global de 155.110,00€ (+IVA):

- Aquisição de serviços para auditoria de segurança rodoviária ao projeto de execução no âmbito das ligações transfronteiriças - ligação de Bragança e Puebla de Sanabria (35.000,00€);
- Aquisição de serviços para revisão de projeto de execução no âmbito das ligações transfronteiriças - ligação de Bragança e Puebla de Sanabria (79.940,00€);
- Aquisição de serviços para elaboração dos projetos de reabilitação térmica e funcional das escolas Artur Mirandela, Campo Redondo, J.I. da Estação, J.I. Santiago, Escolas de Rossas e de Parada (20.680,00€);
- Elaboração de projeto de execução para reabilitação e valorização do rio Fervença: troço "Flor da ponte – zona do Polis" (19.490,00€).

Encontram-se em **fase de execução** as seguintes **empreitadas**, no valor acumulado global de 3.576.373,69€ (+IVA):

- Rede de saneamento e instalação de uma ETAR, na aldeia de Vilarinho (596.507,00€).
- Execução de trabalhos necessários nos edifícios da estação ferroviária da Mosca (18.520,00€);
- Requalificação dos acessos da A4 a Quintanilha e a Réfega (247.500,00€);
- Requalificação e conservação do edifício e beneficiação do sistema AVAC do Museu Abade Baçal (172.852,90€);
- Reabilitação das instalações e equipamentos de telecomunicações no Museu Abade Baçal (172.852,80€)
- Beneficiação e instalações de equipamentos e sistemas elétricos da Domus Municipalis (25.200,58€);
- Construção do Museu da Língua Portuguesa, com um montante acumulado de trabalhos executados de 2.762.540,79€ [trabalhos complementares para suprimentos de erros e omissões: 328.074,97€+IVA pagos a 50% pelo Dono de Obra, ou seja, 164.037,49€+IVA. trabalhos complementares: 136.234,08€+IVA pagos a 100% pelo Dono de Obra].
- Empreitada de fornecimento contínuo para colocação ou beneficiação de sinalização horizontal (104.406,62€);
- Aquisição de serviços para manutenção preventiva das instalações mecânicas e de AVAC dos edifícios sede do Município de Bragança no Forte São João de Deus para o biénio 2025/2026 (72.500,00€).

Encontram-se **concluídos** os seguintes trabalhos, no valor global de 283.165,00€ (+IVA):

- Substituição da rede de abastecimento de água em Portela e Carrazedo e reparação da rede de saneamento em três locais em Bragança (113.958,00€);
- Reparação e beneficiação de fogos nos bairros de habitação social da Mãe d'Água e Coxa (145.000,00€);
- Remodelação de balneários – Pavilhão Polidesportivo de S. Pedro de Serracenos (21.100,00€);
- Aquisição de placa de comando para elevador do parque de estacionamento da Praça Camões (485,00€);
- Manutenção dos estores interiores do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (460,00€);
- Manutenção preventiva dos elevadores do património municipal (2.162,00€).

### **Gestão Urbanística e Fiscalização**

- No âmbito do **sistema de gestão urbanística e fiscalização**, no período de 1 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025, e no conjunto das ações do âmbito da competência desta unidade orgânica, foram submetidos 924 pedidos (+86 que em igual período do ano anterior). Foram apresentados 25 novos pedidos de licenciamento de obras particulares, 5 pedidos de legalização de edificações, 43 aditamentos, 29 comunicações prévias (das quais 12 correspondem a construção de infraestruturas de telecomunicações e as restantes 17 a obras de edificação), 3 pedidos de informação prévia e 10 pedidos de licenciamento de muros confinantes com via pública. Realça-se que, do conjunto das novas operações sujeitas a controlo prévio, 41% destas ações se reportaram à cidade de Bragança (dos quais, 12% se localizam na Zona Histórica I e 0% se localizam na Zona Histórica II), e os restantes 59% se reportaram ao espaço rural, sendo que 87% das ações se inserem dentro de perímetros urbanos.
- Foram liquidadas as taxas relativas a 25 licenças de construção (-25 que em igual período do ano anterior) e a 13 comunicações prévias (+7 que em igual período do ano anterior), e comunicadas 42 obras finalizadas (+14 que em igual período do ano anterior). Foram emitidas 186 certidões (-19 que em igual período do ano anterior).
- No âmbito do **sistema de gestão de qualidade**, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 100% dos licenciamentos foram analisados num prazo não superior a 30 dias (no ano anterior foram 93%), e que para comunicações prévias obteve-se 98% de respostas num prazo não superior a 7 dias (no ano anterior foram 93%). A média em n.º de dias ficou em 10 dias para licenciamentos (-4 que em no ano anterior) e 3 dias para comunicações prévias (-1 que em igual período do ano anterior).
- No âmbito do **Sistema de Cadastro Simplificado**, entre janeiro e março do corrente ano, foram georreferenciados 3.080 prédios rústicos ou mistos do concelho de Bragança. Desde a abertura do Balcão Único do Prédio já foram georreferenciados 70.644 prédios.

## 5. Outras informações

- Foi assinado, no passado dia 5 de fevereiro, em São Tomé e Príncipe, o **protocolo de colaboração entre o Município de Bragança e a Câmara Distrital de Água Grande**, cidades irmãs desde 22 de junho de 2010, com o objetivo de serem apresentadas candidaturas à Rede de Cidades Criativas da Unesco, na área da gastronomia. Nessa cerimónia, o Presidente da Câmara Distrital de Água Grande, Tomé Pereira, entregou ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, a Chave da Cidade, como reconhecimento pelas profícuas relações de amizade e de cooperação existentes entre as duas cidades.

- No dia 11 de fevereiro, foi celebrada a 2.<sup>a</sup> fase de atribuição de **Bolsas a Alunos do Ensino Superior**. Foram atribuídos 43 apoios, correspondendo a um investimento de mais de 37 mil euros e a uma média de 868,60€ por aluno. 26 dos alunos estudam em Bragança, sendo que os restantes 17 prosseguem os seus estudos um pouco por todo o país.

- No Dia Mundial do Doente, celebrado a 11 de fevereiro, decorreu a **1.<sup>a</sup> Jornada de Espiritualidade da ULS do Nordeste** com o tema “Meditação Cristã - Prevenção de Fatores de Risco que podem levar à Doença”. O encontro decorreu no Auditório Paulo Quintela e a sessão de abertura contou com a participação de Paulo Xavier, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Carlos Vaz, Presidente do Conselho de Administração da ULS e D. Nuno Almeida, Bispo da Diocese de Bragança-Miranda.

- No dia 15 de fevereiro, decorreu a cerimónia de assinatura do **protocolo entre a Câmara Municipal de Bragança, através da Fundação “Os Nossos Livros”, e a Ordem dos Médicos da Região Norte**. Na cerimónia, além do Presidente, do Município e Fundação, marcaram presença a Presidente do Conselho Sub-Regional de Bragança, Cristina Nunes, e a Vice-Presidente do Conselho Regional Norte da Ordem dos Médicos, Maria da Luz Loureiro.

- O Centro Nacional de Inovação Jurídica recebeu, no dia 17 de fevereiro, o Encontro da Cáritas Portuguesa e de Espanha com uma sessão sob o tema “Abandono do Interior, como é que a Cáritas pode trabalhar no interior, em zonas despovoadas ou quase despovoadas?”. A abertura da mesa-redonda foi assumida pela Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Fernanda Silva.

- **Bragança comemorou, no dia 20 de fevereiro, os 561 anos de elevação a cidade**. A comemoração iniciou com a apresentação do livro “O Abade de Baçal, «Os judeus» e o tomo V das Memórias...”, de José Rodrigues Monteiro, na Sala de Atos do Município de Bragança. Seguiu-se a Sessão Solene, no Teatro Municipal de Bragança, onde foram distinguidas 12 personalidades. Seguiu-se o concerto “Amália Hoje”, com Sónia Tavares, Fernando Ribeiro, Paulo Praça e Nuno Gonçalves.

- A celebração dos 561 anos de Bragança Cidade continuou no dia 21 de fevereiro, com as iniciativas “Cantar Bragança!”, que contou com a participação de estudantes de Música em Contextos Comunitários da Escola Superior de Educação - IPB, e “Tocar

Bragança!", pelo Ensemble de Cordas - Conservatório de Música e Dança de Bragança, terminando o dia com a repetição do concerto: "Amália Hoje".

- No dia 22 de fevereiro, teve lugar o espetáculo "Viver Bragança, 561 anos de cidade", em que participaram vários grupos da cidade, seguido do momento em que se cantaram os parabéns a Bragança e se partiu o bolo, confeccionado por 14 pastelarias brigantinas, na Praça Camões.

- A segunda de duas conferências, sob o mote "Trás-os-Montes na Rota da Engenharia", aconteceu em Bragança, no dia 22 de fevereiro, com foco na relação entre engenharia e o desenvolvimento do território. Além do debate entre especialistas e participantes, o evento ficou marcado pelo lançamento da "Rota da Engenharia a Norte" – uma futura rota turística temática, que procurará interligar os vários atrativos relativos à engenharia em Trás-os-Montes e Alto Douro. A iniciativa contou com a participação do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, na sessão de abertura da conferência, e foi promovida pelas delegações de Bragança e de Vila Real da Ordem dos Engenheiros.

- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, recebeu, no dia 24 de fevereiro, a visita do novo Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Bragança, Rui Jorge da Rocha e Silva.

- Sob o tema "Novas Tecnologias – Oportunidades e Desafios para os Jovens", Bragança acolheu, ao longo de dois dias, as fases distritais do "**Parlamento dos Jovens**", dos Ensinos Básico e Secundário, respetivamente. Uma iniciativa da Assembleia da República, que celebra 30 anos desde a sua fundação, e que, no total, contou com a participação de cerca de 100 alunos, de diferentes níveis de ensino de 12 Escolas/Agrupamentos do Distrito de Bragança. Além da presença da Vice-Presidente do Município de Bragança, as sessões contaram com a participação da Deputada à Assembleia da República, Clara Alves, e de representantes do Instituto Português do Desporto e Juventude e da Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares.

- Bragança foi, entre os dias 28 de fevereiro e 2 de março, o epicentro da música clássica, com a realização simultânea do **2.º Concurso Internacional de Piano** e do **1.º Concurso Internacional de Órgão**. O evento reuniu mais de 60 jovens músicos, oriundos de Portugal e Espanha, numa iniciativa promovida pelo Conservatório de Música e Dança de Bragança, com o apoio do Município de Bragança e da Fundação "Os Nossos Livros".

- O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, esteve presente na sessão de abertura do **Moot Court de Direitos Humanos e Tecnologia**, que decorreu, nos dias 28 de fevereiro e 1 de março, no Centro Nacional de Inovação Jurídica.

- O Comando Distrital de Bragança da Polícia de Segurança Pública celebrou, no dia 11 de março, em sessão solene, o seu 149.º aniversário. Marcaram presença na sessão solene: Paulo Xavier, Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Luís Carrilho, Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública e Rui Silva, Comandante do Comando Distrital da PSP de Bragança, além de representantes de diversas outras entidades civis e militares. A sessão solene ficou concluída com a imposição de condecorações.

- O Município de Bragança acolheu, no dia 12 de março, na Sala de Formação do Município, a segunda aula do **Curso "Caminhos de Santiago: o Caminho Português da Via da Prata por Zamora, Trás-os-Montes e Orense"**, sob o tema "Memória e imaginário local nos processos de patrimonialização jacobea no caminho zamorano-português". A sessão de abertura ficou a cargo do Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, seguindo-se o Vereador da Câmara Municipal de Vinhais, Artur Marques, e António Rodríguez, Diretor do Centro Associado da UNED Zamora. Houve, ainda, espaço para ouvir os testemunhos de Belmiro Vilela, Ondina Reverendo Martins (ambos a pé) e José Alves (em bicicleta), peregrinos que partilharam as suas experiências no Caminho.
- No dia 14 de março, Dia Mundial do Sono, decorreu, na Biblioteca Municipal de Bragança, a Inauguração da Exposição 'Alerta Sono'. O Projeto resulta de uma parceria entre a Unidade Local de Saúde do Nordeste, a Escola Superior de Saúde do IPB, e o LiveWell- Centro de Investigação para a Vida Ativa e Bem-Estar do IPB e conta com o apoio do Município de Bragança. Esta mostra resulta do trabalho desenvolvido por docentes e alunos, no âmbito da 'Oficina do Sono'.
- Decorreu, no dia 18 de março, no Auditório Paulo Quintela, o **IV Fórum do Grupo de Emergências e Catástrofes**, onde esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal de Bragança, Olga Pais. Organizado pela Cáritas Diocesana de Bragança-Miranda, com o apoio do Município de Bragança, o evento decorreu sob o tema "Contributo dos sistemas de proteção civil e do setor social na intervenção em emergência".
- O Município de Bragança acolheu, a 20 de março, a "**Academia Diário da República**", uma iniciativa promovida pelo Centro Nacional de Inovação Jurídica, em parceria com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda. A ação decorreu sob a forma de "aulas abertas" que permitiram, a cerca de 100 alunos de diferentes escolas do concelho e mais de 40 funcionários do Município, conhecerem e atualizarem conhecimentos sobre o funcionamento do Diário da República, o jornal oficial da República Portuguesa.
- Decorrem, no mês de março, as V Jornadas Internacionais de Tunas (JiT25), este ano subordinadas ao tema "O futuro das Tunas num mundo em constante transformação". Esta é uma iniciativa da "Rausstuna - Tuna Mista de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança", com o apoio do Município de Bragança.
- Realizou-se, no dia 23 de março, um concerto para assinalar o Dia do Pai, promovido pela Associação Coral Brigantino Nossa Senhora das Graças, na Escola Secundária Emídio Garcia. O evento reuniu vários grupos infantojuvenis da cidade de Bragança, como a "TunaClara", o Coro Arco Íris, o Coro Irradiar e o Coral Brigantino Infantojuvenil. A sessão de abertura ficou a cargo do grupo musical "Moderatto". A iniciativa tem o apoio do Município de Bragança, da União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, do Agrupamento de Escola Emídio Garcia, da Vamusica e do Mensageiro de Bragança.
- A Biblioteca Municipal de Bragança foi palco, no dia 25 de março, do lançamento do "**Atlas da raia hispano-lusa / Castilla y León – Centro e Norte de Portugal**". Na cerimónia de lançamento marcou presença um dos seus autores, Luis Alfonso Hortelano

Mínguez, professor do Departamento de Geografia da Universidade de Salamanca, o Vice-presidente da CCDR Norte, Jorge Sobrado, e o Secretário-Geral da Fundación Rei Afonso Henriques, José Luís Prada. A edição foi cofinanciada pela União Europeia, através do Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP) 2021-2027.

- No âmbito do Mês da Proteção Civil, o Corpo de Bombeiros de Izeda realizou, no dia 26 de março, um "**Exercício de Resgate e Salvamento em Grande Ângulo**", para efeitos de capacitação das Equipas de Intervenção Permanente. Estiveram envolvidos no simulacro 15 bombeiros, apoiados por cinco veículos, e a GNR de Izeda, com um veículo e dois militares. Participaram, a título de observadores, a Vereadora da Câmara Municipal de Bragança, Olga Pais, o Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, Alexandre Chaves, e elementos do comando da GNR.

- No dia 25 de março, o Município de Bragança foi distinguido com o **Prémio Bandeira Mérito Social**, reconhecendo o Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação como uma medida de grande impacto social, no Concelho de Bragança. Esta prática de mérito social foi analisada por um júri, formado por mais de trinta elementos, e submetida a uma matriz de avaliação específica, num conjunto de 532 candidaturas. A Associação Nacional de Gerontologia Social foi a entidade que promoveu esta distinção e dinamizou o evento da entrega de prémios, realizado em Oliveira do Bairro.

- Foi inaugurada, no dia 26 de março, na Escola Miguel Torga, a **exposição "Move-te por valores"**, promovida pelo Plano Nacional de Ética no Desporto.

- O **1.º Concurso Municipal de Leitura**, organizado pelo Município em parceria com a Rede de Bibliotecas de Bragança, decorreu no dia 26 de março e envolveu mais de 120 alunos e docentes dos Agrupamentos de Escolas do Concelho.

- O poeta Pedro Freitas esteve, no dia 27 de março, nos três Agrupamentos de Escolas de Bragança, onde, entre conversas, recordou o seu percurso poético que se iniciou em estreita ligação com a música, tendo partilhado alguns dos seus poemas favoritos.

- Aconteceu, no dia 27 de março, em Castelo Branco, a 8.ª Reunião da **Assembleia Geral da Rede de Municípios para Adaptação Local às Alterações Climáticas** (Adapt.Local). O Presidente da Câmara Municipal de Bragança participou na sessão, enquanto vice-presidente da Rede, que tem como principal objetivo o aumento da capacitação dos municípios portugueses para a incorporação de medidas de adaptação às alterações climáticas.

- O Município de Bragança atribuiu, no dia 28 de março, 40.230 euros a 44 estudantes, no âmbito da 3.ª fase de **Bolsas de Estudo do Ensino Superior** do ano letivo 2024/2025. Dos bolseiros apoiados, 28 frequentam o Instituto Politécnico de Bragança e 26 representam novas candidaturas à bolsa de estudo, sendo que a média do valor atribuído a cada um foi de 914,31 euros.

- Bragança dá mais um passo rumo à sustentabilidade. Hasteada na Praça do Município, no dia 28 de março, pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, na presença da Vice-presidente, Fernanda Silva, do Vereador, Miguel Abrunhosa, e de

colaboradores do Município de Bragança, a **Bandeira Verde** distingue e premeia as boas práticas, políticas e ações no âmbito da sustentabilidade.

- Foi na encosta do Castelo de Bragança que se comemorou, no dia 28 de março, o **Dia Mundial da Árvore**, no qual participaram mais de 350 alunos de escolas de todo o concelho de Bragança e de IPSS. O Dia Mundial da Árvore em Bragança foi organizado pelo Município de Bragança, com a colaboração da União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental, Instituto Politécnico de Bragança, Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial – ZASNET, PSP, Bombeiros Voluntários de Bragança, GNR, ICNF, Quercus e ASCUDT.

- Decorreu, no dia 29 de março, no Auditório Paulo Quintela, o encerramento da II Ágora Contemplativa pela Paz Interior. Na abertura da sessão da conversa aberta, que teve como tema “O Luto e as diferentes perspetivas religiosas”, esteve presente a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Fernanda Vaz Silva.

- O Município de Bragança promoveu, no dia 2 de abril, uma sessão com duas ações de sensibilização, destinadas a Presidentes de Juntas de Freguesia, sobre o “Planeamento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR 2025)” e os trabalhos em curso relativamente ao “Combate às Doenças e Pragas dos Castanheiros”.

- O programa "Desporto Sénior no Meio Rural", promovido pelo Município de Bragança, assinalou, no dia 2 de abril, o seu 15.º aniversário em São Julião de Palácios.

- O Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira vestiu-se de gala, no dia 5 de abril, para receber o VIII Festival de Patinagem Artística, na presença do Presidente da Câmara Municipal de Bragança.

- O IPB FUTSAL WORLD CUP 2025 arrancou no dia 7 de abril, em Bragança, com cerca de 230 participantes, representantes de 9 países e de diversas instituições locais, entre as quais o Município de Bragança. Uma competição amigável que inclui 12 equipas masculinas e quatro femininas. Esta é uma iniciativa da Associação de Estudantes Africanos em Bragança, no âmbito do projeto Inclusion4all, em parceria com o Instituto Politécnico de Bragança e com o apoio do Município de Bragança.

- No âmbito da criação do futuro projeto “Pavilhão Multiusos de Bragança”, o Município de Bragança promoveu, no dia 7 de abril, uma **sessão participativa e colaborativa**, destinada a recolher os contributos de especialistas e stakeholders locais, provenientes das mais diversas áreas (cultural, setor social, empresarial, engenharia, arquitetura, jornalismo, ensino, entre outros). O Presidente da Câmara Municipal de Bragança recebeu os 33 participantes que deixaram sugestões subordinadas a cinco eixos temáticos: “funções e atividades”, “arquitetura e design”, “aspetos urbanísticos e acessibilidade”, “infraestrutura, tecnologia e inovação” e “modelo de gestão e naming”.

Município de Bragança, 11 de abril de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal  
*Paulo Jorge Almendra Xavier*

O Sr. **Presidente da Câmara** completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída aos senhores membros da Assembleia Municipal, através de apresentação do seguinte “powerpoint”.



## ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
29 DE ABRIL DE 2025

---



## RECEITAS E DESPESAS

**ORÇAMENTO CORRIGIDO APRESENTA DOTAÇÕES  
NO MONTANTE DE 87.440.206,33€**

**TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA  
DE 44,07%, COM VALORES COBRADOS  
NA ORDEM DOS 38,5 MILHÕES DE EUROS  
(+15,74%, FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO DE 2024)**

**ORÇAMENTO DE DESPESA APRESENTA  
PAGAMENTOS DE 9,83 MILHÕES DE EUROS  
E UMA TAXA DE EXECUÇÃO  
DE 11,25% (+0,62%, FACE AO PERÍODO  
HOMÓLOGO DE 2024)**



## RELAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS



## BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO

**8.471 ATENDIMENTOS PRESENCIAIS**  
**MÉDIA DIÁRIA DE 137 ATENDIMENTOS**  
**PEDIDO DE EMISSÃO  
DE 755 CARTÕES DO MUNICÍPIO**  
**394 REQUERIMENTOS "NO PAPER"**



## BUPI

3.080 PRÉDIOS RÚSTICOS OU MISTOS  
GEOREFERENCIADOS

TOTAL DE 70.644 REGISTOS DESDE  
A ABERTURA DO BUPI



## COESÃO SOCIAL



EDUCAÇÃO

### ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF)

3 A 5 DE MARÇO, NA INTERRUÇÃO DAS  
ATIVIDADES EDUCATIVAS DO CARNAVAL

DESTINADO A TODAS AS CRIANÇAS DOS  
JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE ESCOLAR  
PÚBLICA, SITUADOS NA CIDADE DE BRAGANÇA

FORAM INSCRITAS 90 CRIANÇAS



EDUCAÇÃO

## PROJETO “ESCOLA CIÊNCIA VIVA”

CENTRO CIÊNCIA VIVA DE BRAGANÇA

DESTINADO A ALUNOS DO 3.º E 4.º ANOS DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA E PRIVADA

DE 7 DE OUTUBRO DE 2024 A 6 DE JUNHO DE 2025, CADA TURMA ESTARÁ NO CCVB A VIVER E A SENTIR UMA EXPERIÊNCIA DIFERENTE DE APRENDIZAGEM, ABRANGENDO UM TOTAL DE **395 ALUNOS**



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (SASS)

191 ATENDIMENTOS SOCIAIS PRESENCIAIS

10 VISITAS DOMICILIÁRIAS  
(ZONA URBANA/RURAL)

19 FAMÍLIAS ELEGÍVEIS PARA  
A “TARIFA FAMÍLIA CARENCIADA”  
DIRECIONADA PARA OS MUNICÍPIES EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## PROJETO-PILOTO “RADAR SOCIAL”

18 ATENDIMENTOS SOCIAIS

43 VISITAS DOMICILIÁRIAS

74 ARTICULAÇÕES COM OUTROS SERVIÇOS  
E ENTIDADES PARCEIRAS



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## ATRIBUIÇÃO DE OITO FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL

APOIO A AGREGADOS FAMILIARES, NUM TOTAL DE 33 PESSOAS, EM GRAVE SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DE EMERGÊNCIA SOCIAL, NUM INVESTIMENTO GLOBAL DE 145.000,00€



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO

APOIO PARA 2025 A 115 AGREGADOS FAMILIARES, NUM TOTAL DE 140.616,87 EUROS



## PRÉMIO BANDEIRA MÉRITO SOCIAL

RECONHECEU O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO AO ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO COMO UMA MEDIDA DE GRANDE IMPACTO SOCIAL

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SÉ, SANTA MARIA E MEIXEDO FOI, TAMBÉM, DISTINGUIDA, COM OS PROJETOS "CABAZES DE NATAL" E "CHEQUE ESCOLAR"



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

REALIZADOS 541 ATENDIMENTOS SOCIAIS  
E 46 VISITAS DOMICILIÁRIAS

97 ARTICULAÇÕES COM OUTROS  
SERVIÇOS E ENTIDADES PARCEIRAS

RESPOSTA A 11 BOLETINS DE  
EMERGÊNCIA (LNES)



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## ROADSHOW VOLUNTARIADO

UMA INICIATIVA DESTINADA A ALUNOS DO  
ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL,  
QUE PROMOVEU UM DEBATE SOBRE A  
IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO  
E DO SEU IMPACTO SOCIAL



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE / EDUCAÇÃO

## ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

2.ª E 3.ª FASE

ATRIBUÍDAS 87 BOLSAS

INVESTIMENTO DE 77.230,00€



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
"A NATUREZA E A GRAÇA"

DA PINTORA GRAÇA MORAIS



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
"TRÍPTICOS – FARSAS E FÁBULAS"

DO PINTOR JORGE GALINDO



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE

EXPOSIÇÃO  
"AS MÁSCARAS E O SEU PODER"

DO ARTESÃO CARLOS PIRES  
(ALDEIA DE PARADA)



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA

ACOLHEU 20 **ESPETÁCULOS**, NUM TOTAL DE 22 **SESSÕES**, NAS DIVERSAS ÁREAS ARTÍSTICAS: DANÇA, MULTIDISCIPLINAR, MÚSICA E TEATRO

ASSISTIRAM AOS ESPETÁCULOS MAIS DE 3 MIL ESPETADORES, **COM UMA TAXA DE OCUPAÇÃO DE SALA GLOBAL DE 90,7%**.



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

PROCEDEU-SE AO **EMPRÉSTIMO 2.187 DOCUMENTOS** (MONOGRAFIAS E AUDIOVISUAIS)

FORAM CONSULTADOS, PRESENCIALMENTE, 427 **DOCUMENTOS** E REGISTRARAM-SE 556 **LEITORES ATIVOS** E 63 **NOVOS LEITORES**



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

1.ª EDIÇÃO DO **CONCURSO MUNICIPAL DE LEITURA**, EM COLABORAÇÃO COM A REDE DE BIBLIOTECAS DE BRAGANÇA, NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA, ONDE ESTIVERAM PRESENTES 150 **PESSOAS**



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO CULTURAL MUNICIPAL ADRIANO MOREIRA

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
"MÁSCARAS PORTUGUESAS"

DE ANDRÉ GAGO



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO CULTURAL MUNICIPAL ADRIANO MOREIRA

EXPOSIÇÃO  
"MULHERES E RAPARIGAS BRIGANTINAS NA CIÊNCIA"



EQUIPAMENTOS

## CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO JURÍDICA

ACADEMIA DIÁRIO DA REPÚBLICA

PARTICIPARAM CERCA DE 100 ALUNOS  
E 40 TRABALHADORES DO MUNICÍPIO



DESPORTO E JUVENTUDE

## PASSEIOS PEDESTRES

PROJETO: "BRAGANÇA SAUDÁVEL,  
BRAGANÇA SOLIDÁRIA"

4 CAMINHADAS RURAIS

LOCALIDADES DE  
SENDAS, PAÇO DE MÓS,  
GRIJÓ DE PARADA E MILHÃO

420 CAMINHEIROS PARTICIPANTES



DESPORTO E JUVENTUDE

## PROGRAMA "DESPORTO SÉNIOR NO MEIO RURAL"

ASSINALOU O SEU 15.º ANIVERSÁRIO  
EM SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS  
(LOCAL DA 1.ª EDIÇÃO, EM 2010)

EM FEVEREIRO, PARTICIPARAM  
60 PESSOAS EM AULA DE  
HIDROGINÁSTICA, PROVENIENTES DAS  
LOCALIDADES DE COELHO SO, GIMONDE,  
GRIJÓ DE PARADA, MILHÃO, PARADA  
PINELA, SALSAS, SÃO PEDRO DE  
SERRACENOS E SÃO JULIÃO DE  
PALÁCIOS



DESPORTO E JUVENTUDE

## BRAGANÇA GAMING TAKEOVER

INICIATIVA "GAMING" ONDE TODOS TIVERAM A  
OPORTUNIDADE DE EXPERIMENTAR  
SIMULADORES, ROBÓTICA, INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL, REALIDADE VIRTUAL E JOGOS  
ESTRATÉGICOS



DESPORTO E JUVENTUDE

## CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

ATRIBUÍDOS APOIOS FINANCEIROS  
A 26 COLETIVIDADES DESPORTIVAS, NUM  
INVESTIMENTO TOTAL DE 381.207,67 EUROS

ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

31

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## ÁGUAS E SANEAMENTO

47 CONTADORES COLOCADOS

87 SUBSTITUÍDOS

159 MUDANÇAS DE NOME

11 REPARAÇÕES DE RUTURAS

3 REPARAÇÕES DE EDIFÍCIOS

187 LIMPEZAS DE FOSSAS/CISTERNAS

12 DESOBSTURÇÕES DE COLETORES

ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

32

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## PREVENÇÃO DE MAUS-TRATOS A ANIMAIS

11 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO  
EM SITUAÇÕES DE DENÚNCIAS  
DE MAUS-TRATOS A ANIMAIS

ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

33

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A CÁRITAS DIOCESANA BRAGANÇA-MIRANDA

PROTOCOLO COM O GRUPO DE EMERGÊNCIA E CATÁSTROFES (GEC) DA CÁRITAS DIOCESANA DE BRAGANÇA-MIRANDA

FOCO NA PREVENÇÃO, SOCORRO, ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO EM EVENTUAIS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA



ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

34

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

## EXERCÍCIO DE RESGATE E SALVAMENTO EM GRANDE ÂNGULO

PARA CAPACITAÇÃO DAS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE, EM IZEDA

ESTIVERAM ENVOLVIDOS NO SIMULACRO 15 BOMBEIROS, APOIADOS POR CINCO VEÍCULOS, E A GNR DE IZEDA, COM UM VEÍCULO E DOIS MILITARES



ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

35

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## ESPAÇOS VERDES

PLANTAÇÃO/REPOSIÇÃO DE 153 ÁRVORES E 836 ARBUSTOS

PODA DE ÁRVORES DE ALINHAMENTO DE GRANDE PORTE DE CERCA DE 700 EXEMPLARES



ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

36

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## RECOLHA DE RESÍDUOS

**2.485,17 TONELADAS**  
DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
INDIFERENCIADOS (JANEIRO E FEVEREIRO)

**55,66 TONELADAS** DE PAPEL E CARTÃO,

**36,38 TONELADAS** DE PLÁSTICOS,

**59,34 TONELADAS** DE VIDRO

**7,54 TONELADAS** DE MONSTROS

**24,26 TONELADAS** DE MADEIRA

**25,34 TONELADAS** DE BIORESÍDUOS



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## GESTÃO CEMITERIAL

JANEIRO A MARÇO  
CEMITÉRIOS DO SANTO CONDESTÁVEL  
E DO TOURAL

**36 INUMAÇÕES, 12 CONCESSÕES,**  
**13 CONSTRUÇÕES, 6 AVERBAMENTOS**  
**E 2 TRASLADAÇÕES**



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## SERVIÇO DE MÁQUINAS E OFICINAS

LIMPEZA DE ACEIROS, ENCHIMENTO DE  
CAMINHOS E REGULARIZAÇÃO DE BERMAS E  
VALETAS

MANUTENÇÃO DE CAMINHOS  
AGRÍCOLAS/MUNICIPAIS, COM RECURSO A  
DESTROÇADORAS, EM **42 LOCALIDADES**, E A  
MOTONIVELADORAS, EM **9 LOCALIDADES**

APOIOS DIVERSOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA  
EM **11 LOCALIDADES**

APLICAÇÃO DE MAIS DE **80 MIL KG** DE SAL  
NA REDE VIÁRIA





DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E  
COMPETITIVIDADE

PROMOÇÃO ECONÓMICA

## PROTOCOLOS COM ASSOCIAÇÕES DE CRIADORES DE GADO

PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE GADO DE BRAGANÇA E A ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE GADO E AGRICULTORES, NO VALOR GLOBAL DE 98.600,00 EUROS

APOIAR OS CRIADORES E PRODUTORES DO CONCELHO NO QUE DIZ RESPEITO AOS CUSTOS DAS INTERVENÇÕES DE SANIDADE ANIMAL OBRIGATÓRIA



ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

41

CULTURA E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## FESTIVAL DO BUTELO E DAS CASULAS

CERTAME QUE DESTACA AQUILO QUE DE MELHOR SE FAZ A NÍVEL REGIONAL, COMO BUTELO, FUMEIRO, CASULAS, PÃO, DOÇARIA E ARTESANATO

TROUXE MILHARES DE  
VISITANTES A BRAGANÇA



ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

42

CULTURA E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## CARNAVAL DOS CARETOS

TRADICIONAL DESFILE, PELO CENTRO HISTÓRICO, E QUEIMA DO DIABO, NO CASTELO, REUNIU MAIS DE MIL MASCARADOS, ORIUNDOS DE PORTUGAL E ESPANHA



MOBILIDADE

## AERÓDROMO MUNICIPAL

1.382 MOVIMENTOS DE AERONAVES

355 EM JANEIRO

549 EM FEVEREIRO

478 EM MARÇO



MOBILIDADE

## SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE BRAGANÇA

75.254 PASSAGEIROS  
DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO





REABILITAÇÃO  
URBANA

## ABERTURA DE 5 CONCURSOS PÚBLICOS NO VALOR GLOBAL DE 694.000,00€ (+ IVA)

- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO DE EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (100.000,00€);
- PAVIMENTAÇÃO DE REDE VIÁRIA MUNICIPAL (430.000,00€);
- ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO SANTO CONDESTÁVEL (30.000,00€);
- REQUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL ARNALDO PEREIRA EM BRAGANÇA PARA LUMINÁRIAS LED DE ELEVADA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (60.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS MECÂNICOS E DE AVAC DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA O BIÊNIO 2025/2026 (74.000,00€).



47

REABILITAÇÃO  
URBANA

## FASE DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS NO VALOR GLOBAL DE 155.110,00€ (+IVA)

- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA AO PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DAS LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS - LIGAÇÃO DE BRAGANÇA E PUEBLA DE SANABRIA (35.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REVISÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DAS LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS - LIGAÇÃO DE BRAGANÇA E PUEBLA DE SANABRIA (79.940,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE REABILITAÇÃO TÉRMICA E FUNCIONAL DAS ESCOLAS ARTUR MIRANDELA, CAMPO REDONDO, J.I. DA ESTAÇÃO, J.I. SANTIAGO, ESCOLAS DE ROSSAS E DE PARADA (20.680,00€);
- ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO RIO FERVENÇA: TROÇO "FLOR DA PONTE – ZONA DO POLIS" (19.490,00€)



49

## EMPREITADAS EM FASE DE ELABORAÇÃO NO VALOR GLOBAL DE 3.576.373,69€ (+IVA)

- REDE DE SANEAMENTO E INSTALAÇÃO DE UMA ETAR, NA ALDEIA DE VILARINHO (596.507,00€);
- EXECUÇÃO DE TRABALHOS NECESSÁRIOS NOS EDIFÍCIOS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA MOSCA (18.520,00€);
- REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS DA A4 A QUINTANILHA E A RÉFEGA (247.500,00€);
- REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO E BENEFICIAÇÃO DO SISTEMA AVAC DO MUSEU DO ABADE BAÇAL (172.852,90€);
- REABILITAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO MUSEU DO ABADE BAÇAL (172.852,80€)
- BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS DA DOMUS MUNICIPALIS (25.200,58€);
- CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, COM UM MONTANTE ACUMULADO DE **TRABALHOS EXECUTADOS DE 2.762.540,79€** [TRABALHOS COMPLEMENTARES PARA SUPRIMENTOS DE ERROS E OMISSÕES: 328.074,97€+IVA PAGOS A 50% PELO DONO DE OBRA, OU SEJA, 164.037,49€+IVA. TRABALHOS COMPLEMENTARES: 136.234,08€+IVA PAGOS A 100% PELO DONO DE OBRA];
- EMPREITADA DE FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA COLOCAÇÃO OU BENEFICIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (104.406,62€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA S INSTALAÇÕES MECÂNICAS E DE AVAC DOS EDIFÍCIOS SEDE DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA NO FORTE SÃO JOÃO DE DEUS PARA O BIÊNIO 2023/2026 (72.500,00€)

## TRABALHOS CONCLUÍDOS NO VALOR GLOBAL DE 283.165,00€ (+IVA)

- SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM PORTELA E CARRAZEDO E REPARAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO EM TRÊS LOCAIS EM BRAGANÇA (113.958,00€);
- REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE FOGOS NOS BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL DA MÃE D'ÁGUA E COXA (145.000,00€);
- REMODELAÇÃO DE BALNEÁRIOS – PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DE S. PEDRO DE SERRACENOS (21.100,00€);
- AQUISIÇÃO DE PLACA DE COMANDO PARA ELEVADOR DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA PRAÇA CAMÕES (485,00€);
- MANUTENÇÃO DOS ESTORES INTERIORES DO CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS (460,00€);
- MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS ELEVADORES DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL (2.162,00€)

## URBANISMO

DE 1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO

**SUBMETIDOS 924 PROCESSOS** (+86 QUE EM IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

DAS **NOVAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS**:

- 41% NA CIDADE DE BRAGANÇA (12% NA ZONA HISTÓRICA)
- 59% NO ESPAÇO RURAL

COMUNICADAS **42 OBRAS FINALIZADAS**

EMITIDAS **186 CERTIDÕES**



## OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTRAS  
INFORMAÇÕES

### 561 ANOS DE BRAGANÇA CIDADE

A NONA CIDADE MAIS ANTIGA DO PAÍS  
CELEBROU OS 561 ANOS DA SUA ELEVAÇÃO

DATA ASSINALADA  
COM SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA  
E HOMENAGENS A DIVERSAS  
PERSONALIDADES,  
NO TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA



54

### 561 ANOS DE BRAGANÇA CIDADE

APRESENTAÇÃO DA OBRA:

“O ABADE DE BAÇAL, “OS JUDEUS”  
E O TOMO V DAS MEMÓRIAS...”

DE JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO



55

## 561 ANOS DE BRAGANÇA CIDADE

CONCERTO:  
AMÁLIA HOJE  
TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA



## 561 ANOS DE BRAGANÇA CIDADE

ESPETÁCULO:  
VIVER BRAGANÇA! 561 ANOS DE CIDADE!  
E BOLO DE ANIVERSÁRIO  
PELOS PASTELEIROS DA CIDADE  
PARA A COMUNIDADE LOCAL  
NA PRAÇA CAMÕES



## 2.º CONCURSO INTERNACIONAL DE PIANO & 1.º CONCURSO INTERNACIONAL DE ÓRGÃO

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA  
E DANÇA DE BRAGANÇA  
REUNIU MAIS DE 60 JOVENS MÚSICOS,  
ORIUNDOS DE PORTUGAL E ESPANHA  
DECORREU NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA  
(PIANO) E NA CATEDRAL DE BRAGANÇA (ÓRGÃO)



APRESENTAÇÃO DO:  
**ATLAS DA RAI  
HISPANO-LUSA**

APRESENTADO NA BIBLIOTECA MUNICIPAL

OBRA DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA O  
CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

DOCUMENTO RESULTA DE UMA PARCERIA  
ENTRE A CCDR-N, A JUNTA DE CASTELA E  
LEÃO E O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PROJETO FINANCIADO PELO POCTEP



**HASTEAR DA  
BANDEIRA VERDE**

BANDEIRA HASTEADA JUNTO À CÂMARA  
MUNICIPAL DISTINGUE E PREMEIA  
AS BOAS PRÁTICAS, POLÍTICAS  
E AÇÕES NO ÂMBITO  
DA SUSTENTABILIDADE



**DIA MUNDIAL DA  
ÁRVORE**

DECORREU NA ENCOSTA  
DO CASTELO DE BRAGANÇA

PARTICIPARAM MAIS DE 350 ALUNOS DE  
ESCOLAS DE TODO O CONCELHO DE  
BRAGANÇA E UTENTES DE VÁRIAS IPSS



## SESSÃO PARTICIPATIVA E COLABORATIVA PAVILHÃO MULTIUSOS DE BRAGANÇA

DESTINADA A RECOLHER OS CONTRIBUTOS DE ESPECIALISTAS E STAKEHOLDERS LOCAIS, PROVENIENTES DAS MAIS DIVERSAS ÁREAS (CULTURAL, SETOR SOCIAL, EMPRESARIAL, ENGENHARIA, ARQUITETURA, JORNALISMO, ENSINO, ENTRE OUTROS)

O MUNICÍPIO LANÇOU ESTE DESAFIO, TAMBÉM, A TODA A COMUNIDADE PARA DAR OS SEUS CONTRIBUTOS, ENVIANDO AS SUAS SUGESTÕES POR E-MAIL



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA 29 DE ABRIL DE 2025

**Solicitaram esclarecimentos** os membros Luís Fernandes (PS), Fátima Bento (CDU), Júlio de Carvalho (PSD) e Idalina Brito (PS).

**Luís Fernandes** – Ao membro António Malhão disse não lhe parecer correto fazer um cumprimento especial aos companheiros do Grupo Municipal do PSD, pois todos eram membros da Assembleia Municipal.

Ao Sr. Presidente da Câmara, relativamente à estrada de Paradinha Nova, assinalou a tentativa de arranjo, mas disse ser necessário pensar numa solução mais consistente e permanente, pois as bermas tinham sido arranjadas, mas que, quando chovia, se tinham tornado um lamaçal, pelo que o problema não ficara resolvido em definitivo.

Relativamente às barragens, disse não saber em que ponto estava essa questão e que se tinha assistido, há cerca de mês, em Coimbra, no âmbito da discussão do Plano de Gestão da Água, ao anúncio, pelo Governo, de muitos projetos e barragens, inclusivamente uma para Santulhão, mas que, para a região de Bragança, nada fora anunciado. Acrescentou que as barragens eram muito necessárias e que o futuro não era promissor, pois a agricultura precisava muito de retenção de água, bem como para o abastecimento de população no futuro.

Terminou, perguntando onde se poderia adquirir o “Atlas da Raia Hispano-Lusa”.

**Fátima Bento** – Colocou as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara:

- Se existia algum desenvolvimento relativamente às antigas Minas do Portelo e à estabilização das escombreyras;

- Se a situação do Zeive e de Fontes, relativamente ao número de polícia/porta, estava resolvida, pois criava confusões com os carteiros;

- Se pretendia reunir, até ao final do presente mandato, o Conselho Municipal de Juventude, pois não havia reunido no ano de 2024, e disse, ainda, que considerava ter sido importante ouvi-lo relativamente à questão do Pavilhão;

- Quando, no Estado e Vida do Município, era referida a ampliação do cemitério, se se tratava do alargamento da área ou de melhoramentos internos.

Deu ainda nota que a travessa que liga à rua da República, junto da MultiOpticas, não tinha iluminação e que já tinha assistido à queda de pessoas nesse local.

**Júlio de Carvalho** – Congratulou-se com o número de obras executadas pela Câmara Municipal, bem como pelas atividades realizadas.

Relativamente ao pavilhão multiusos, disse que lutava por ele há muitos anos, e que folgava que o projeto estivesse em andamento.

Quanto ao trânsito na rua Alexandre Herculano, disse já ter exposto o assunto ao Sr. Presidente da Câmara, mas que o mesmo não estava resolvido e que, atendendo à velocidade praticada pelos automobilistas, era perigoso para os peões e, por isso, necessário que a Câmara Municipal resolvesse o assunto.

No que respeitava à descida da rua Loreto para a rua Alexandre Herculano, disse que não dispunha de apoios, nem laterais nem centrais, e que assistira à queda de uma pessoa, pelo que questionou se a Câmara tinha previsto tomar alguma medida.

O membro **António Malhão** (PSD) prescindiu do uso da palavra.

**Idalina Brito** – Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre qual o ponto da situação do arranjo da zona de São Bartolomeu, da situação da nomeação de juizes sociais no Concelho de Bragança; da dinamização da nova zona industrial e do monumento às mulheres, nomeadamente às lavadeiras de Alfaião.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados.

Ao membro Luís Fernandes disse que a estrada de Paradinha Nova tinha sido arranjada, que uma boa solução seria realizar uma nova repavimentação, mas que 90% da estrada estava em bom estado, sendo as bermas o problema e que, portanto, teria de ser estudada a melhor forma de o resolver.

Relativamente às barragens, referiu que o Município tinha três projetos, Calvelhe, Parada e Rebordãos, cujo investimento fora suportado na totalidade pelo Município, e que, há cerca de dois meses, com a CIM, haviam reunido com o Ministro da Agricultura, tendo saído com alguma esperança que existisse financiamento do BEI para as três barragens. Acrescentou que, quando o novo Ministro da Agricultura tomasse posse, seria necessário voltar a reunir.

Quanto ao livro “Atlas da Raia Hispano-Lusa”, disse que, quando estivesse disponível no Município, lhe entregaria um.

À membro Fátima Bento, relativamente às Minas do Portelo, disse que tanto ele, Presidente da Câmara, como o Presidente da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, estavam a trabalhar. Mais disse que, numa fase inicial, existira uma boa cooperação, tendo decorrido uma reunião, com os técnicos de várias instituições, na Aveleda, e que haviam chegado a algumas conclusões, mas que, perante a possibilidade de mudança de tutela, teria de se continuar a desenvolver trabalho, com vista a um resultado positivo. Disse tratar-se de um caso difícil, que envolveria alguns milhares de euros, por parte do Estado.

No que respeitava ao pavilhão multiusos, disse que, com total abertura, haviam sido ouvidas as forças vivas e que, no momento, seria necessário fazer uma análise conjunta e um bom caderno de encargos para o lançamento do projeto, sendo que pensava que tal seria possível até ao final do ano. Acrescentou tratar-se de um projeto essencial para Bragança e que o Município teria de ter a capacidade e a coragem para o fazer.

Quanto às obras no cemitério de Santo Condestável, disse tratar-se de intervenções ao nível dos muros, para disponibilização de terrenos para sepulturas, e que também existia um projeto para ser dotado com um crematório.

Ao membro Júlio Carvalho, disse que as reivindicações que fizera eram justas e que também ele, Presidente de Câmara, quando exercera funções de presidente de Junta, reivindicara o pavilhão multiusos.

Quanto ao trânsito na rua Alexandre Herculano, afirmou que também o preocupava, mas que ainda não tinha sido possível fechar a obra, pois existiriam postes para leitura de matrícula, para os carros poderem entrar, condicionando assim o trânsito, e que a colocação dos apoios nas escadas estava a ser tratada.

À membro Idalina Brito, quanto ao arranjo do São Bartolomeu, disse estar a ser elaborado um projeto que, possivelmente, em junho, seria apresentado na Assembleia, bem como o do Corredor Verde do Fervença.

Referiu, ainda, que o projeto da Circular Interna já estava finalizado, que os projetos do saneamento, no valor de 3.200.000 euros, da requalificação dos viveiros das trutas, do Centro Interpretativo de São Julião de Palácios e da Ponte do Parâmio já estavam candidatados. Deu, ainda, nota, da candidatura das escolas Miguel Torga e da Paulo Quintela e disse que, logo que as candidaturas fossem contempladas, tudo estava pronto para arrancar com o procedimento de aquisição.

Quanto à Zona Industrial referiu que estava bem, tinha empresas a laborar, 45%, e que existiam duas ou três empresas que faziam questão de vir para essa zona com quem a Câmara Municipal estava a trabalhar.

Relativamente ao monumento das lavadeiras de Alfaião, disse ainda não existir projeto.

**Fizeram intervenção** os membros Amparo Alves (PSD), Luís Pires (PS) e António Malhão (PSD).

**Amparo Alves** – Proferiu a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“É com imensa satisfação que me dirijo a vossas excelências, para partilhar algumas reflexões sobre o excelente trabalho que tem sido desenvolvido pelo nosso Presidente da Câmara Municipal de Bragança e pelo seu executivo. Vou abordar cinco áreas essenciais que demonstram o compromisso, a visão e a dedicação desta equipa em prol do nosso Conselho.

#### Educação e Cultura

Vossa Excelência e o seu executivo têm vindo a demonstrar um empenho notável na promoção da educação e da cultura. A realização do 2.º Concurso Internacional de Piano e do 1.º Concurso Internacional de Órgão, em parceria com o Conservatório de Música e Dança de Bragança, é um exemplo claro do apoio à formação artística e ao desenvolvimento cultural da nossa juventude.

Estes eventos não só enriquecem o nosso património cultural, como também projetam Bragança no panorama internacional, atraindo os jovens talentos de Portugal e Espanha.

Além disso, a atribuição de bolsas de estudo a 87 estudantes do ensino superior, revela o compromisso deste executivo em apoiar a formação académica dos nossos jovens, garantindo que o mérito e o esforço são sempre recompensados.

#### Desenvolvimento Económico e Social

No âmbito do desenvolvimento económico e social, a Câmara Municipal de Bragança tem implementado diversas iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes. A distinção do Município e da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, no dia 25 de março, foram premiadas com o Prémio Bandeira Mérito Social, pelo Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação, é um testemunho do impacto positivo das políticas sociais promovidas por este executivo e

pela União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo. Este prémio reconhece o esforço contínuo em proporcionar condições de vida dignas a todos os cidadãos, especialmente àqueles que mais necessitam. Para além desta premiação, quero mencionar as 8 casas que foram entregues às famílias mais carenciadas. Dou os parabéns e felicito-os por esta nobre causa.

A celebração de protocolos com a Associação de Criadores de Gado de Bragança e a Associação de Criadores de Gado e Agricultores - ACRIGA, no valor de 98.600 euros, demonstra o apoio incondicional ao setor pecuário, um dos pilares da nossa economia local. Este investimento reflete a Visão estratégica no sentido de fortalecer a economia local e apoiar os nossos produtores, promovendo práticas agrícolas responsáveis e inovadoras.

#### Desporto e Juventude

A promoção do desporto e o apoio à juventude são outras das prioridades deste executivo. O apoio à realização do VIII Festival de Patinagem Artística e do IPB FUTSAL WORLD CUP 2025, com a participação de cerca de 230 atletas de 9 países, é um exemplo do dinamismo e da capacidade de apoio e colaboração da Câmara Municipal de Bragança. Estes eventos não só fomentam o espírito desportivo, como também promovem a inclusão e a diversidade cultural.

O programa “Desporto o Sénior no Meio Rural”, que celebrou o 15.º aniversário, é um testemunho do compromisso deste executivo em promover a atividade física e o bem-estar em todas as faixas etárias, contribuindo para uma sociedade mais saudável e coesa.

#### Ambiente e Sustentabilidade

No que diz respeito ao ambiente e à sustentabilidade, a Câmara Municipal de Bragança tem vindo a implementar diversas medidas que visam preservar o nosso património natural e promover práticas sustentáveis. A realização de ações de sensibilização sobre o planeamento do dispositivo especial de combate à incêndios rurais deve ser 2025 e os trabalhos em curso relativamente ao combate às doenças e pragas dos dinheiros demonstram o empenho deste executivo em proteger a nosso meio ambiente e garantir a sustentabilidade dos nossos recursos naturais.

#### Relacionamento com os Municípios

Gostaria de destacar o excelente relacionamento que sua excelência, o Sr. Presidente e o seu executivo têm mantido com os municípios. A presença ativa da Vossa Excelência em diversos eventos culturais, desportivos e sociais, bem como a disponibilidade para ouvir e responder às necessidades da população são testemunho do compromisso deste executivo em construir uma relação de proximidade e confiança com todos os cidadãos.

O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, que registou um total de 8471 atendimentos presenciais, é o exemplo do empenho deste executivo em facilitar o acesso aos serviços municipais e garantir uma resposta eficiente e eficaz às suas licitações dos municípios.

É com grande orgulho que reconheço o excelente trabalho desenvolvido por sua excelência e por seu executivo. A dedicação, a visão e o empenho desta equipa têm sido fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, promovendo a educação, a cultura, o desporto, a sustentabilidade e o bem-estar de todos os cidadãos.

Continuemos a trabalhar juntos com determinação e espírito de colaboração, para construir um futuro ainda mais próspero e inclusivo para Bragança.”

**Luís Pires** – Disse que, ao longo dos tempos, nas suas intervenções, tinha tentado, em nome do Partido Socialista e de acordo com a sua convicção pessoal, transmitir a sua preocupação em relação ao alcance, no tempo, de aquilo que se quer de cidade e também quanto à criação de condições para usufruto das gerações futuras. Acrescentou que considerava que as obras apresentadas pelo executivo eram o que designava de o mínimo higiénico exigível à gestão de uma cidade.

Acrescentou, ainda, que também no Município deveria existir aquilo a que apelidou de “pacto de regime”, à semelhança do que acontecia, a nível do Governo nacional, para o que era importante para o movimento, direção e andamento do país, pois existiam obras importantes para Bragança que deveriam ir para lá de gestões autárquicas, mas que, nos últimos anos, isso não acontecera.

Recuando no tempo, e pela importância da obra, deu como exemplo, as obras das barragens das Veiguiñas, cujo projeto lhe pareceu advir do tempo do Presidente da Câmara de então, José Luís Pinheiro, sendo, depois, uma parte concluída pela gestão autárquica do Partido Socialista e outra pela do Partido Social Democrata. Disse, ainda, que tudo o que era autóctone e endógeno tinha de ser gerido pelos próprios, não podendo deixar que a água fosse gerida por outros.

Mencionou, também, que, há muitos anos, se falava da necessidade de existir, em Bragança, um espaço versátil, que permitisse a realização de eventos desportivos de natureza diversa e, eventualmente, outro tipo de eventos, que não de natureza desportiva, e que o mesmo devia ter sido transversal às várias governações municipais.

No entanto, disse que o que acontecia era um pacto com os munícipes, acordando a execução de um conjunto de coisas que, depois, por vários motivos da dinâmica da vida, não se faziam dessa forma, eram alteradas e nunca concretizadas.

Disse, ainda, que não existia, na região, a capacidade de germinação de células, capazes de fazer coisas.

De seguida, referiu que os alunos na sua intervenção, no âmbito do PIP, tinham falado de algo muito importante, sustentabilidade e mobilidade do futuro, e que isso entroncava no Plano Integrado de Mobilidade, discutido há muitos anos na Assembleia Municipal e que tentava perspetivar para um horizonte a definição de como seria a mobilidade na cidade de Bragança. Acrescentou que fora executado um conjunto de diretrizes desse plano, mas que, depois, fora desvalorizado.

Reportando-se ao pedido dos alunos de uma nova ciclovia, disse que as ciclovias de Bragança não serviam para o que estavam conceptualmente pensadas. Referindo-

se à ciclovia à volta do IPB, disse ter tido um custo elevado e que era usada, maioritariamente, para as pessoas caminharem. Mais disse não ter sido bem pensada, pois as saídas não eram adequadas para o seu uso, e que as outras ciclovias da cidade também apresentavam problemas e não existia ligação entre elas.

Assim, disse que, antes de se colocar no terreno, era necessário pensar e planear o que se queria fazer e não executar só porque existiam fundos comunitários.

De seguida, aludindo ao aviso da PSP, no Facebook, em relação ao estacionamento de viaturas na rua Brigadeiro Figueiredo Sarmiento, recordou uma intervenção que fizera numa sessão da Assembleia Municipal, em 2004, alertando para esse problema de estacionamento, dando então origem à construção de uma espécie de parque, em terra batida, entre o bairro e o IP4, para que as pessoas pudessem estacionar.

Recorrendo, também, a uma ata de 25 de fevereiro de 2008, disse que, a um pedido de lugar de estacionamento nesse mesmo local, o chefe de Divisão de Transportes e Energia, à data, informara que se tratava de uma via com estacionamento em número insuficiente para o número de fogos existentes. Assim, questionou quem havia planeado a rua e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se haviam pensado nesta questão no novo plano para terminar a Circular.

Disse, ainda, que o importante era perceber que a cidade não estava bem planeada e exemplificou com a Circular Interior que, tendo duas faixas de rodagem em cada sentido, normalmente, uma delas estava ocupada por carros estacionados, e que este cenário se repetia por toda a cidade, com vias de serviço, garagens e faixas cheias.

Referiu que isto também se passava nos semáforos, junto do Restaurador, onde carros mal estacionados obrigavam à paragem dos carros, ao que acrescia a presença de uma grade, para cuja existência, ele, Luís Pires, disse já ter alertado, que podia provocar acidentes, e que tudo tinha que ver com planeamento e com pensar à distância. A propósito do não planeamento e de problemas de futuro, referiu o Parque Camões e questionou quantos lugares estavam disponíveis para estacionar.

Reiterou que, nos últimos anos, não tinha existido planeamento, mas sim a resolução de problemas e o ir atrás dos fundos dos pensadores de Bruxelas, sendo deles as prioridades, e não as que se querem e que isso estava errado. Assim, considerou ser necessário fazer alguma coisa para mudar o existente na cidade de Bragança.

Disse, também, que, contrariamente ao que se dissera na altura da campanha eleitoral autárquica, ainda existiam aldeias a tentar concluir redes de saneamento.

Terminou, reafirmando que o que queria era uma cidade melhor, competitiva, ousada, capaz e mais exigente, que houvesse mais sentido crítico, pensando fora do quadrado e com mais exigência na articulação do trabalho municipal.

**António Malhão** – Em resposta ao membro Luís Fernandes, disse que, quando cumprimentava em particular os companheiros do PSD, não era por falta de respeito ou

por não considerar os outros membros, mas sim por amizade, consideração e também pelo apoio que o Grupo Municipal do PSD dava a todos os seus membros. Anunciou, também, que este seria o seu último mandato.

De seguida, felicitou a membro Amparo Alves, pela excelente intervenção e, disse que se percebia que o Município se movia em várias direções. Acrescentou não ser só importante a questão de execução da despesa de capital, mas também a execução da despesa corrente, próxima dos 50%, pois permitia que muitas associações, IPSS, clubes e iniciativas culturais e artísticas pudessem acontecer na cidade.

Referiu, ainda, que, perante uma intervenção bem estruturada, como a do membro Luís Pires, tinha de estar atento e valorizar.

Para terminar, felicitou os diretores, presidente, treinadores, staff e os atletas do Grupo Desportivo de Bragança, pela excelente campanha, pois terminara o campeonato no pódio, terceiro lugar. Disse que isso também se devia à sensibilidade do Presidente da Câmara e do seu executivo em melhorar o protocolo e em apoiar o clube.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Aos membros Maria do Amparo e António Malhão agradeceu as palavras proferidas e ao membro Luís Pires disse que tinha uma carga pessimista, com uma visão negativa.

Ainda, em resposta ao membro Luís Pires, e quanto à mobilidade do futuro, disse que Bragança era um exemplo de querer o “quilómetro zero” e especificou que o Município de Bragança tinha adquirido muitos transportes elétricos e que, atualmente, se tinha candidatado a mais seis autocarros elétricos.

No que respeitava ao Plano Integrado de Mobilidade, disse que tinha sido apresentado em 2018, que estava em vigor, e que Bragança era uma cidade de cinco minutos. Quanto à ciclovia do IPB disse ser ladeada por um grande passeio para as pessoas andarem.

Retomando o Plano Integrado de Mobilidade, disse existir o projeto da Circular Interior desde o NERBA até à ligação IPB, bem como do Modelo até à Circular, e que a isso se chamava integração, mas que era necessário haver condições financeiras para avançar.

Relativamente à rua Brigadeiro Figueiredo Sarmiento, disse que seria bem integrada e que tinha imensos estacionamentos na parte de trás dos prédios e que, se fosse necessário, com o seguimento da Circular, seriam criados mais lugares, por forma a não haver perturbação.

Terminou, reiterando que Bragança não tinha problemas de mobilidade.

## **Ponto 4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que ao Ponto 4.2.1 seria aplicada a Grelha D, prevista no Regimento, e que, atendendo a que a certidão apresentava duas propostas, haveria lugar a pedidos de esclarecimento e a intervenção, seguindo-se, de imediato, duas votações, uma para os documentos de prestação de contas e outra para a aplicação de resultados.

### **Ponto 4.2.1 – Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2024 e Proposta de Aplicação de Resultados**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

#### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Moraes Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

#### **----- «DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2024 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS -----**

-----Pelo Sr. Presidente da Câmara foram presentes, em cumprimento do estabelecido na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024, previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo, preparados de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e de acordo as instruções emanadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente a Instrução n.º 1/2019-PG, atendendo ao preceituado na alínea m) do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º, ambos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual. -----

-----Os documentos em apreciação, elencados no Anexo A.1 (SNC-AP – Regime Integral), Anexo A.4 (SNC-AP - Documentos genéricos) e Anexo A.5 (SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local) da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando solicitados. -----

-----O Balanço do ano de 2024 apresenta um ativo líquido no valor de 236.269.785,81 euros, registando o património líquido e o passivo igual montante. A Demonstração de Resultados por Natureza apresenta gastos na ordem dos 50.025.543,13 euros e rendimentos no montante de 47.157.582,92 euros, originando um Resultado Líquido do Período de - 2.867.960,21euros. -----

-----Na Demonstração dos Fluxos de Caixa estão relatados os fluxos de caixa ocorridos durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, conciliados com os pagamentos e recebimentos orçamentais. Os saldos da gerência (do período anterior e para o período seguinte) encontram-se, igualmente, refletidos. Este mapa, na gerência de 2024, apresenta os seguintes valores (regularizados pelos fluxos financeiros): -----

----- O saldo de caixa e seus equivalentes de caixa no início do período (SGA anterior) ascende a 25.199.343,68 euros, correspondendo 22.570.185,11 euros a execução orçamental e 2.629.158,57 euros a operações de tesouraria; -----

----- Um total de variação de caixa e seus equivalentes, no período, no valor de 3.467.107,27 euros (3.615.021,42 euros orçamentais e - 147.914,15 euros de operações de tesouraria); -----

----- O saldo de caixa e seus equivalentes de caixa no final do período de 28.666.450,95 euros e a transitar para a gerência do ano seguinte, sendo o valor de 26.185.206,53 euros referente à execução orçamental e 2.481.244,42 euros referente a operações de tesouraria. -----

----- O mapa de Desempenho Orçamental para o ano de 2024 revela uma receita total no valor de 70.193.874,83 euros (com SGA) e uma despesa total no valor de 44.008.668,30 euros, transitando para a gerência seguinte um saldo de 26.185.206,53 euros. -----

----- Assim, propõe-se, à Câmara Municipal, que a aplicação do resultado líquido do ano de 2024, no montante de - 2.867.960,21 euros, seja transferido, na sua totalidade, para a conta de Resultados Transitados. -----

----- Mais se propõe que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se aprovelem os Documentos de Prestação de Contas e a proposta da aplicação do Resultado Líquido do ano de 2024, bem como sejam submetidos para apreciação e votação da Assembleia Municipal, respetivamente, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

**De seguida o Sr. Presidente apresentou o Relatório e Contas 2024 e a mensagem que o integrará:** -----

-----“No contexto macroeconómico, o ano de 2024 continuou a ser marcado pela guerra Rússia-Ucrânia, pelo conflito no Médio Oriente e, ainda, pelo desfecho das eleições presidenciais nos EUA que deram a vitória a Donald Trump, tendo levado ao aumento da incerteza do panorama geopolítico internacional. -----

-----Ao nível interno, a economia portuguesa apresentou um desempenho favorável, com uma trajetória de aceleração do PIB, das exportações e do consumo privado. A atividade turística manteve-se robusta, mas com alguns sinais de desaceleração. -----

-----Em termos globais, o ano de 2024 continuou a apresentar grandes dinâmicas para Bragança, alavancadas pelos diferentes agentes económicos do território e, naturalmente, com o vital contributo e envolvimento da comunidade. -----

-----Bragança afirma-se como um território de excelência, nas diferentes dimensões de Viver, Visitar, Investir e Estudar. A sua atratividade reforça-se, anualmente, ganha escala e notoriedade. -----

-----Considerando uma visão global das ações que desenvolvemos durante o ano e do impacto resultante das mesmas, melhorámos o desempenho e sustentabilidade da instituição, através da aposta em soluções inteligentes, inovadoras e eficientes. -----

-----Neste contexto, assumimos um compromisso com as gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, alinhados com o cumprimento dos ODS das Nações Unidas, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária. -----

-----Com orgulho, continuamos a ser um dos municípios com melhor desempenho económico e financeiro da Região Norte, fruto do rigor, disciplina, sentido de responsabilidade e transparência na execução do vastíssimo plano anual de atividades e investimentos. -----

-----Ao nível da modernização tecnológica e administrativa, o ano de 2024 continuou a ser marcado por avanços muito significativos, numa aposta assertiva na execução de investimentos em infraestruturas de última geração, sem descurar a implementação de novas medidas de cibersegurança, reforçando a proteção de eventuais ataques. -----

-----A coesão social continua a constituir uma das principais preocupações e prioridades do Executivo Municipal. Neste contexto, o ano de 2024, ficou marcado pela implementação de um conjunto de políticas sociais, de diferentes naturezas e públicos-alvo, contribuindo para a melhoria de vida, principalmente dos grupos mais vulneráveis. -----

-----O Município de Bragança é uma referência nacional na implementação de programas de incentivo à prática desportiva e estilos de vida saudáveis e na realização de grandes eventos desportivos, que tem estimulado a prática de desporto na população e dinamizado a economia. Mas também no apoio às coletividades desportivas, financiando a formação de crianças e jovens em diferentes modalidades. -----

-----Bragança está no mapa da promoção territorial e turística, com importantes eventos que dinamizam a economia local e criam relevantes fluxos turísticos. -----

-----Ao nível financeiro e de modo sintetizado destaque para os seguintes resultados: -----

----- O Município de Bragança apresenta uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança líquida, face às dotações corrigidas de 91,37%; -----

----- As receitas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as previsões corrigidas de 46,06% e 98,55%, respetivamente; -----

----- A receita corrente cresceu na globalidade 6,70% (2,6 milhões de euros) face ao ano de 2023; -----

----- Com a despesa paga de 44 milhões de euros e taxa de execução de 57,28%, face ao ano 2023, existiu um decréscimo em 7,24% (3,43 milhões); -----

----- As despesas de capital e correntes obtiveram uma execução sobre as dotações corrigidas de 25,22% e 76,73%, respetivamente; -----

----- As despesas realizadas com pessoal, que representam 35,72% das despesas correntes e 29,78% das despesas totais, atingiram cerca de 13,1 milhões de euros, registando um aumento de 8,89% em relação ao ano de 2023. Para esta variação contribuíram, por um lado, o processo de transferência de competências no domínio da educação e ação social para os órgãos municipais e, por outro, os encargos com novas contratações e as atualizações remuneratórias dos trabalhadores; -----

----- É verificado a regra do equilíbrio orçamental apresentando um saldo de 21,49 milhões de euros; -----

----- A concretização de um prazo médio de pagamento a fornecedores de 7 dias; -

----- Em 31.12.2024 os financiamentos obtidos provenientes de empréstimos bancários apresentam o valor de 1.081.388,79 euros. Considerando que no ano de 2024 não foram contraídos empréstimos, a dívida apresenta uma redução de 23,17% em relação ao ano anterior; -----

----- O cumprimento do limite da dívida, face ao imposto pela lei em vigor, com uma margem disponível por utilizar de 20,6 milhões.-----

----- Naturalmente, que a afirmação e o sucesso desta organização e de Bragança devem-se, em muito, ao envolvimento da comunidade, das diferentes forças vivas e, de forma particular, das Juntas/Uniões das Freguesias. -----

----- A prossecução da nossa missão só é possível devido ao profissionalismo, rigor e sentido de responsabilidade dos nossos dirigentes, das nossas chefias e dos nossos trabalhadores, que diariamente dedicam todo o esforço em fazer sempre mais e melhor.

----- Continuaremos, com a mesma humildade, proximidade, motivação e entusiasmo, a trabalhar com todos e para todos, focados no reforço da posição de Bragança no contexto nacional e internacional.” -----

**Intervenção dos Sr. Vereador João Pinheiro:** -----

----- O Sr. Vereador João Pinheiro apresentou a sua intervenção com base no documento entregue no final da reunião, o qual a seguir se transcreve: -----

----- “Este relatório de atividades e de contas referente ao ano de 2024 não é mais do que uma cópia do anterior. -----

----- Gostaríamos de ver aqui plasmadas obras estruturais, que têm vindo sempre anunciadas e adiadas por este Executivo, como, por exemplo, o parque TIR, o novo aeroporto regional de Bragança, o Pavilhão multiusos, a praia fluvial da barragem de Castanheira, o arranjo do todo o espaço envolvente do monte de São Bartolomeu, gostaríamos de ver mais aldeias com saneamento e não só a de Vilarinho de Cova de Lua, que ainda continua a sua construção durante este ano. -----

----- Quanto ao relatório de contas como é um documento técnico, cumprindo com as regras e normas instituídas por legislação própria e, como tal, recebeu o aval positivo através do Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, que nos foi apresentado, nada temos a referir. -----

----- Temos aqui, ainda, algumas questões que a estrutura política do Partido Socialista de Bragança nos solicitou a apresentar sobre este ponto: -----

----- 1. Receitas de capital – fundos comunitários -----

Conforme identificado no Ponto 7 do Relatório do Auditor Externo e no Quadro 37 (pág. 135) do Relatório e Contas 2024, houve uma diminuição drástica na execução de receitas provenientes de projetos cofinanciados. -----

----- Questões:-----

----- Tendo em conta o défice de execução orçamental das receitas de capital (fundos comunitários), conforme identificado no Ponto 7 e Quadro 37, qual a explicação concreta para esta quebra? -----

----- Existe financiamento comunitário perdido ou adiado devido à incapacidade de execução? -----

----- Que medidas foram ou serão tomadas para corrigir esta falha em 2024 e 2025? -----

----- 2. Saldo de gerência – 28,6 milhões de euros-----

----- O saldo de gerência transitado para 2024, no valor de 28.666.450,95 € (pág. 131 do Relatório e Contas 2024), é elevado e levanta dúvidas sobre a execução do investimento e a gestão equilibrada dos recursos municipais.-----

----- Questões:-----

----- Perante um saldo de gerência tão elevado (pág. 131), por que razão não foi feito maior investimento em áreas estratégicas para o concelho? -----

----- Qual a estratégia definida para aplicar este saldo em investimentos que melhorem a qualidade de vida dos Bragançanos?-----

----- Que justificação encontra o Executivo para manter a taxa máxima de IRS (5%) quando existem quase 29 milhões de euros disponíveis nos cofres municipais? -----

----- Reforçar a ideia política de que: -----

----- Menos execução de fundos comunitários = menos desenvolvimento para Bragança. -----

----- Excedente elevado = falta de investimento.”-----

**Resposta do Sr. Presidente à intervenção do Sr. Vereador João Pinheiro: -----**

-----“Quanto aos investimentos mencionados — o parque TIR, o novo aeroporto regional de Bragança, o Pavilhão Multiusos, a praia fluvial da barragem de Castanheira e o arranjo de todo o espaço envolvente do monte de São Bartolomeu —, os Senhores Vereadores, bem como a Assembleia Municipal, têm acompanhado de perto a quantidade de projetos que temos contratualizado”, afirmou.-----

-----“Temos atualmente em concurso os sistemas de saneamento de Gimonde, Paradinha Velha e Vila Franca, num investimento global de 3,2 milhões de euros. A requalificação do Jardim José de Almeida, a recuperação do antigo Viveiro de Trutas,

do Centro Interpretativo e da Ponte do Parâmio são intervenções que serão candidatas a cofinanciamento comunitário. -----

----- Em abril de 2024, não existia qualquer aviso aberto. No entanto, é possível que, até ao final de maio de 2025, se abra uma oportunidade para candidatar um conjunto de projetos de grande relevância. -----

----- As receitas totais refletem uma despesa de capital realizada relativamente baixa. Um exemplo disso é a grande obra do Museu da Língua Portuguesa, que absorve 17 milhões de euros do orçamento municipal. A forma de orçamentação foi alterada: atualmente, apenas a receita contratualizada é vertida para o orçamento. -----

----- O resultado líquido do exercício reflete, em parte — como referi na minha mensagem anterior —, a despesa resultante da transferência de competências da administração central para a administração local. -----

----- Os projetos serão executados com responsabilidade, sem comprometer as gerações futuras. -----

----- Relativamente aos 5% do IRS, trata-se de uma questão política. Aqueles que têm rendimentos mais baixos não são penalizados de forma alguma — é, antes, uma opção que visa beneficiar precisamente os que menos rendimentos auferem.”-----

**Intervenção do Sr. Vereador João Murçós:** -----

----- “Relativamente à explicação dada, sobre as medidas que não existiam em 2024 e que estão agora a ser implementadas, pergunto se são medidas eleitoralistas, e sobre o Museu da Língua Portuguesa, uma obra que aparentemente se revela mais importante que a salubridade dos nossos concidadãos, sobrepondo-se ao saneamento das nossas aldeias.” -----

**Resposta do Sr. Presidente à intervenção do Sr. Vereador João Murçós:** -----

----- “O próximo ato eleitoral não tem nada a ver com as nossas políticas”, afirmou. “Os avisos começaram a ser abertos em outubro de 2024 e, neste momento, estamos a recuperar o que não foi feito anteriormente: a abertura de avisos aos fundos comunitários do Portugal 2030. Municípios da nossa dimensão, se não tiverem cofinanciamentos nem receitas próprias robustas, têm dificuldades em executar grandes projetos de investimento. Os projetos estão agora a ser candidatados e terão impacto em 2025 — ainda que reduzido —, bem como em 2026 e 2027. O Portugal 2020 terminou, e o Portugal 2030 está agora a arrancar.” -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado aprovar, por maioria, o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de 2024, bem como a proposta da Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, com 4 (quatro) votos a favor – do Sr. Presidente, das Sras. Vereadoras Fernanda Vaz Silva e Olga Pais e do Sr. Vereador Miguel Abrunhosa; e 2 (dois) votos abstenção – dos Srs. Vereadores João Pinheiro e João Murçós.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos propostos, submeter o Documento de Prestação de Contas do ano de 2024 para apreciação e votação da Assembleia Municipal, bem como, para deliberação, a proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.-----

**Declaração de voto proferida pela Sra. Vereadora Fernanda Vaz Silva:-----**

----- «O ano 2024 foi marcado por uma conjuntura macroeconómica de enorme instabilidade e incerteza, agravada pelos conflitos bélicos no Médio Oriente e entre a Rússia e a Ucrânia, com consequências na economia mundial e com inevitável impacto na vida das pessoas e das organizações, ao qual acresce a incógnita do que será a atuação da liderança norte-americana.-----

----- Este diagnóstico apresenta desafios que exigem respostas alicerçadas em medidas exequíveis e concretas, que produzam efeito imediato na vida dos cidadãos e que foram plasmadas nas Grandes Opções do Plano para 2025, em áreas que lidam diretamente com o bem-estar das pessoas.-----

----- O Relatório de Contas, hoje apresentado e votado, confirma a aposta no apoio a pessoas e famílias em situação de carência e vulnerabilidade, através da implementação e execução de um conjunto de medidas integradas que procuraram colmatar os diferentes problemas e necessidades dos munícipes.-----

----- Sendo as pessoas e o seu bem-estar o centro da nossa atuação, desde que os brigantinos nos concederam a responsabilidade de governar o território, a promoção da coesão social constituiu-se sempre como um eixo vital, pois, sabíamos que só, desta forma, estávamos a garantir iguais oportunidades para todos e a construção de um território mais inclusivo e solidário.-----

----- É neste sentido que a educação, a cultura e a ação social se assumiram, ao longo dos sucessivos mandatos, como motores de mudança, de progresso, de equidade e coesão territorial, sempre numa perspetiva de trabalho integrado e em rede com os parceiros culturais, sociais e estruturas de educação do concelho, contribuindo para o reforço de uma cidadania ativa e para o desenvolvimento inteligente, harmonioso, sustentável, inclusivo e integrado do território, corporizando, nestes domínios, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.-----

----- “Transformar o concelho de Bragança num centro de incubação por excelência (inteligente, sustentável, conectado, inclusivo, inovador, autêntico e intelectual), de afirmação no espaço regional, nacional e internacional, criando uma forte marca própria, capaz de garantir as condições para o desenvolvimento sustentável, através do diálogo e proximidade com todos os agentes económicos locais, potenciando a participação cívica”, foi missão concretizada deste executivo autárquico e que, hoje fica expresso no documento apresentado.-----

----- Tenho dito, Sr. Presidente.»-----

**Declaração de voto proferida pelo Sr. Vereador Miguel Abrunhosa:-----**

----- “Nos últimos 16 anos acompanhei a elaboração dos sucessivos Relatórios e Contas do Município de Bragança, documento técnico que traduz, anualmente, com o máximo de rigor e detalhe, a situação económica e financeira da instituição, e elenca os projetos, atividades e ações desenvolvidas pela organização.-----

----- O Município de Bragança é uma referência nacional em diferentes áreas, e de forma particular ao nível do desempenho económico e financeiro, sendo durante 8 anos

consecutivos o município com melhor performance da Região Norte, no conjunto dos municípios de igual dimensão, fruto de uma gestão pautada pelo rigor, disciplina e boa utilização dos recursos financeiros, que são de todos. -----

----- Quero deixar uma nota de reconhecimento pelo sentido de compromisso dos dirigentes, chefias e trabalhadores que elaboraram com excelência este documento, o último deste Executivo. -----

----- De forma especial deixo o meu apreço e agradecimento às trabalhadoras e trabalhadores do Departamento de Administração Geral e Financeira e, de forma particular aos que desempenham funções na Divisão de Administração Financeira, pela persistência e profissionalismo do trabalho que desenvolvem diariamente. Embora sem grande visibilidade externa é transversal a toda a organização e fundamental para o normal funcionamento da instituição e dos bons resultados alcançados. Foi um privilégio e uma honra assumir, nos últimos 8 anos, responsabilidades na gestão deste Departamento e respetivas Divisões.”»-----

----- **Anexo:** Relatório e Contas 2024 (504 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) **Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.**”

**II – Anexo:** Relatório e Contas 2024 (504 páginas).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



## Apresentação de Resultados 2024



- ✓ **Volume de Receita: 70,19 milhões €**
- ✓ **Volume de Despesa: 44,08 milhões €**
- ✓ **Execução do orçamento da receita: 91,37%**
- ✓ **Execução do orçamento da despesa: 57,28%**
- ✓ **Prazo médio de pagamentos: 7 dias**

## Apresentação de Resultados 2024



### Evolução das despesas correntes por classificação económica (2022-2024)

Despesas Correntes	2022	2023	2024	Variação	
				2022-2023	2023-2024
Despesas com o pessoal	9 859 844,09	12 035 714,50	13 105 397,31	22,07%	8,89%
Aquisição de bens e serviços	13 735 189,31	16 392 403,93	17 967 750,90	19,35%	9,61%
Juros e outros encargos	57 393,70	60 793,99	242 411,86	5,92%	298,74%
Transferências correntes	3 850 194,91	4 272 144,97	4 410 770,60	10,96%	3,24%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras despesas correntes	959 023,36	574 806,07	966 228,54	-40,06%	68,10%
<b>Total</b>	<b>28 461 645,37</b>	<b>33 335 863,46</b>	<b>36 692 559,21</b>	<b>17,13%</b>	<b>10,07%</b>

Valores em euros

As despesas correntes, no valor de 36.692.559,21€ apresentam, face ao ano de 2023, um acréscimo de 10,07%. Este acréscimo é influenciado pelo aumento das despesas inerentes ao exercício das competências na área de educação, com impacto repartido em diferentes classificações económicas, mas de maior relevância nas despesas com pessoal.

## Apresentação de Resultados 2024



### Estrutura das despesas correntes (%) no ano de 2024



As despesas com pessoal correspondem a cerca de 35,7% da despesa corrente e 29,8% da despesa global, registando um aumento de 8,9%, em relação ao ano de 2023.

## Apresentação de Resultados 2024



### Evolução da despesa segundo a classificação orgânica (2023-2024)

Unidades Orgânicas	Despesa Paga			Despesa Paga			Variação (2023-2024)		
	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total	Correntes	Capital	Total
Administração Autárquica	14 226 969,45	2 776 014,74	17 002 984,19	14 752 008,44	2 504 808,24	17 256 816,68	3,69%	-9,77%	1,49%
Departamento de Administração Geral e Financeira	1 882 255,34	172 654,30	2 054 909,64	2 247 626,49	31 773,02	2 279 399,51	19,41%	-81,60%	10,92%
Departamento de Serviços e Obras Municipais	7 519 292,42	10 915 153,79	18 434 446,21	8 441 001,04	4 533 476,42	12 974 477,46	12,26%	-58,47%	-29,62%
Divisão de Promoção Económica e Turismo	1 480 356,26	9 467,02	1 489 823,28	1 888 121,35	29 123,39	1 917 244,74	27,55%	207,63%	28,69%
Departamento de Intervenção Social	8 226 989,99	235 318,45	8 462 308,44	9 363 801,89	216 928,02	9 580 729,91	13,82%	-7,82%	13,22%
<b>Total das Despesas</b>	<b>33 335 863,46</b>	<b>14 108 608,30</b>	<b>47 444 471,76</b>	<b>36 692 559,21</b>	<b>7 316 109,09</b>	<b>44 008 668,30</b>	<b>10,07%</b>	<b>-48,14%</b>	<b>-7,24%</b>

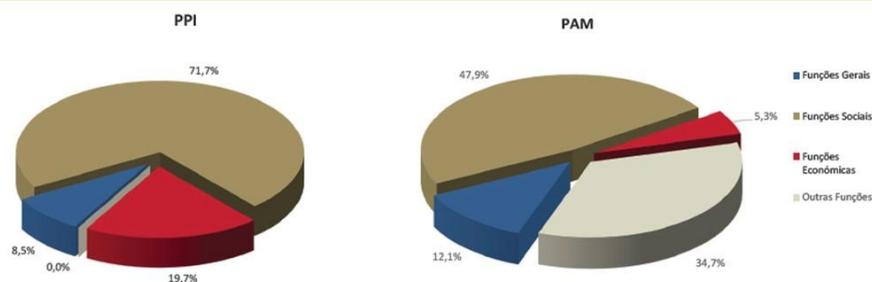
Valores em euros

A Administração Autárquica, conjuntamente com o Departamento de Serviços e Obras Municipais, absorve 68,69% da despesa executada em 2024.

## Apresentação de Resultados 2024



### Repartição funcional das GOP's no ano de 2024



As **funções sociais e económicas** representam 68,60% das despesas das Grandes Opções do Plano, absorvendo a maior parte do investimento (7,35 M€).



Um agradecimento a todos os que, durante o ano de 2024, interagiram com o Município: cidadãos, fornecedores, forças vivas e, de forma particular, os Senhores e Senhoras Presidentes das Juntas/Uniãoes de Freguesia.

O nosso reconhecimento e agradecimento a todos os dirigentes e trabalhadores do Município, pelo profissionalismo, sentido de compromisso, responsabilidade e o espírito de missão de sempre.



Terminada a apresentação do ponto, por parte do Sr. Presidente da Câmara, e não tendo havido pedidos de esclarecimento, fizeram intervenção os seguintes membros: Luís Pires (PS) e António Malhão (PSD).

**Luís Pires** – Disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista não podia, à semelhança do que sempre afirmara, ratificar a aplicação dos resultados para, nos anos seguintes, executar o plano da autarquia, por, maioritariamente, não concordar com o mesmo.

Retomando a anterior intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse ficar preocupado com o facto de aquele não perceber ao que o membro Luís Pires se referia.

Recordou que, numa sessão da Assembleia, tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara sobre a ciclovia da Sá Carneiro, pois não existia sinalética a identificar se era só ciclovia ou mista. Acrescentou que a requalificação daquela via, havia sido uma tentativa de meter um conjunto de infraestruturas técnicas, com base num projeto em que existia dinheiro para ciclovias e que, naquele momento, ninguém dizia que era uma ciclovia e que, se o era, tinha de ser sinalizada.

Disse que isso não era pessimismo nem negativismo, mas sim responsabilidade, e que não aceitava essa confusão, pois ele, membro Luís Pires, tirava do seu tempo para pensar coisas da cidade, falava com pessoas e tentava incorporar o bem comum, nesse tempo.

De seguida, lembrou, que, no último PDM, o Partido Socialista, como tentativa de mudar coisas, participar e dar sugestões, propusera uma alteração à proporcionalidade, relativamente à base dos edifícios, como forma de aumentar o estacionamento.

Depois, reiterou que a integração das ciclovias, umas com as outras, não existia e que o sabia por experiência própria.

Para terminar, disse que lhe tinha parecido existir alguma prepotência discursiva na intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

**António Malhão:** Disse considerar que as palavras proferidas pelo Sr. Presidente se enquadravam no espírito de debate político.

Referiu, depois, e em forma de correção, que a Barragem da Serra Serrada fora projetada, sendo Presidente da Câmara o Eng. José Luís Pinheiro, executada, efetivamente, quando o executivo camarário era do Partido Socialista, mas que fora paga pelo executivo do PSD, sendo Presidente o Eng. Jorge Nunes, pois existia um grande conflito litigioso. Acrescentou que, depois, a barragem das Veiguiñas fora executada pelo executivo do PSD, também sendo Presidente o Engenheiro Jorge Nunes.

Relativamente ao documento em análise, disse tratar-se de um documento denso e que a própria Lei não favorecia uma análise mais detalhada e aprofundada do

documento, porque dava três ou quatro dias, entre o período em que o documento era remetido e avaliado.

Nesta medida, disse que os membros da Assembleia Municipal confiavam na boa-fé e competência dos técnicos e do executivo que aprovara o documento, mas que se tratava de uma responsabilidade muito grande, do órgão Assembleia, debater um documento com aquela magnitude e dimensão. Todavia, afirmou que o faziam de forma tranquila, pois as regras eram mais claras, transparentes e exigentes para os executivos, existindo mais meios de fiscalização e controlo, desde logo com a norma interna de controlo, uma espécie de guião, para a execução do orçamento.

Salientou que se tratava de um documento fechado, com regras contabilísticas definidas, e que resultava, em grande parte, do cumprimento do plano social de contabilidade das autarquias locais, que introduziu a criação das normas de controlo interno onde estavam balizadas as responsabilidades do Presidente da Câmara, do Executivo e a delegação na equipa do Departamento Financeiro.

Assim, disse olhar para o documento com tranquilidade e com a certeza de que era fiável, seguro e bem explanado e que, por outro lado, existiam diversos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, ao que acrescia o revisor oficial de contas, com a responsabilidade de auditar e certificar as contas.

Fez notar, também, que se tratava de um documento de extrema importância, a ponto de a lei lhe determinar um ponto específico na Assembleia e a grelha de tempos conceder muito tempo para debate, respondendo, assim, à preocupação de que os tempos para intervenção não eram suficientes e referiu, como exemplo, o tempo concedido à CDU para o ponto em debate.

De seguida, relativamente ao documento, salientou que, através do balanço de 2024, se verificava que o ativo líquido do Município era na ordem dos 236.269.785, 81 euros, superior, por exemplo, à empresa que mais faturava no concelho de Bragança. Acrescentou só não ser superior a uma empresa que deveria estar sediada em Bragança, as Águas do Norte, e, por isso, pediu ao executivo que não desistisse desse direito de transferir a sede para o concelho de Bragança, pois fora o acordado.

Disse, ainda, que o concelho de Bragança precisava de ganhar alguma densidade ao nível da economia das empresas, pois, no *ranking* das 500 melhores empresas de Trás-os-Montes e nas 20 principais empresas, em termos de volume de negócios e de empregos, tinha, apenas, três empresas.

Retomando os números expressos no documento em análise, mencionou o saldo de caixa e seus equivalentes, que ascendia a 25.199.000 euros, correspondentes a 22.570.000 euros de execução orçamental e 2.629.000 euros de operações de tesouraria.

Ao nível do mapa do desempenho orçamental para o ano 2024, disse revelar, em números redondos, uma receita total de 70.000.000 euros e uma despesa total no valor de 44.000.000 euros, transitando para a gerência seguinte um saldo de 26.185.206, 53 euros. Explicitou que o Município, de acordo com as regras dos fundos

comunitários, tinha de cativar a componente de financiamento dos projetos, justificando, assim, a verba apresentada, não se tratando de uma fraca capacidade de execução, mas, sim, resultado das regras dos fundos comunitários.

Também como resposta às preocupações dos Vereadores do Partido Socialista relativamente àquela verba, que disse saudar, pois era sinal de que estavam atentos e que desempenhavam, de uma forma ativa e assertiva, o seu papel, referiu que se estava a viver uma fase de transição do quadro comunitário, tendo, por isso, existido uma falta de avisos. A isto disse acrescer o facto de existir, por parte dos Municípios, especialmente do interior, como o de Bragança, uma grande dificuldade em executar grandes obras, a não ser através dos fundos comunitários.

Lembrou, ainda, que, para além dos investimentos, das despesas de capital e dos projetos referidos no documento de contas em análise, havia mais vida que permitia grandes dinâmicas à cidade, como, por exemplo, ao nível da economia da educação.

Neste contexto, referiu a semana académica e sublinhou o papel importante do IPB no PIB local e regional, por ter um impacto muito positivo, por exemplo em termos de arrendamentos, e também pelo forte impacto na economia local, pelo que se tratava de uma instituição muito acarinhada e também necessária no concelho de Bragança.

Referiu, também, que a vida e o movimento da cidade de Bragança não se podiam restringir só ao Município e que era necessário valorizar o todo e perceber que existiam dinâmicas próprias que era necessário valorizar, como o comércio e o turismo.

Adiu também haver vida na economia das empresas exportadoras e na agricultura, setor que disse ser vital para o futuro e que era necessário estimular. Disse que o Município de Bragança tinha feito um grande trabalho em prol dos agricultores, mas que eram necessárias políticas a nível central e que olhassem para a agricultura como um setor vital para o futuro do país.

Destacou, ainda, que o documento da prestação de contas era importante, criava valor cultural, social, desportivo e económico e que permitia ter confiança no futuro. Disse, ainda, perceber as palavras de preocupação, colaborativa, do Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, mas que era necessário ter mais confiança no futuro, pois o Município de Bragança, em termos de execução orçamental, era um exemplo e aparecia bem posicionado em todos os rankings, no que respeitava ao desempenho económico e financeiro, o que devia ser motivo de orgulho, tal como o devia ser a política da área social seguida pelo Município.

Terminou dizendo que o Grupo Municipal do PSD votaria o documento sem qualquer reserva.

A Sra. **Presidente da Assembleia** disse que, efetivamente, o documento em discussão era extenso e tecnicamente denso e que, tendo isso em conta, a Mesa da Assembleia fizera tudo o que estava ao seu alcance para o envio atempado. Deu nota que o documento fora a reunião de Câmara na manhã do dia 22 de abril, remetido, para a Assembleia Municipal, da parte da tarde, e a Comissão Permanente reunira nessa

mesma noite, para que a Ordem de Trabalhos fosse emitida, bem como toda a documentação.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para, dirigindo-se ao Líder do Grupo Parlamentar do PS, Luís Pires, lhe transmitir que, quando o havia apelidado de pessimista, não fora no sentido de o magoar.

**De seguida, foram os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2024 submetidos a votação, tendo sido aprovados, por maioria qualificada, com zero votos contra, catorze votos de abstenção (PS, CDU, António Anes do CHEGA) e sessenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e quatro membros presentes.**

Fizeram **declaração de voto** os membros Luís Pires (PS) e Fátima Bento (CDU).

**Luís Pires** – “Mais uma vez, bom dia. Fica o desafio para ver quem é que pagou a barragem. Vamos ver os dois isso, acho que estás enganado.

Senhor Presidente, voltamos ao registo normal, parece-me, com a intervenção que tivemos aqui.

O défice de execução orçamental de receitas de capital, da origem do qual nada sabemos, também pelo facto de se perderem alguns apoios comunitários devido à incapacidade de execução, a não existência de medidas de contingência, para colmatar esses factos, também a existência de um saldo próximo dos 29.000.000 euros, transitado de 2024, não demonstra equilíbrio e não demonstra iniciativa de futuro, de investimento, que dê um futuro novo para Bragança e para os brigantinos, como tal, não podemos votar a favor deste documento.”

**Fátima Bento** – “Renovando os cumprimentos, portanto, a nossa votação, neste ponto e no subsequente, é a abstenção. Como em situações anteriores, decorre do nosso posicionamento face ao orçamento, que, aqui, já inúmeras vezes explicamos.

Aproveito para acrescentar que a reivindicação da CDU é em relação ao PAOD, que é onde podemos fazer propostas, aqui nós não podemos fazer qualquer proposta de alteração, podemos apenas observar aquilo que foi feito. É só essa a apreciação e, no nosso entender, ela já foi feita aquando do orçamento e nada se altera, independentemente de ser um documento técnico, do qual obviamente não duvidamos.”

**Não tendo havido pedidos de esclarecimento nem de intervenções, foi de seguida a proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Ano de 2024 submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, catorze votos de abstenção (PS, CDU, António Anes do CHEGA) e sessenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e quatro membros presentes.**

Fez **declaração de voto** o membro **Luís Pires** (PS), que, por se tratar da mesma proferida aquando da votação dos Documentos de Prestação de Contas, aqui se reproduz na íntegra: “Mais uma vez, bom dia. Fica o desafio para ver quem é que pagou a barragem. Vamos ver os dois isso, acho que estás enganado.

Senhor Presidente, voltamos ao registo normal, parece-me, com a intervenção que tivemos aqui.

O défice de execução orçamental de receitas de capital, da origem do qual nada sabemos, também pelo facto de se perderem alguns apoios comunitários devido à incapacidade de execução, a não existência de medidas de contingência, para colmatar esses factos, também a existência de um saldo próximo dos 29.000.000 euros, transitado de 2024, não demonstra equilíbrio e não demonstra iniciativa de futuro, de investimento, que dê um futuro novo para Bragança e para os brigantinos, como tal, não podemos votar a favor deste documento.”

A Sra. **Presidente da Assembleia** informou que seria retomada a Grelha B, até ao final da Ordem de Trabalhos. De seguida, sendo doze horas e trinta minutos e como ponto de situação, informou o Plenário que a Sessão tivera início às nove horas e trinta minutos e que, posteriormente, no caso de a Sessão não ter terminado até ao limite permitido, interromperia os trabalhos para auscultar e decidir a interrupção ou não para almoço.

#### **Ponto 4.2.2 – Autorização Prévia à Assunção de Compromissos Plurianuais (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) – Alteração**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

-----**«AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS (artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) - Alteração** -----

-----Pelo Sr. Presidente é presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

-----“A Assembleia Municipal, na quinta sessão ordinária do ano de 2024, realizada no dia 13 de dezembro, no ponto 4.2.1 – Documentos Previsionais para o ano de 2025 – Grandes Opções do Plano, Orçamento de Anexos, concedeu autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais, presente conjuntamente com os documentos previsionais. -----

-----A autorização genérica concedida para autorização da assunção de compromissos plurianuais estava indexada aos mesmos critérios excepcionais que constavam da redação vigente das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que, relativamente à alínea b), passou de 99.759,58 € para 500.000,00 €, na redação introduzida pelo artigo 151.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março. -----

-----Nesta conformidade, procurando manter a consistência entre os critérios referentes à repartição de encargos e à assunção de compromissos plurianuais, considera-se oportuno propor a atualização dos termos da autorização genérica: -----

-----Proposta: -----

-----Considerando que: -----

----- 1. A disposição em vigor prevista no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação introduzida pelo artigo 151.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

----- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -

----- 2. A alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que aprova as regras aplicáveis à assunção dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, quando envolvam entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal; -----

----- 3. O artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, diploma que regulamenta a citada Lei dos Compromissos, vem estabelecer que para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

-----4. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, resulta a possibilidade de delegação no Presidente da Câmara da competência para autorização prévia de compromissos plurianuais nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação. -----

-----Nestes termos, por motivos de simplificação, celeridade processual e eficácia, propõe-se que a Assembleia Municipal: -----

----- 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pela Câmara Municipal nos casos seguintes: -----

----- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

----- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2025; -----

----- c) Os seus encargos não excedam o limite de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -

-----2. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, delegue no Presidente da Câmara a competência para autorização prévia de compromissos plurianuais nas situações em que o valor do compromisso é inferior ao montante de 500.000,00 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

-----3. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições anteriormente enunciadas, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025. -----

-----Propõe-se que seja submetida à Assembleia Municipal, para deliberação, a proposta de alteração dos termos da autorização genérica para assunção dos compromissos plurianuais, concedida no articulado dos documentos previsionais para o ano de 2025.” -----

-----Foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, para deliberação, a proposta de alteração dos termos da autorização genérica para assunção dos compromissos plurianuais, concedida no articulado dos documentos previsionais para o ano de 2025.»-----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 4.2.3 – Nona Modificação – Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

-----**«NONA MODIFICAÇÃO – SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2025** -----

-----Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

-----“Considerando que: -----

-----1. As alterações orçamentais encontram-se reguladas no Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); -----

-----2. O SNC-AP estabelece que as alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial. A alteração orçamental modificativa (anterior conceito de revisão) é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor; -----

-----3. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, enquadra no seu ponto 8.3.1 – Modificações ao Orçamento, quais as situações em que as mesmas se executam; -----

-----4. O cumprimento da regra do equilíbrio aludido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação, deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental (evidenciado em mapa anexo e previamente distribuído aos senhores vereadores); -----

-----5. A abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo do Município, salvo quando resultem de Plano Plurianual legalmente aprovado, nos termos previstos no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06, na sua redação atual; -----

-----6. De acordo com o previsto no artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, apenas se pode considerar que um projeto está incluído num plano plurianual legalmente aprovado, quando se encontra observado o seu horizonte temporal e com verba suficiente para acomodar os encargos decorrentes do mesmo, nos anos da sua execução; -----

-----7. Compete à câmara municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões;-----

-----8. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proceder à aprovação da revisão orçamental. -----

-----Face ao exposto, apresenta-se a nona Modificação - Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento (Receita e Despesa) e Plano Plurianual Previsional (Plano Plurianual de Investimentos).-----

-----A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base: -----

----- Na ótica do orçamento de receita, provenientes da incorporação dos apoios financeiros concedidos (candidatura Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade, “Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos” e *Digital Innovation Hub Silver Economy, Ecosistema de Investigación e Innovación asociado a la Silver Economy*) a inscrição dos valores de 459.300,00 euros e 1.190.550,00 euros, para os anos de 2025 e 2026, respetivamente. -----

----- Na ótica do orçamento da despesa e para atender ao investimento associado aos financiamentos concedidos e ajustamentos à previsão de execução de empreitadas/equipamentos, foram efetuados, no ano de 2025, reforços no valor de 1.341.100,00 euros, cuja origem, além das inscrições referidas, advém de anulações no

valor de 881.800,00 euros. No ano de 2026 o reforço é de 2.876.850,00 euros; nos anos de 2027 a 2029 os reforços são de 200,00 euros, em cada ano. -----

----- No Pano Plurianual de Investimentos, salienta-se a inscrição do projeto n.º 2025/4 – Aquisição de meios para o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), para os anos de 2025 a 2029, com 200,00 euros anualmente e o reforço/inscrição de verbas associadas ao projeto n.º 2018/3 – Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público com verbas distribuídas pelos anos de 2025 e 2026 no valor de 496.300 e 1.984.650,00 euros, respetivamente.-----

----- Os restantes reforços/anulações provém, na sua maior parte, da necessidade de ajustar/redistribuir, de forma previsional, a execução de várias empreitadas. -----

----- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a nona modificação – segunda alteração modificativa ao orçamento municipal da receita; segunda alteração modificativa ao orçamento municipal da despesa; segunda alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos para o ano de 2025, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.» -----

----- **Anexos: I - 2.ª Alteração Modificativa da Despesa (6 páginas); II - 2.ª Alteração Modificativa da Receita (2 Páginas); III - 2.ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimento (1 página); IV - Demonstração de Equilíbrio Orçamental (1 página).**----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I - 2.ª Alteração Modificativa da Despesa (6 páginas); II - 2.ª Alteração Modificativa da Receita (2 Páginas); III - 2.ª Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimento (1 página); IV - Demonstração de Equilíbrio Orçamental (1 página).**

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, referindo que a modificação apresentada era originada pela aprovação do financiamento de candidaturas, nomeadamente, Mobilidade Inteligente, Mais Sustentabilidade, Medida Reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos, e à Silver Economy.

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.4 – Proposta de Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o Ano de 2025**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL E ATUALIZAÇÃO DO MAPA ANUAL DE RECRUTAMENTOS AUTORIZADOS, PARA O ANO DE 2025**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Geral: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Em reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada em 2 de dezembro de 2024, e na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 13 de dezembro de 2024, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano, Orçamento, o Mapa de Pessoal e o Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2025. -----

----- 2. Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 13 de janeiro de 2025, e na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 24 de janeiro de 2025, foi aprovada a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2025. -----

----- 3. Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 10 de fevereiro de 2025, e na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 18 de fevereiro de 2025, foi aprovada a Segunda Alteração ao Mapa de Pessoal e Atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados para o ano de 2025. -----

----- 4. Nas Divisões de Logística e Mobilidade, Sustentabilidade e Energia, Águas e Saneamento e Ação Social e Saúde, pretende-se o reforço das equipas existentes, visando garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público e atender às necessidades dessas Divisões. -----

----- 5. Do universo de todos os trabalhadores constantes do Mapa de Pessoal do Município de Bragança, não existem recursos humanos com perfil de competências associadas à especificidade dos postos de trabalho, para assegurar, cumprir e executar

as atividades, de natureza permanente, não sendo possível a reafectação interna de recursos humanos entre unidades orgânicas. -----

-----6. Se trata de atividades municipais essenciais e permanentes, necessárias para garantir o regular funcionamento das Divisões de Logística e Mobilidade, Sustentabilidade e Energia, Águas e Saneamento e Ação Social e Saúde.-----

-----7. De acordo com o disposto no artigo 45.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2025, os municípios em situação de saneamento ou de rutura, salvo raras exceções, estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais. Esta condicionante não se aplica ao Município de Bragança. -----

-----8. De acordo com as regras previstas no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que sucessivamente lhe foram introduzidas, é aferido o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental, bem como o cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais. -----

-----9. Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), foi acautelada a dotação suficiente no Orçamento Municipal para o ano de 2025 para a ocupação dos postos de trabalho a seguir identificados, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, (cabimentos n.º 921/2025; 1098/2025 e 1167/2025).-----

----- 10. O disposto na Circular n.º 4/Dsajal/Daal/NG – que esclarece que o Mapa de Pessoal é alterado, quando se pretende introduzir uma mudança na quantificação, ou caracterização do(s) posto(s) de trabalho, na identificação das atribuições, competências ou atividade por ocupante(s), ou nos respetivo(s) cargo(s) ou carreira(s)/categoria(s).-----

----- 11. A Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e a atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2025, por ocorrer durante a execução do orçamento, fica sujeita a aprovação do órgão deliberativo.-----

----- Proposta: -----

----- Face aos considerandos acima enunciados, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se submeter para deliberação da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2025: -----

----- A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior - área de atividade – educação social, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Ação Social e Saúde, Departamento de Intervenção Social. -----

----- A criação de 3 (três) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional - área de atividade – motorista de transportes coletivos, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Logística e Mobilidade, Departamento de Serviços e Obras Municipais.-----

----- A criação de 2 (dois) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional - área de atividade – jardineiro, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Sustentabilidade e Energia, Departamento de Serviços e Obras Municipais. -----

----- A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, área de atividade - coveiro, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Sustentabilidade e Energia, Departamento de Serviços e Obras Municipais. -----

----- A criação de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, área de atividade - pedreiro, a preencher com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, para a Divisão de Águas e Saneamento, Departamento de Serviços e Obras Municipais.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal e atualização do Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados, para o ano de 2025, nos termos da informação, bem como submeter à Assembleia Municipal, para deliberação.» -----

----- **Anexos: I** - Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2025 (2 página); **II** - Anexo 1 – Mapa de Pessoal/ano 2025 (3.ª alteração) (1 página); **III** - Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados - 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal (1 página).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I** - Terceira Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2025 (2 página); **II** - Anexo 1 – Mapa de Pessoal/ano 2025 (3.ª alteração) (1 página); **III** - Mapa Anual de Recrutamentos Autorizados - 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal (1 página).

**Solicitou esclarecimentos** a membro **Fátima Bento** (CDU), perguntando qual o motivo para serem recorrentes os novos concursos para coveiro e se esse facto se devia a dificuldades em contratar, ao alargamento do cemitério, a reformas de trabalhadores ou a qualquer outra razão.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados, informando que se iria recorrer ao concurso que já estava aberto, pois, ou por reforma ou porque os trabalhadores iam para outro local, era necessário o reforço e que, no último ano, houvera uma taxa elevada de reformas.

Não houve pedidos de intervenção.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, doze votos de abstenção (PS) e cinquenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.5 – Processo n.º 38/24 - Paulo Daniel Bárcia Lobato – Desafetação de Parcela de Terreno**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «PROCESSO N.º 38/24 - Paulo Daniel Bárcia Lobato – Desafetação de Parcela de Terreno -----**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo:-----

----- “O munícipe Paulo Daniel Bárcia Lobato vem solicitar a aquisição ao Município de uma parcela de terreno confinante a sudoeste com a sua propriedade (Rua Abade Cicouro, n.º 3), para cultivo de uma pequena horta.-----

----- Analisado o processo, cumpre-nos emitir o seguinte parecer: -----

----- 1. O prédio do requerente encontra-se inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo sob o artigo n.º 1690-B e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 1586, e possui, de acordo com as descrições dos documentos de legitimidade, uma área de 297 m<sup>2</sup>; -----

----- 2. A área pretendida corresponde a uma parcela de terreno de domínio público municipal, destinada a espaço verde de enquadramento, com 117 m<sup>2</sup>, confinante com o prédio do requerente a sul; -----

----- 3. Considerando que se trata de uma parcela de reduzidas dimensões, não se vê inconveniente na sua alienação, com a condição de nela não ser permitida construção, com exceção de muro de vedação, ficando destinada apenas a logradouro;

-----4. Após notificação, através do ofício n.º 1683, de 15 de maio de 2024, o requerente aceita a aquisição da parcela na condição de ela se destinar, exclusivamente, a espaço verde, como complemento do logradouro do edifício do requerente e pelo valor resultante da aplicação da taxa prevista no n.º 2 do artigo 51.º da Tabela de Taxas – Compensação pela não cedência de parcelas para equipamentos e espaços verdes (atualmente, no valor de 41,48 € por m<sup>2</sup>).-----  
-----Assim, propõe-se à Câmara Municipal que delibere favoravelmente a desafetação da parcela de terreno, com a área de 117 m<sup>2</sup>, do domínio público para o domínio privado do Município, na condição da parcela a alienar se destinar unicamente para complemento de logradouro do lote, sem capacidade construtiva, salvo o respetivo muro de vedação. -----  
-----Mais se propõe submeter, para deliberação da Assembleia Municipal, a referida desafetação da parcela de terreno, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” -----  
-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da informação.  
-----Mais foi deliberado, por unanimidade, subter para deliberação da Assembleia Municipal.»-----

-----**Anexo:** Planta de Localização (1 página). -----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----  
-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Planta de Localização (1 página).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, dizendo que, como era possível verificar no anexo à Certidão, se tratava de uma pequena área, sem grande utilização, e que não iria ter construção.

**Solicitou esclarecimentos** o membro **João Ortega** (PS) e disse que se podia olhar para a cidade de maneiras contraditórias, o que poderia ajudar a fazer uma cidade melhor.

Fez notar que o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente, mas que existiam questões com as quais, enquanto arquiteto e membro da Assembleia, não concordava. Assim, disse que a imposição de, naquela parcela, numa zona que conhecia bem, não poder existir construção, devia envergonhar.

Referiu que o planeamento urbano em Portugal era relativamente recente e que fora pelo Decreto-Lei n.º 400/84 que, pela primeira vez, se estabelecia, de forma mais ou menos consistente, as regras de dividir terrenos em lotes urbanos.

Acrescentou que o bairro da Mãe D'Água era aquele que fazia a transição entre o que era um crescimento urbano orgânico, em que eram as pessoas, e não uma tutela superior, a impor as regras de crescimento da cidade, e um crescimento que começara por ser semi-planeado, com um desenho onde se colocavam os talhões e o que sobrava ficava para as ruas.

Disse ser importante este enquadramento, relativamente ao lugar que se estava a tratar, pois, estavam em causa três ruas, com características muito diferentes. A rua Abade Cicouro, onde se situava a parcela, que disse ter as regras da cidade tradicional, com as casas a serem construídas no limite da via pública. A rua do Souto, que disse ser de transição, com casas que nunca haviam sido bem integradas e em que à frente das casas aparecia um pequeno espaço de quintal ou de jardim, o que não fazia parte das regras da cultura mediterrânica, e a rua Professor Egas Moniz, mais planeada, em que os pequenos espaços de quintal à frente das casas se mantinham, o que fazia quebrar a urbanidade da rua.

Acrescentou que, quando uma casa era construída no limite da via pública, esta fazia sombra no verão e as varandas protegiam de chuva, mas que, quando era recuada e se deixava um espaço à frente, este não servia para nada e que era aí que entrava a crítica à proposta apresentada de no espaço não poder existir construção. Mais disse que aqueles 100 m<sup>2</sup> não eram importantes para que a rede de águas pluviais fosse subdimensionada ou a afete de qualquer forma.

Disse, também, que, olhando para a fotografia do espaço, era possível ver a apropriação dos residentes, nomeadamente dos quintais por construções de anexos, e que a cidade evoluía assim, começando com menor densidade e depois aumentando.

Depois, afirmou que, olhando para o pequeno exemplo apresentado, aquilo que faltava construir era a fachada da rua Professor Egas Moniz e que se ia passar para o domínio privado um gaveto que era o espaço mais interessante para a construção, quer do privado, quer do público.

Disse, por isso, ser ilógico colocar o ónus de que este espaço não pudesse ser construído e que, pela lei atual, uma obra de escassa relevância urbanística, basicamente não precisava de nenhuma autorização.

Adiu defender que, quer a parcela em causa, quer aquelas que lhe eram contíguas, tinham a dimensão apropriada para se pensar numa nova frente urbana, numa frente que construísse cidade, como dizia Ortega y Gasset.

Reiterou, assim, que considerava que se estava a cometer um erro ao colocar o ónus de não se poder construir e que ser uma horta urbana também era um tema que se podia discutir.

Não houve pedidos de intervenção.

De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e três membros presentes.

Fizeram **declaração de voto** os membros Fátima Bento (CDU) e João Ortega (PS).

**Fátima Bento** – “Portanto, também conheço bem o espaço e, de facto, denota alguma falta de cuidado e sem grande utilidade. No nosso entender, face aos argumentos que estão aqui e que o próprio Senhor Presidente veio aqui dizer, não é, que as regras são aplicadas a todos e que ainda temos muita área onde podemos construir, entendemos que teríamos de ser favoráveis à aprovação.”

**João Ortega** – “De forma muito simples, a minha intervenção é a justificação do nosso voto a favor. Portanto, é a nossa declaração de voto.”

#### **Ponto 4.2.6 – Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark para o Ano 2025 – Minuta**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«CONTRATO-PROGRAMA COM A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK PARA O ANO 2025 - Minuta-----**

----- **O Sr. Presidente, invocando o regime previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, declarou-se impedido de participar na discussão e votação deste assunto e ausentou-se da Reunião, ficando a Sra. Vice-Presidente, Fernanda Silva, a dirigir os trabalhos. -----**

----- Pela Sra. Vice-Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Assessoria Jurídica e Contencioso: -----

----- “Considerando que: -----

----- O n.º 3 do artigo 59.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), na sua redação atual, manda aplicar, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 47.º daquele regime às associações de direito privado em que as entidades públicas locais participantes exerçam uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele regime;-----

-----A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, doravante Associação, é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, constituída por escritura pública, outorgada no dia 29 de outubro de 2008, pelos Municípios de Bragança e de Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Politécnico de Bragança e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto;---

-----O Município de Bragança, doravante designado de Município, exerce uma influência dominante na Associação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do RJAEL, em virtude da detenção da maioria das unidades de participação (UP) do Fundo social, que garantirá em qualquer circunstância e a todo o tempo, por imposição do n.º 2 da Cláusula Quarta do respetivo Regulamento Interno, o que lhe confere a maioria de direitos de voto na Assembleia Geral, nos termos do n.º 5 do artigo 12.º dos Estatutos; -----

-----Por força da remissão efetuada pelo n.º 3 do artigo 59.º do RJAEL, tem aplicação o disposto no artigo 47.º do referido diploma legal, que institui que a prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes; -----

-----A Associação, em conformidade com o n.º 1 do artigo 3.º dos respetivos Estatutos, tem como objeto a promoção, lançamento e gestão do equipamento público “BRIGANTIA ECOPARK – Parque de Ciência e Tecnologia”, que visa contribuir para o desenvolvimento económico da região, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior;-----

-----O Brigantia Ecopark é um espaço privilegiado para a prestação de serviços de ciência e tecnologia relacionado com economia do conhecimento de elevada qualidade e valor acrescentado e apoio a empresas consolidadas e a empresas incubadas, ambas de base tecnológica, desenvolvendo a sua atividade em três áreas temáticas (Energia, Ambiente e Eco construção, Economia regional), sem prejuízo de outras que possam vir a ser determinantes para o seu desenvolvimento; -----

-----O Brigantia Ecopark oferece um serviço de incubação durante o ciclo de vida inicial, para dar apoio a empresas recentes ou empresas desenvolvidas a partir de grupos de investigação, ambas de base tecnológica, estando disponíveis dois programas para incubação: pré incubação, com período de curta duração, e a incubação, com período de média duração;-----

-----O Brigantia Ecopark está aberto a pequenas, médias e grandes empresas que pretendam tornar-se mais competitivas, tendo em vista o desenvolvimento de uma

comunidade de base tecnológica para sustentar e desenvolver o crescimento económico e social;-----

-----O Brigantia Ecopark visa aproveitar os recursos e a envolvente universitária para desenvolver oportunidades de colaboração entre as empresas e as instituições do SCTN, através de projetos de I+D+i, cultivar a excelência e atualizar o conhecimento nas áreas estratégicas, utilizando emprego qualificado; -----

-----O Brigantia Ecopark vem assumindo um papel decisivo na dinamização e incremento das atividades de I+D+i, potenciando a criação de conhecimento, a colaboração em redes institucionais (universidades, laboratórios associados e outras entidades do SCTN), o desenvolvimento da atividade de I+D+i nas empresas, a colaboração com pólos de competitividade e grupos especializados, a realização de encontros de negócios e de troca de ideais, numa conceção multifuncional; -----

-----A valorização económica das atividades de I&D em contexto empresarial, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, o empreendedorismo e a inovação são fatores impulsionadores das dinâmicas positivas imprescindíveis ao desenvolvimento económico e social, local e regional, com especial impacto na criação de mais e melhor emprego, na criação de riqueza e no melhor posicionamento do tecido empresarial local e regional face aos mercados; -----

-----O Município dispõe de atribuições no domínio específico da promoção do desenvolvimento económico e social do Concelho, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);-----

-----As atividades desenvolvidas pela Associação dão prossecução às atribuições municipais em matéria de promoção do desenvolvimento económico e social local, através da prestação de apoio à instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior;-----

-----O Brigantia Ecopark, com exceção, por razões relacionadas com a elevada taxa de ocupação do parque do ano 2023 face a 2024 e do lapso na definição da previsão da percentagem, do indicador “reforço das receitas próprias”, do indicador “redução dos custos com energia”, por motivos decorrentes da instabilidade/crise energética fruto da invasão da Ucrânia pela Rússia, e do indicador “redução dos custos com manutenção do edifício”, uma vez que ocorreram avarias não previstas que originaram um aumento na rubrica «Conservação e reparação» em cerca de 94,48% face ao ano 2023, (nomeadamente, substituição extraordinária de 2 UPS´s, no valor de 1.382,90 € e, no sistema de AVAC, uma reparação extraordinária de 7.330,00 € [Bombas Chillers, de Geotermia e de Permutadores Frio/Quente]), cumpriu e excedeu os indicadores de eficiência e de eficácia fixados no Contrato-Programa respetivo, verificando-se, designadamente, um crescimento da ocupação de 1,53%, totalizando 79 empresas, o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, o Laboratório Colaborativo (MORE) e cerca de 412 colaboradores, 95% qualificados e altamente qualificados, e uma taxa de ocupação a rondar os 98,53%; -----

-----Para o ano de 2025, prevê-se um acréscimo do orçamento de cerca de 188.889,00 €, relativamente ao orçamentado para 2024, fruto das condições atuais do mercado e, do lado de receita, de uma redução de cerca de 83.378,70 € dos fundos comunitários, em virtude do encerramento dos quadros comunitários de apoio; -----

-----Neste contexto, apesar do acréscimo acentuado das receitas com o arrendamento/aluguer de espaços/equipamentos, os rendimentos do Brigantia Ecopark são deficitários para fazer face aos gastos, estimando-se, no Plano de Atividades e Orçamento, o montante total das necessidades de financiamento não supridas pelos demais associados, em 190.000,00 € (cento e noventa mil euros); -----

-----Segundo o requerido pela entidade, o apoio a atribuir para suprimento daquelas necessidades de financiamento consubstancia um “subsídio relacionado com rendimentos”, tal como definido na Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 22, visto que não cumpre os requisitos para ser classificado como subsídio relacionado com ativos, cuja condição primordial é a de que a “entidade que a eles se propõe deve comprar, construir ou por qualquer forma adquirir ativos a longo prazo”; -----

-----Revela-se necessário dotar a Associação dos instrumentos financeiros que lhe permitam fazer face ao défice supracitado, garantindo as condições necessárias para a prossecução da sua atividade, em concretização da política municipal de promoção do desenvolvimento económico e social local; -----

-----Decorre do n.º 1 do artigo 47.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 59.º, ambos do RJAEL, a possibilidade de o Município atribuir subsídios à exploração às associações participadas nas quais exerça uma influência dominante, mediante a prévia celebração de contratos-programa; -----

-----Os subsídios à exploração consistem em transferências financeiras realizadas à priori, destinadas a compensar uma situação deficitária resultante da atividade da entidade subsidiada; -----

-----Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 47.º do RJAEL, o contrato-programa deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, o montante do subsídio à exploração, assim como a eficácia e a eficiência se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos; -----

-----Assim, analisado o processo, propõe-se submeter para deliberação da Câmara Municipal a proposta de celebração de um Contrato-Programa com a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, subordinado ao clausulado da minuta em anexo ao processo e previamente distribuída a todos os Membros do Executivo, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), ambas as leis na sua redação atual.”-----

----- Foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Bragança e a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos membros presentes, submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL), conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **No final da discussão e votação deste ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente entrou na Reunião.»** -----

----- **Anexo:** Minuta do Contrato-Programa (80 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Minuta do Contrato-Programa (80 páginas).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, dizendo que estavam instaladas 82 empresas, com cerca de 420 colaboradores e uma taxa de ocupação de 98,53%. O contrato de programa para 2025 era de 190.000 euros, menos 35.000 euros, comparado com o ano de 2024.

Mais disse que o Brigantia Ecopark possuía, atualmente, três projetos internacionais financiados e um vale de incubação para incubadoras de 150.000 euros e que se estava a trabalhar na fase da expansão do novo edifício.

Em termos de gastos operacionais, salientou que as despesas de energia e serviços de vigilância representavam um gasto 165.000 euros e que também prestava apoio, de diferentes formas, a diversas empresas e que se tratava claramente de uma orientação de sucesso.

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e setenta e três votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e quatro membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

Sendo doze horas e cinquenta e três minutos, a Sra. **Presidente da Assembleia**, ainda que estando dentro do tempo regulamentar para o decorrer da Sessão, colocou à votação do Plenário a decisão de interrupção da Sessão para o

almoço. Por maioria, foi decidida a continuação da Sessão e a Sra. Presidente da Assembleia informou que às treze horas e trinta voltaria a proceder-se a uma nova votação.

#### **Ponto 4.2.7 – Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (PMAC)**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil: -----

----- “Considerando que: -----

----- O Município de Bragança, ao longo dos últimos anos, tem-se empenhado para tornar o seu território cada vez mais resiliente e sustentável;-----

----- O PMAC alinha-se com diversos projetos de âmbito climático à escala Municipal e Intermunicipal, tais como o Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), o Plano de Ação de Mobilidade Sustentável (PAMUS), o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), a Avaliação de Riscos Associados às Alterações Climáticas, com o Plano de Cogestão do Parque Natural de Montesinho e com os Planos de Ação 2023-2025;-----

----- O PMAC é uma ferramenta estratégica fundamental para enfrentar os desafios impostos pelas alterações climáticas;-----

----- O PMAC desempenha um papel crucial no planeamento municipal no que refere às alterações climáticas; -----

----- A Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) define que os PMAC's devem traduzir o contributo dos Municípios para os objetivos nacionais em matéria de política climática, devendo contemplar os objetivos e metas traçados a nível Municipal; -----

----- A consulta pública do PMAC, publicada em Diário da República, 2.ª série, n.º 24, em 6 de fevereiro de 2025, decorreu de 7 de fevereiro a 8 de março de 2025, não tendo registado contributos. -----

-----Assim, propõe-se submeter para deliberação da Câmara Municipal o Projeto do Plano Municipal de Ação Climática, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com os documentos em anexo ao processo e previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Projeto do Plano Municipal de Ação Climática, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.» -----

----- **Anexo:** Plano Municipal de Ação Climática (134 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Plano Municipal de Ação Climática (134 páginas).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, elencando os objetivos do Plano Municipal de Ação Climática e informando que fora submetido a consulta pública, não tendo sido recebidos contributos.

Não houve pedidos de esclarecimento.

**Fizeram intervenção** os membros Fátima Bento (CDU) e Pedro Fernandes (PSD).

**Fátima Bento** – Disse que o Plano apresentado tinha um enquadramento legal e que seguia a mesma linha de outros municípios.

No entanto, considerou que, atendendo a que se havia falado, no decorrer da Sessão, da importância da discussão e de contributos, bem como por se tratar de um documento denso e, também, no seguimento de uma proposta no PS, no mandato anterior, deveria ter existido algum envolvimento, por parte da Assembleia Municipal, através da Comissão Permanente, para a construção do mesmo.

Referiu que, dessa forma, o documento ficaria mais enriquecido e os vários grupos municipais ficariam mais esclarecidos sobre o seu conteúdo.

O membro **Pedro Fernandes** proferiu a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“A Proposta do Plano Municipal de Ação Climática de Bragança apresentada é um documento que representa mais do que um plano de linhas orientadoras, representa um compromisso político, ético e geracional. *Um documento que não precisaria de aprofundamentos em comissões Permanentes, pois foi um documento que esteve em discussão pública.*

Vivemos num tempo em que as alterações climáticas deixaram de ser uma ameaça futura para se tornarem uma realidade presente.

E se o problema é global, a resposta tem de ser local: eficaz, consciente e adaptada ao nosso território.

O PMAC-B que hoje defendemos é isso mesmo:

- Um plano rigoroso, assente no melhor conhecimento técnico disponível;
- Alinhado com a Lei de Bases do Clima, com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 e com o Plano Nacional Energia e Clima 2030;
- Coerente com instrumentos municipais anteriores, como o PAES, a EMAAC e o PAMUS.

E mais: este Plano posiciona Bragança como um exemplo de responsabilidade e visão.

Ele assume cinco grandes objetivos:

1. Alcançar a neutralidade carbónica até 2050,
2. Eliminar a pobreza energética até 2050,
3. Monitorizar permanentemente as ações de adaptação e mitigação,
4. Mobilizar os atores do território e integrar a ação climática em todas as políticas públicas.

Estes objetivos não surgem do acaso. São profundamente coerentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que a comunidade internacional assumiu:

- O ODS 11 — Cidades e Comunidades Sustentáveis,
- O ODS 13 — Ação Climática,
- O ODS 7 — Energia Acessível e Limpa,
- E o ODS 12 — Produção e Consumo Responsáveis.

Mas permitam-me ir ainda mais longe: este plano também responde ao apelo ético da Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco, que nos exorta a cuidar da “Casa Comum” com justiça e responsabilidade.

Cuidar do ambiente, dizia o Papa, é cuidar da vida humana, é cuidar dos mais pobres, é cuidar dos que ainda hão-de nascer.

Senhoras e Senhores Deputados,

O PMAC-B não é uma coleção de intenções. É um plano de ação concreta:

- Apostamos na mobilidade sustentável e na eficiência energética,
- Promovemos a expansão de corredores verdes urbanos,
- Apostamos no autoconsumo solar e nas energias limpas,
- Preparamos o território para eventos extremos, como secas ou ondas de calor.

Alguns poderão perguntar: "Mas vale a pena este esforço?".

A resposta é clara: não agir teria custos muito maiores — em saúde pública, em perda económica, em desagregação social.

A ação climática é um investimento.

Um investimento no nosso presente e, sobretudo, no nosso futuro.

Bragança, pelas suas características naturais e humanas, tem aqui uma enorme oportunidade:

- De valorizar o seu património ambiental,

- De inovar na gestão territorial,
- De atrair investimento verde,
- E de ser, orgulhosamente, referência no combate às alterações climáticas.

Sras. e Srs. Deputados,

Hoje não estamos apenas a votar um plano.

Estamos a decidir se queremos que Bragança seja parte da solução global.

Se queremos deixar às próximas gerações uma terra ainda melhor do que a que recebemos com a inclusão de propostas e ideias como a que os jovens dos Agrupamentos Escolares apresentaram aqui hoje de manhã.

O desafio é grande.

Mas a nossa ambição *deverá ser maior*.

Bragança merece o futuro *e as novas gerações merecem.*”

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e setenta e três votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e quatro membros presentes.**

Fez a seguinte **declaração de voto** o membro **Luís Pires (PS)**: “Para que conste em ata, o nosso voto a favor foi basicamente porque este é um plano que é obrigatório para todos os municípios em Portugal. Ele versa ou decorre sobre a mitigação, adaptação, também participação em efeitos que tenham a ver com as alterações climáticas e pretende combater, precisamente, o resultado dessas alterações, tendo em conta um desenvolvimento sustentável, cumprimento também daquilo que é a legislação e, supostamente, deverá ter sido elaborado, ouvindo todos aqueles que essa regulamentação pressupõe que devem ser ouvidos.

Mais do que um Plano, isto é um conjunto de orientações para aplicar na prática e que esperemos que, de facto, não seja necessário, mais tarde, vir-se dizer que não se utilizam ou não se recorre aos planos que aqui são gizados.”

#### **Ponto 4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores

e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, nomeadamente ao nível da mobilidade, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas;-----

----- 8. Nos casos em concreto, que vai ao encontro das necessidades reais da população, que contribui para o desenvolvimento integrado do concelho e para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor**, para a Requalificação urbana do Largo da Forja de Varge, na Rua do Cabouco, no montante de 31.000,00 euros, cabimento n.º 1180/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor**, para Obras de reconstrução e arranjo urbanístico/jardim na localidade de Aveleda (margem direita do rio Pepim), no montante de 24.000,00 euros, cabimento n.º 1182/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Babe**, para obras de pavimentação da Rua do Campo, em Babe, no montante de 20.000,00 euros, cabimento n.º 1185/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Baçal**, para conclusão das obras de requalificação do largo da Fonte, em Vale de Lamas, e correspondente pavimentação, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1229/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Baçal**, para pavimentação da Rua da Devesa, em Baçal, e da Travessa da Rua de Cima (Principal), em Vale de Lamas, no montante de 30.000,00 euros, cabimento n.º 1230/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Castrelos e Carrazedo**, para pavimentação de vários pontos na União de Freguesias de Castrelos e Carrazedo, no Largo da Escola e no Largo da Bica, em Alimonde, repavimentação junto ao lavadouro, em Conlelas, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 1188/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Donai**, para realização de diversos calcetamentos na Rua Senhor dos Perdidos, Rua de Santa Eufémia e Calejo de Fonte de Ustes, em Donai e na Rua da Igreja em Vila Nova e no Largo da Capela, em Sabariz e no acesso à aldeia (entrada), em Lagomar, no montante de 45.000,00 euros, cabimento n.º 1189/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Gimonde**, para pavimentação, com paralelo, de 100 metros lineares, da Rua da Carvalha, no montante de 17.500,00 euros, cabimento n.º 1190/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova** para colocação de cubos em granito, em diversas localidades da vila de Izeda, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1191/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Nogueira** para calcetamento da Travessa da Castanheira e a Rua de Vale de Orcos, em Nogueira, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 1192/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Outeiro** para pavimentações na Rua da Eiras e Rua Doutor Cordeiro, em Paradinha de Outeiro; na Rua Armando Madureira Beça, Bairro da Escola e Rua da Igreja, em Outeiro e para drenagem de águas pluviais na Rua Armando Madureira Beça e Rua do Santo Cristo, em Outeiro, no montante de 95.210,00 euros, cabimento n.º 1193/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Parada e Fãilde** para repavimentação da Rua das Amendoeiras, em Parada, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1194/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Rebordainhos e Pombares** para pavimentação da zona envolvente da Escola Primária de Rebordainhos, em Rebordainhos, no montante de 30.000,00 euros, cabimento n.º 1195/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Rebordãos** para beneficiação da Rua da Mãe de Água, com betuminoso, no montante de 35.000,00 euros, cabimento n.º 1196/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Rebordãos** para calcetamento da Rua do Cabouco, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 1197/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Rio Frio e Milhão** para calcetamento da Rua do Salgueiro (Travessa da Rua da Estrada), em Rio Frio, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 1198/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão**, para o arranjo do largo da Trêmbola em São Julião - 3.ª Fase, em São Julião, no montante de 20.000,00 euros, cabimento n.º 1199/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Samil** para trabalhos de pavimentação e melhoria de acessos na Rua da Terrina, Rua Fonte do Vale, Rua Fundo do Povo, Rua Central de Cabeça Boa, Rua Dr. Pedro Campilho, Caminho das Poldras, e Caminho do Calvário, no montante de 50.000,00 euros, cabimento n.º 1201/2025;----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Sortes** para calcetamento da Rua de São Mamede e Bairro Vale de Mateus, em Sortes, e pequenos arranjos nas localidades anexas (Vidoedo e Lanção), no montante de 30.000,00 euros, cabimento n.º 1202/2025; e -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Zoio** para Melhoramento da Rua Engenheiro Jorge Nunes, no montante de 60.000,00 euros, cabimento n.º 1205/2025. -

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 16/2018 – “Apoio na requalificação das ruas e largos nas aldeias”, estando, em 09/04/2025, com um saldo disponível para cabimento de 596.270,63 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 34.136.223,78 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) **Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.**”

Não houve pedidos de esclarecimento.

**Fizeram intervenção** os membros Fátima Bento (CDU), Luís Pires (PS) e António Malhão (PSD), Telmo Afonso (UFSSMM), com duas intervenções, e João Ortega (PS).

**Fátima Bento** – Disse que não iria dizer nada de novo sobre o assunto em discussão, mas que a CDU sempre fora muito resistente, quando entendia ser o melhor para as freguesias e para a população.

De seguida e, após citar os pontos dois e três da Certidão, reiterou que a CDU não mudaria de opinião, pois entendia ser para o benefício de todos, que não trazia prejuízo, nem para o Município nem para as Freguesias, e permitiria um planeamento anual às Freguesias, bem como maior transparência.

Assim, referiu que, enquanto o enquadramento das certidões apresentadas não fosse cumprido, a CDU não votaria favoravelmente, não se tratando de votar contra os apoios dados às Freguesias, mas sim uma forma de protesto e de sensibilização de todos os presentes, por considerar não se poder continuar a perpetuar o que não estava a ser cumprido.

Acrescentou que a CDU entendia tratar-se de um desrespeito pelo direito de planeamento de gestão, de autonomia das Juntas de Freguesia e que esperava que a situação mudasse, pois, os argumentos que apresentava continuavam a ser válidos, já que o fundo de financiamento não dava resposta a praticamente nada do que as freguesias precisavam.

Disse, ainda, que também faziam esse trabalho na Assembleia da República e que exigiam que o fundo de financiamento desse autonomia, mas que, até que isso acontecesse, era necessário que o Município ajudasse a promover o planeamento.

Terminou, reiterando que, enquanto não fosse alterado o modelo de apoio, a CDU votaria contra, mas que não se tratava de votar contra o apoio às Freguesias, mas para que se promovesse um modelo melhor que permitisse um planeamento anual e o desenvolvimento igual de todas as freguesias.

**Luís Pires** – Disse que a intervenção que iria proferir se relacionava com todos os pontos da Ordem de Trabalhos relacionados com as freguesias e citou o ponto quatro das certidões relativas às freguesias, para dizer que parecia que se estava a dar algo por favor.

De seguida, disse que a sua intervenção se devia ao facto de o PS querer encontrar um rumo e um futuro para as freguesias.

Depois, exemplificando com um modelo de negócios, referiu que, em Bragança, existia um conjunto de freguesias que tinham uma riqueza autóctone, um conjunto de vicissitudes inigualáveis e ímpares, de umas para as outras.

No entanto, disse, não existir, por exemplo, uma entidade que possibilitasse a oferta de diversas atividades, como a equitação, o ciclismo, pesca, caça, ou outras, a quem desejasse vir passar uma semana a Bragança, mas que era possível gerar um modelo de negócio em que se conseguisse articular esse tipo de produto.

Considerou, assim, ser necessário gizar um plano de futuro, numa perspetiva de pensar as freguesias todas, a sua diversidade e no que se podia dar às pessoas, em vez de se atribuir verbas, que embora considerasse necessárias, apelidava de corrente.

Salientou que queriam que as Freguesias fizessem parte, de facto, e não suportar que fizessem parte e que, para isso, era necessária uma visão diferente da seguida e que isso não era pessimismo.

Concluiu, referindo que, embora o Grupo Municipal do PS votasse a favor, considerava que se podia fazer melhor, mas que todos tinham de contribuir e ser ambiciosos.

**António Malhão** – Disse que a CDU insistia numa visão redutora e até retrógrada, que atentava contra a história de ser um partido de protesto e que parecia um tribunal, pois não apresentava ideias, nem soluções e que se limitava a criticar tudo o que se relacionava com desenvolvimento, tratando-se de uma atuação transversal a todas as áreas.

Acrescentou que valorizava muito o papel da CDU na Assembleia Municipal, mas que, embora ficasse com pena, provavelmente iria desaparecer da Assembleia Municipal Bragança.

**Telmo Afonso** – Relativamente à CDU, disse enaltecer o trabalho feito, a nível nacional e também nos órgãos da ANAFRE, em prol das Freguesias e das verbas próprias que para elas reivindica, embora localmente não votasse a favor, e que também todos os presidentes de Junta as reivindicavam do órgão central.

Em relação ao Partido Socialista, disse que havia mudado o paradigma, pois contestava a atribuição das verbas às freguesias, mas que votava a favor, quando antes se abstinha. Depois, relativamente à Moção apresentada na presente Sessão, recordou que o Grupo Municipal do PS tinha mudado de opinião, pois, em fevereiro de 2023, se tinha absterido na Moção apresentada para que a linha da ferrovia passasse pelo Porto, Vila Real, Bragança, Zamora.

De seguida, lembrou que as freguesias eram financiadas de diversas formas, pelo Fundo de Financiamento de Freguesias (FFF), que se tratava do grande bolo de financiamento das Freguesias.

Acrescentou que, além do aumento do valor das taxas de impostos com que o FFF era atribuído às freguesias, também o adicional ao orçamento do Estado para as freguesias fora conseguido através ANAFRE e disse que, cada freguesia do Concelho de Bragança, recebia, agora, mais de 50.000 euros, por ano do que aquilo que recebia anteriormente. Mais referiu, que, em 2023, com o governo do Partido Socialista, as freguesias haviam recebido do adicional do Orçamento do Estado 33.000 ou 34.000 e com o governo da AD 54.000 ou 55.000 euros.

Depois, disse que as freguesias também tinham as receitas próprias e que também podiam ser financiados pelo Município, mas que não era obrigatório, e que as freguesias eram entidades completamente autónomas e que, no futuro, provavelmente, com a conquista de todos os que trabalhavam em prol do bem e da autonomia das freguesias, iriam ser mais autónomas.

Referiu existirem, ainda, os apoios comunitários, a que as freguesias não se podiam candidatar, para algumas obras de interesse para as suas populações.

Disse, por isso, que os Presidentes de Junta tinham de se congratular com o apoio atribuído pelo Município de Bragança, ao reconhecer que o Estado Central não tinha atribuído nem dado as verbas necessárias para as freguesias desenvolverem as suas atividades e as suas obras.

Nesse sentido, agradeceu ao Município de Bragança, por ter ajudado, nos últimos anos, a construir, no território de cada freguesia, mais e melhor, para as populações, pois, apesar de não haver gente no meio rural, existiam infraestruturas para receber pessoas. Mais disse que os Presidentes de Junta se sentiam orgulhosos pela forma como tinham as suas aldeias e freguesias para poderem receber quem os visitava.

**João Ortega** – Disse não ser filiado no Partido Socialista, ser independente e que iria continuar assim sempre. Acrescentou que, falando de política, mas não de partidos, fora dito algo sobre a participação numa Sessão da Assembleia anterior que não podia aceitar como verdadeiro.

Referiu ser político, porque, sendo cidadão, não podia deixar de ser político, mas que outra questão era defender, ou não, de forma irracional, um determinado grupo. Adiu que nem sempre estivera alinhado com as votações do Partido Socialista, porque a única condição que colocara para estar na Assembleia Municipal, na bancada do Partido Socialista, fora que nunca deixaria de pensar e de agir de acordo com a sua cabeça.

Relativamente aos comboios e ao que se passara na Assembleia Municipal, relativamente à votação da proposta para que o comboio passasse em Bragança, disse ter sido, na sua opinião, uma vergonha. Adiu ter participado na tentativa de encontrar um texto comum em que todos pudessem votar a favor, pois, considerava que a única posição aceitável era, de facto, estarem todos de acordo.

Disse, ainda, que a proposta que fora apresentada na Sessão da Assembleia Municipal era para que o comboio de alta velocidade passasse por Bragança e que não estava contra essa passagem, antes, pelo contrário, pois a ligação lógica do país de comboio à Europa, desde o primeiro momento em que se falara do comboio em Portugal, sempre passara por Bragança.

Mais referiu que, condicionar uma proposta da Assembleia Municipal, para que obrigatoriamente tivesse de ser o comboio de alta velocidade, fora o que os dividira e que ele, João Ortega, o que tentara fazer fora chegar a um acordo para que o transporte de mercadorias não fosse ignorado.

Disse, ainda, que, depois desse dia, participara, num encontro promovido pela Câmara Municipal do Porto com a Associação Vale d'Ouro, a explicar o sentido da proposta que essa Associação fizera para o comboio em Portugal e que considerava ser uma das mais válidas.

Referiu que dessa reunião resultou claro que o eixo de ferrovia que passa por Bragança era absolutamente estrutural ao nível do transporte de mercadorias e que a única voz discordante fora a do Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. Salientou que a Europa estava servida por duas margens em que o transporte marítimo era possível e havia um centro europeu em que o transporte de mercadorias seria competitivo em relação ao transporte marítimo, sendo que esse eixo começava em Leixões, passava por Bragança e unia todo o centro do continente europeu.

Concluiu, assim, que, a abstenção do Grupo Municipal do Partido Socialista, na referida Moção, fora no sentido de chamar a atenção, pois considerava que o dizer que se tinha em Bragança o comboio de alta velocidade, eventualmente poria do lado outras versões aparentemente mais pobres, mas que não o eram e, sobretudo, que a alta velocidade não podia impedir que a linha tivesse uma componente de transportes de mercadorias.

Reiterou continuar a ser essa a sua opinião e que a Moção que fora aprovada na Sessão da Assembleia que estava a decorrer não tinha essa condicionante, mas que também não significava que estivesse excluída.

Nesse sentido, disse que a Associação Vale d' Ouro, provava que o transporte lógico de alta velocidade de Portugal para a Europa continuava a passar por Bragança, mas disse não se poder impor essa prerrogativa para excluir a possibilidade que o comboio estivesse em Bragança, assim como a ligação a Espanha.

**Telmo Afonso** – Disse que o membro João Ortega poderia argumentar o que quisesse, mas que, na Moção então apresentada na Sessão da Assembleia de 2023, a bancado do Partido Socialista se abstivera na reivindicação do comboio passar por Bragança.

O Sr. **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões que lhe foram formuladas.

À membro Fátima Bento, disse que a CDU poderia evoluir sobre o ponto em discussão e que existiam câmaras tuteladas pela CDU, para além dos contratos programa obrigatórios, que, por vezes, não eram cumpridos, não faziam mais transferências para as freguesias.

Relativamente ao Partido Socialista, disse ficar contente quando votava favoravelmente as propostas de apoio às freguesias, independentemente da nuance proferida pelo seu Líder, que compreendia.

Disse, ainda, que o Município gostava de reforçar a capacidade das necessidades dos Presidentes de Junta e referiu que, em 2024, o global da transferência para as freguesias havia sido de, praticamente dois milhões e meio e que, nessa Sessão, se estava a aprovar, um global de 2025, de dois milhões cento e trinta e cinco mil.

Acrescentou que considerava que Bragança estava a cumprir Abril, que era a descentralização, e que o modelo aplicado era simples, pois os problemas e as especificidades das aldeias eram diferentes e cada uma tinha a sua necessidade.

Mais disse que se estava a fazer mais comunidade, o bem-estar das pessoas e que todas as decisões eram em harmonia com os presidentes de Junta e reiterou que as freguesias de Bragança estavam bem equipadas e que isso devia ser um regozijo para todos.

Retomando a questão do modelo, reforçou que as especificidades de cada freguesia eram diferentes e era isso que tinha de ser entendido, pois, enquanto nas associações era possível fazer um convénio em determinados regulamentos, nas freguesias não, e que, quando isso acontecesse, ficavam só com os contratos programa.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Fizeram **declaração de voto** os membros Fátima Bento (CDU) e Luís Pires (PS).

**Fátima Bento** – “Em primeiro lugar, queria solicitar ao Senhor Presidente de Câmara que me dê quais são as câmaras da CDU, porque eu conheço todos os Presidentes. Terei todo o gosto de ver qual é o modelo que eles aplicam e vir aqui explicá-lo sem problema nenhum, porque CDU, se uma coisa que tem, é coerência nacional.

E, felizmente, eu sei que é maçador vir aqui sempre explicar, mas ainda bem que o fazemos, porque se alguém estivesse a ouvir esta Assembleia e ouvisse apenas os comentários tecidos sobre aquilo que nós afirmamos, vezes sem conta, garantidamente, ficava a achar uma coisa completamente diferente do que aqui ela defende.

Portanto, a CDU vai evoluir na sua posição e na sua intransigência no momento em que o Município também evoluir na sua política e na forma como aplica estes subsídios e teremos outras oportunidades para vir aqui, novamente, explicar, de formas diferentes, porque persistência não nos falta”.

**Luís Pires** – “Primeiro esclarecer que nós não votamos sempre da mesma maneira nos pontos que são apresentados nas declarações. É que, olha-se para elas, vê o que é que está, em função daquilo que está, decide-se. Isto não é assim. Não é? Aliás, isto faz a diferença entre máquinas e pessoas. Mete a moeda de 5 cêntimos, vai para um lado. Não. Vê-se, pensa-se e age-se em conformidade.

Aquilo que foi referido, relativamente ao apoio às freguesias, da forma que foi referido, aqui, é claramente uma abordagem corretiva, reativa, não é à procura de futuro,

não é proativo. Nós, se vamos só reparar aquilo que está mal e que está a acontecer, que pode cair, que se pode rebentar, estamos a ser reativos, não estamos a construir futuro, meus amigos, desculpem, mas é assim.

E, portanto, nós temos é que pôr coisas no futuro, para que a direção vá nesse ponto, e não o contrário. Se vamos só compondo, compondo, um dia o carro já não tem peças e não se compõe.

Eu olhei para as declarações, como vos disse, olho para elas, e eu até pensei, perguntei aos meus amigos, na reunião, aos meus camaradas, alguns, outros independentes, e eu vou usar aqui camaradas, também, também pode ser de armas, que também fiz tropa, e eu perguntei, mas estamos no Natal? Eles, não, mas, porquê? É pá, os valores que estão aqui de transferência para as freguesias são completamente diferentes daquilo que é o normal. Realmente, nesta altura, há mais necessidades para as freguesias. Os valores são mais elevados, os tais problemas surgiram mais agora, concentrados nesta altura. E, portanto, o que é provável, o que é provável, pode acontecer.

E, portanto, há uma coisa também que vocês podem ter em atenção é que ninguém daquele Grupo quer mal para ninguém de nenhuma freguesia. Aliás, se há coisa que se faz, é não haver distinção de cor partidária.

Eu estive a fazer um exercício há pouco tempo mental próprio. Eu não sei se não terei mais amigos de outras forças partidárias do que da minha e, portanto, não é isso que me impede de ser uma pessoa que vive socialmente integrada.”

Sendo treze horas e quarenta minutos, a Sra. **Presidente da Assembleia** disse que, estando decorridas quatro horas e nove minutos de Sessão, e de acordo com o Regimento, colocava à votação do Plenário a continuação da Sessão. O Plenário votou a favoravelmente a continuação da Sessão.

#### **Ponto 4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

-----«**APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Construção e Requalificação de Centros de Convívio**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

-----“Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

----- 8. Nos casos em concreto, que irá contribuir para a requalificação de um espaço que permitirá melhores condições de usufruto, nomeadamente, conforto, para a realização de atividades recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas, com participação ativa da respetiva população, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à Junta de **Freguesia de Alfaião**, para a requalificação do moinho de Alfaião, para centro de convívio e lazer, no montante de 20.000,00 euros, cabimento n.º 1213/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Baçal**, para conclusão das obras do Centro de Atividade Física da Freguesia de Baçal, no montante de 50.000,00 euros, cabimento n.º 1214/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Carragosa** para execução da obra de requalificação e ampliação do Centro Comunitário e Salão de Festas de Carragosa, no montante de 186.300,00 euros, cabimento n.º 1215/2025;-----

----- Apoio financeiro à **União de Freguesias de Castrelos e Carrazedo**, para requalificação do Centro de Convívio de Conlelas, no montante de 40.000,00 euros, cabimento n.º 1216/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Espinhosela** para a construção de edifício destinado a cozinha de apoio ao Centro de Convívio de Cova de Lua, antiga Escola Primária de Cova de Lua, no montante de 30.000,00 euros, cabimento n.º 1217/2025; e -----

----- Apoio financeiro à **União de Freguesias de Rebordainhos e Pombares** para aquisição de equipamento de cozinha para o Centro de Convívio de Rebordainhos, em Rebordainhos, no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 1218/2025.-----

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 10/2018 – “Apoio à construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias)”, estando, em 09/01/2025, com um saldo disponível para cabimento de 342.021,66 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 34.136.223,78 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Apoio à Realização de Feiras e Certames -----**

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho de recursos necessários para a dinamização das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

-----7. A concessão deste apoio financeiro, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelo beneficiário, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas.-----

-----8. No caso em concreto, que irá dinamizar o setor local, propõe-se:-----

- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova** para o apoio no pagamento das despesas relacionadas com os Jogos Tradicionais 2025, no montante de 8.750,00 euros, cabimento n.º 1172/2025.-----

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0401|04050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 34/2018 – “Apoio à realização de Feiras e Certames”, estando, em 09/04/2025, com um saldo disponível para cabimento de 25.921,55 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 34.136.223,78 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.”-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro proposto, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – Realização de Obras de Beneficiação em Vários Cemitérios** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem, ainda, o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do Concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos. -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas. -----

----- 8. Nos casos em concreto, com vista às ampliações dos cemitérios das Juntas de Freguesia seguintes, que irá contribuir para o desenvolvimento do Concelho e para a preservação do património cultural e religioso, propõe-se:-----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Parada e Faílde** para construção de um novo cemitério, em Carocedo, no montante de 64.000,00 euros, cabimento n.º 1186/2025; e -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Serapicos** para obras de ampliação do Cemitério de Serapicos, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 1187/2025. A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 18/2018 – “Apoio na realização de obras de beneficiação em vários cemitérios (Freguesias)”, estando, em 09/04/2025, com um saldo disponível para cabimento de 94.129,13 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 34.136.223,78 euros. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e sessenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e nove membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.12 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

-----«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- "Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem, ainda, o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

----- 6. Esta proposta de apoio financeiro enquadra-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do Concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos;-----

----- 7. A concessão deste apoio financeiro, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelo beneficiário, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas;-----

----- 8. No caso em concreto, que irá dinamizar o setor local, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de São Pedro de Sarracenos** para execução do muro de suporte junto do Polidesportivo de São Pedro de Sarracenos, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 1200/2025.-----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 27/2018 – “Apoio à requalificação de polidesportivos estando, em 09/04/2025, com um saldo disponível para cabimento de 100.008,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 34.136.223,78 euros. -----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da

Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, do mesmo diploma legal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro proposto, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e setenta votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.13 – Proposta de Atribuição de Apoios para Melhorias Habitacionais em Zona Rural e Urbana – 2025 (2.ª Fase)**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA MELHORIAS HABITACIONAIS EM ZONA RURAL E URBANA – 2025 (2.ª Fase)** -----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Ação Social e Saúde: -----

----- “Considerando os enquadramentos estratégico e de planeamento territorial constantes de documento em anexo, mantendo a estratégia de cooperação com as Juntas de Freguesia nos últimos anos, dirigida para o constante reforço das intervenções no domínio das melhorias das condições habitacionais de públicos vulneráveis, identificamos a necessidade de intervir urgentemente em vários casos prioritizados (beneficiários RSI/PSI, agregados com elementos portadores de doenças

crónicas/incapacidades atestadas, idosos com baixas pensões, desempregados de longa duração e pessoas em situação de grave condição habitacional), constantes do quadro em anexo ao processo e previamente distribuído aos membros do Executivo Municipal. -----

----- O n.º 1 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabelece que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”, pelo que se mantém a aposta no apoio financeiro às Juntas de Freguesia para, em esforço de concertação e colaboração, tornarmos mais célere e próxima a atuação no domínio das melhorias habitacionais das famílias mais carenciadas do Concelho de Bragança, melhorando os seus níveis de conforto e bem-estar. Este apoio abrange cinco agregados familiares residentes na zona rural. -----

----- Propõe-se, assim, que seja autorizada a atribuição de um apoio financeiro global de 37.490,00 € para realização de obras de melhorias habitacionais: -----

----- Junta de Freguesia de Salsas - 7.500,00 €; -----

----- União das Freguesias de Castrelos e Carracedo - 12.190,00 €; -----

----- Junta de Freguesia de Serapicos - 11.500,00 €; -----

----- Junta de Freguesia de Parâmio - 3.700,00 €; e -----

----- Junta de Freguesia de Gimonde - 2.600,00 €.-----

----- A despesa tem enquadramento orçamental na rubrica 0504108050102 – Transferências de Capital – Freguesias, atividade do PAM n.º 14/2018 (cabimento n.º 1173/2025). Os fundos disponíveis ascendem, na presente data, a 34.157.814,32 €. ---

----- A atribuição deste apoio financeiro enquadra-se na alínea a) do n.º 1 do artigo F-1/4.º - Tipologias de Apoio - “Apoios económicos: Para apoio à melhoria da habitação própria permanente quando tenha comprometidas as condições mínimas de habitabilidade”, do Código Regulamentar do Município de Bragança. -----

----- Em conformidade com o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, - “deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” - a competência para deliberar é da Assembleia Municipal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição dos apoios financeiros, bem como submetê-la para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação apresentada.» -----

----- **Anexo:** Quadro Apoio a Melhorias Habitacionais Zona Rural e Urbana 2025 (2.ª fase) (3 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Quadro Apoio a Melhorias Habitacionais Zona Rural e Urbana 2025 (2.ª fase) (3 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e dois membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 4.3 - Apreciação sobre o seguinte documento apresentado pela Câmara Municipal de Bragança: Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e a Respetiva Avaliação a 31 de dezembro de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança: -----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

**-----«INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPETIVA AVALIAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 -----**

-----Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

-----“A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais – na sua redação atual, preconiza na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I que compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

-----Estabelece a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da referida Lei n.º 75/2013 que compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação.-----

-----De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – na sua atual redação, as autarquias locais têm património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. -----

----- O n.º 1 do artigo 74.º da aludida Lei n.º 73/2013, estabelece que o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais. -----

----- O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação encontra-se arquivado nos respetivos processos e registado na aplicação de “Património – Gestão de Imobilizado” do Município de Bragança. -----

----- Não obstante o atrás referido, encontra-se a decorrer o processo de levantamento e conciliação do património imobiliário patente nos registos da Administração Tributária, nas inscrições da Conservatória do Registo Predial e no inventário contabilístico. -----

----- Em face do acima exposto propõe-se que, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação e que o mesmo seja submetido para apreciação da Assembleia Municipal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e sua avaliação a 31 de dezembro de 2024, bem como submeter para apreciação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.» -----

----- **Anexo:** Mapa Síntese dos Bens Inventariados (21 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos:** Mapa Síntese dos Bens Inventariados (21 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Não tendo havido análise e discussão, foi a mesma proposta dada como apreciada.**

#### **Ponto 4.4 - Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

##### **Ponto 4.4.1 – Contratos de Delegação de Competências no Domínio da Educação Estabelecidos com os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga - Atualização do Quadro Previsional do Anexo I**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

## “I – CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ESTABELECIDOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS ABADE DE BAÇAL, EMÍDIO GARCIA E MIGUEL TORGA - Atualização do Quadro Previsional do Anexo I**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Educação:-----

----- “Em 9 de maio de 2022 foi assinado o contrato de delegação de competências, entre o Município de Bragança e os agrupamentos de escolas do concelho, no âmbito do novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da educação, estabelecido no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, na sequência da sua aprovação em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Bragança realizada no dia 20 de abril de 2022 e em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022;

----- Após, aproximadamente, um ano de vigência, em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 24 de abril de 2023 foram aprovados os primeiros aditamentos aos mesmos contemplando alguns ajustes no seu clausulado, resultantes da experiência acumulada com a sua aplicação e por forma a garantir e melhorar os serviços prestados à comunidade educativa de acordo com os princípios e objetivos pretendidos. -----

----- Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2023, foram aprovados os segundos aditamentos aos mesmos contratos, contemplando atualizações aos valores constantes no Anexo I, designadamente nas verbas a transferir na 3.ª tranche de 2023 e nos montantes para os anos seguintes. -----

----- Em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 13 de novembro de 2023, foram aprovados os terceiros aditamentos aos contratos de delegação de competências entre o Município de Bragança e os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal e Emídio Garcia. -----

----- Da análise conjunta dos relatórios reportados pelos três agrupamentos de escolas, e da faturação dos bens adquiridos e dos serviços prestados, pelos e aos agrupamentos de escolas, relativos ao ano de 2024, verifica-se que é necessário

proceder à atualização dos valores do quadro do Anexo I dos referidos contratos para o ano de 2025 e seguintes. -----

----- Os valores anuais a transferir para os agrupamentos são os constantes do quadro do Anexo I – “Ano 2025 e Seguintes” das minutas dos contratos, em anexo ao processo. -----

----- As propostas de cabimento são as seguintes: -----

----- 2025/627, para o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal, no valor de 37.434,00 €; -----

----- 2025/628, para o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, no valor de 27.600,00 €; e -----

----- 2025/626, para o Agrupamento de Escolas Miguel Torga, no valor de 18.900,00 €. -----

----- Os fundos disponíveis ascendem, na presente data, a 30.004.864,64 euros. -----

----- A Cláusula 16.<sup>a</sup> dos referidos contratos prevê a sua revisão “sempre que ocorram motivos que justifiquem a sua alteração, nomeadamente: a) Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração; e b) A revisão seja indispensável para adequar o Contrato aos objetivos pretendidos”. -----

----- No n.º 2 da referida cláusula é estabelecido que “quaisquer alterações do contrato constarão de aditamentos assinados por ambos os Outorgantes, após serem submetidos aos respetivos formalismos legais.” -----

----- Nos termos do previsto na cláusula 22.<sup>a</sup>, a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a “aprovar futuras alterações/aditamentos ao presente contrato relativos a datas e valores de transferências e/ou outras matérias desde que sejam alterações/aditamentos que não contrariem os princípios e objetivos do contrato”. -----

----- Assim, propõe-se para deliberação da Câmara Municipal a aprovação das minutas do terceiro aditamento ao contrato de delegação de competências entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Miguel Torga e do quarto aditamento aos contratos de delegação de competências entre o Município de Bragança e os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal e Emídio Garcia, previamente distribuídas a todos os Membros do Executivo, bem como submetê-las para conhecimento da Assembleia Municipal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas do terceiro aditamento ao contrato de delegação de competências entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Miguel Torga e do quarto aditamento aos contratos de delegação de competências entre o Município de Bragança e os Agrupamentos de Escolas Abade de Baçal e Emídio Garcia, bem como submetê-las para conhecimento da Assembleia Municipal.» -----

----- **Anexos: I** - Minuta do Terceiro Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Miguel Torga (3 páginas); **II** - Minuta do Quarto Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município

de Bragança e o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal (3 páginas); III - Minuta do Quarto Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia (3 páginas).-----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

b) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos:** I - Minuta do Terceiro Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Miguel Torga (3 páginas); II - Minuta do Quarto Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Abade de Baçal (3 páginas); III - Minuta do Quarto Aditamento ao Contrato de Delegação de Competências no Domínio da Educação entre o Município de Bragança e o Agrupamento de Escolas Emídio Garcia(3 páginas).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, dizendo que estava a ser atualizado o valor das transferências e que o valor total, em 2025, a transferir para os Agrupamentos era de 756.339 euros.

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Tomado conhecimento.**

#### **Ponto 4.4.2 – Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança - Relatório do Auditor Externo sobre a Situação Económica e Financeira Relativa ao 2.º semestre de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

-----«AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA -  
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E  
FINANCEIRA RELATIVA AO 2.º SEMESTRE DE 2024-----

-----Pelo Sr. Presidente foi presente, para tomada de conhecimento, o Relatório do Auditor Externo do 2.º semestre do ano de 2024, previamente distribuído a todos os Membros do Executivo, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, elaborado pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

-----Assim, propõe-se que o mencionado relatório do Auditor Externo, sobre a situação económica e financeira, seja remetido à Assembleia Municipal. -----

-----O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma, remete o documento, informativo, à Assembleia Municipal, sobre a situação económica e financeira reportada ao 2.º semestre de 2024.»-----

-----**Anexo:** Relatório do Auditor Externo (14 páginas). -----

-----Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Relatório do Auditor Externo (14 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Tomado conhecimento.**

**Ponto 4.4.3 – Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 24 de fevereiro, 10 e 24 de março e 14 de abril de 2025)**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que:-----

----- 1. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- 2. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença da Sra. Vice-Presidente, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, que presidiu à Reunião; dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós; -----

----- 3. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- 4. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e da Sra. Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós; -----

----- Se encontram deliberações referentes às Propostas de Isenção de Pagamento de Taxas para o ano de 2025, constantes do mapa anexo. -----

----- Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 13 de dezembro de 2024, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2025 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal. -----

----- **Anexo:** Mapa das Isenções (5 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 22 de abril de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Mapa das Isenções (5 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem de intervenção.

**Tomado conhecimento.**

**PRESENCAS:** Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – MESA:**

Presidente – Cristina Fernandes Ribeiro

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

**2 - DEPUTADOS**

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

Maria do Amparo Mendes Alves

Filipe Osório Caldas

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Maria João Gonçalves Rodrigues

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Paulo Manuel Almeida da Veiga

Maria Eugénia C. Barreira Afonso

Fernando José Barreira Gomes

Gonçalo Miguel Rodrigues Afonso

Susana Maria de Pinho Costa

Joaquim Manuel Cameirão Veiga

Manuel dos Santos Vaqueiro Machado

Josefina Fátima Pires Correia Carneiro

António Manuel Afonso Pires \*

Maria Eduarda Pires Rodrigues \*

Pedro Luís Esteves Fernandes \*

Filipe Nuno Asseiro de Sá \*

Elisabete Mariana Pires Raimundo \*

Ana Rita Paula Ferro de Azevedo \*

**PARTIDO SOCIALISTA**

Luís Carlos Magalhães Pires

Cláudia Beatriz Morais Afonso

João Batista Ortega

Cláudia Luísa Baptista F. G. da Costa

Carlos Alberto Martins Alves

António Rodrigues Vieira

Maria Idalina Alves de Brito

Luís Filipe Pires Fernandes

Fernando Rogério Preto Pires  
Maria Rosa Pinheiro Gama Paulo  
Paulo Alexandre Gonçalves Barreira  
Ana Catarina Trindade Certo \*

### **CHEGA**

António Cândido Anes  
José Júlio Vaz Pires  
Sara de Jesus Pinto Monteiro

### **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

Fátima da Conceição Borges Bento \*

### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS**

**Alfaião** - Luís Venâncio Pereira Carvalho  
**UF de Aveleda e Rio de Onor** – Mário Francisco Gomes  
**Babe** - Bruno Manuel Rodrigues Veiga  
**Baçal** – Vítor Manuel Ramos Moreira \*\*  
**Carragosa** - Élio Manuel Moreira Garcia Vaz  
**Castro de Avelãs** - José Vicente Fernandes  
**Coelhoso** – João Paulo da Veiga Matos  
**Donai** – Manuel José Mesquita Rodrigues  
**Espinhosela** - Octávio Manuel Alves Reis  
**França** - Pedro Miguel Afonso  
**Gimonde** - António Manuel Choupina Assares  
**Grijó de Parada** – Elisabete de Jesus R. G. dos Santos  
**UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova** – Rui António Neves Simão  
**Macedo do Mato** - Ramiro Manuel Arrátel  
**Mós** - Anabela Afonso Pereira Rodrigues  
**Outeiro** – César Gustavo Garrido  
**UF Parada e Faílde** - Hervê Pires Gonçalo  
**Parâmio** – Cristiana Madalena Vaz Afonso \*\*  
**Pinela** – Alex Olivier Alves Rodrigues  
**Quintela de Lapaças** – Maria Fernanda Sobral Castanheiro  
**Rabal** - Jaime Rodrigues Loureiro  
**UF Rebordainhos e Pombares** – Albino Alves Rodrigo  
**Rebordãos** - Adriano Augusto Correia Rodrigues  
**UF de Rio Frio e Milhão** - Adriano Augusto Ferreira  
**Salsas** – Pedro Miguel Ramos Zoio  
**Samil** – Telmo Ricardo Alves Malhão  
**Santa Comba de Rossas** – Luís Filipe Verdelho Paula  
**UF de São Julião de Palácios e Deilão** – Duarte João Barrigão Gonçalves \*\*  
**São Pedro de Serracenos** – Humberto José dos Santos  
**UF de Sé, Santa Maria e Meixedo** – Telmo Ramiro Prada Afonso  
**Sendas** - Maria Antónia Pires

**Serapicos** - Rui Fernando Pires Caetano  
**Sortes** - José Bernardo Martins Rodrigues  
**Zoio** – Bruno Roberto Fernandes da Silva

### FALTAS

**Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesias:**

- César Luís Gonçalves (UF de Castrelos e Carrazedo) – Justificada;
- Rui Manuel da Costa Gonçalves (JF Gostei) – justificada;
- Ludgero Filipe Martins Afonso (JF Gondesende) - justificada;
- António Augusto de Vila Araújo (JF Nogueira) – justificada.
- Bruna Esteves Miranda (JF Quintanilha).

**(\*) – Membro suplente**

**(\*\*) – Substituto legal**

### **B – CÂMARA** **PRESENÇAS**

Presidente: Paulo Jorge Almendra Xavier

Vereadores: Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva

João Augusto Cides Pinheiro

Miguel José Abrunhosa Martins

Olga Marília Fernandes Pais

João Rafael Costa Moás Murçós.

### **AUSÊNCIAS**

Cristiana Margarida Fernandes Batouxas.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às treze horas e cinquenta minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia vinte e cinco de junho de 2025, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Cristina Fernandes Ribeiro (Presidente) \_\_\_\_\_

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) \_\_\_\_\_

**NOTAS:**

- *Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções;*
- *Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.*